

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

LÍVIA ANTUNES

A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DA CRISE HÍDRICA: UMA ANÁLISE DOS
CONFLITOS PELO USO DA ÁGUA EM PONTA GROSSA, PARATY (RJ)

RIO DE JANEIRO

2017

LÍVIA ANTUNES

A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DA CRISE HÍDRICA: UMA ANÁLISE DOS
CONFLITOS PELO USO DA ÁGUA EM PONTA GROSSA, PARATY (RJ)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, Área de Concentração Planejamento e Gestão Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Pereira de Gusmão.

Rio de Janeiro

2017

CIP - Catalogação na Publicação

A627p Antunes, Livia
A produção socioespacial da crise hídrica: uma análise dos conflitos pelo uso da água em Ponta Grossa, Paraty (RJ) / Livia Antunes. -- Rio de Janeiro, 2017.
187 f.

Orientador: Paulo Pereira de Gusmão.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017.

1. Discursos de escassez. 2. Fluxos desiguais da água. 3. Conflitos pelo uso da água. 4. Territórios de exclusão. I. Gusmão, Paulo Pereira de, orient.
II. Título.

LÍVIA ANTUNES

A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DA CRISE HÍDRICA: UMA ANÁLISE DOS
CONFLITOS PELO USO DA ÁGUA EM PONTA GROSSA, PARATY (RJ)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia, Área de Concentração Planejamento e Gestão Ambiental.

Aprovado em

de 2017

Prof. Dr. Paulo Pereira de Gusmão

Prof. Dr. Rainer Randolph

Prof^a. Dra. Flávia Moraes Lins de Barros

*Dedico este trabalho à comunidade da Praia do Guerra,
Paraty. Lembrando sempre que é "preciso desatar os nós
para reatar o Nós"*

AGRADECIMENTOS

Quando penso em agradecer por ter concluído mais uma fase de minha vida há sempre uma pessoa que vem à mente, em primeiro lugar: minha mãe, Marta, mulher de luta e guerra que sempre se dedicou para que eu e minha irmã Kelly tivéssemos acesso a tudo que ela não teve. Educação sempre foi prioridade em nossa casa e, em períodos conturbados, nossa mãe abriu mesmo mão de hábitos de consumo e alimentação "supérfluos" para continuar possibilitando nossa ida a escolas particulares, dado que o ensino público na cidade de Juiz de Fora era precário, como em grande parte do território brasileiro. A ela agradeço pelos puxões de orelha e os incentivos, por me dizer diariamente que eu podia chegar onde quisesse, por me mostrar que o importante é fazermos aquilo que amamos. Obrigada mãe, por não me deixar desistir mesmo diante de uma gravidez aos 21 anos.

Agradeço também à minha irmã de sangue, Kelly, que durante seus processos pessoais de descoberta própria me mostrou que é possível conciliar paixão e profissão, maternidade e liberdade, luta e vida acadêmica.

Um agradecimento especial às irmãs que a vida me deu e que, hoje, dividem não somente um teto comigo, como as frustrações e as alegrias de ser mulher num mundo marcado pelas opressões patriarcais. À Ellen agradeço por me trazer de volta ao caminho da militância, das lutas concretas contra um sistema exploratório que mata todos os dias no campo e nas cidades; à Dani por me mostrar que podemos ser muitas e *una* só e que isso não nos torna loucas, mas apenas incompreendidas; à Sabrine por nunca me deixar perder o brilho nos olhos ao olhar para as coisas mais simples da vida; à Thais, que me mostrou que perdoar os outros e a si próprio é o único caminho que nos leva a diante. À Nay, mulher do mundo, por me ensinar a quebrar as correntes e, com isso, voltar a mim mesma. A todas essas incríveis mulheres a minha profunda admiração e agradecimento pelas noites de samba, conversas e (des)construções, por me ouvirem lamentar sobre a situação dos caiçaras da Ponta Grossa, por entenderem minha indignação e por me ajudar a transformá-la em produto para escrita. Obrigado por cuidarem do meu filho Bernardo enquanto eu estava em campo, obrigado por me fazer acreditar novamente no amor livre.

Ao Bernardo agradeço por me mostrar, nos seus 8 anos de vida, que a dor de ser mãe e pesquisadora vale cada sufoco, cada noite sem dormir, porque é a consolidação do terreno fértil que serve de base para as lutas que este seguirá mais à frente, sozinho.

Muitos professores também me ajudaram na abertura de meus olhos e na realização concreta dos passos que dei ao longo de minha trajetória acadêmica e profissional. Dentre eles

o professor Paulo Gusmão tem papel central, não apenas pelos "fumos" e sermões merecidos, mas por nunca desistir de mim, mesmo diante de tantas dificuldades. Agradeço também à professora Naíse Peixoto, por ser a primeira a me mostrar o mundo da educação ambiental e das (in)justiças, por ser sempre tão generosa em suas colocações e ensinamentos. Ao professor Rainer Randolph por confiar no meu trabalho e nos meus julgamentos. Aos colegas de trabalho e mesas de bar, Gabriel, Mateus e Danielle, por botarem lenha na fogueira das discussões apresentadas nesse trabalho.

Me considero uma pessoa muito sortuda por ter em minha caminhada pessoas incríveis que somam com suas experiências e possibilitam trocas de vivências, sentimentos e conhecimento. Nesse sentido uma pessoa se tornou, durante os dois anos de pesquisa, uma peça fundamental no processo que possibilitou que eu saísse da bolha e abrisse meus horizontes. Ao meu amigo Paulinho, companheiro de discussões calorosas nas praias e mesas de bar de Paraty, idealista, a pessoa que me falou da Ponta Grossa pela primeira vez, que me apresentou ao Seu Sabiá, ao Secretário de Meio Ambiente, que abriu as portas de muitos espaços e me acolheu de braços abertos nos momentos de dúvida e de insatisfação, o meu muito obrigada!

Não tenho como não agradecer também a algumas pessoas que foram, de alguma forma, essenciais para o meu amadurecimento enquanto pessoa e, portanto, pesquisadora. Ao Ronaldo agradeço pelas noites de conforto e por ouvir meus desabafos noturnos, entendendo cada processo meu; ao Vinícius pelas conversas madrugada a fora regadas de sinceridade, vontade e amor por Paraty, por me motivar, mesmo sem saber, a continuar um trabalho de formiguinha; à Léo, parceira na busca pela reafirmação de nossa verdadeira identidade; ao Werner, por me ajudar a contextualizar os cenários políticos e desconstruir ideias preestabelecidas; à Gabi por ser um exemplo de conciliação da vida acadêmica e pessoal; ao Alessandro que me ajudou com a tradução do resumo para o inglês e, acima de tudo, aos moradores da praia do Guerra que sempre me receberam de braços abertos como uma filha, me ensinando o valor de lutar por aquilo que acreditamos.

Eu termino essa fase de minha vida mais certa de que se fazemos algo com sentimento, nos botando nas linhas escritas, nos reconhecendo nas lutas alheias e desenvolvendo diariamente a empatia e o olhar para o sofrimento do próximo, o resultado, seja ele qual for, será sempre positivo.

RESUMO

ANTUNES, Livia. A construção socioespacial da crise hídrica: uma análise dos conflitos pelo uso da água na Ponta Grossa, Paraty (RJ). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. PPGG/UFRJ, 2017.

A temática da água tem ganhado espaço nas discussões que vão além dos discursos ambientalistas e passa a atingir, sobretudo a partir do final do século XX, as dimensões políticas e econômicas na medida em que se torna, concomitantemente, recurso intrínseco ao "desenvolvimento" de uma nação e produto regido pelas regras de mercado. A atenção voltada à água anda junto com um discurso racionalista que prega por uma instrumentalização técnica dos modos de apropriação desta e da valoração como forma de evitar o colapso das fontes disponíveis, garantindo o acesso para as próximas gerações. Entre aqueles que precisam da água para a básica necessidade de dessedentação e higiene pessoal e os que a utilizam para as atividades industriais, na produção de alimentos, ou mesmo como *commodity*, há um iminente conflito, potencializado pelo atual cenário de *escassez*. Essa dissertação se norteia pela ideia de que desde os primórdios das sociedades humanas o conceito de escassez se fundamenta de acordo com interesses individuais e/ou coletivos e como forma de garantir a manutenção de privilégios e desigualdades socioeconômicas. Ele não é algo posto pelo ambiente, intrinsecamente natural, sendo meio e natureza também construções socioculturais que, inclusive, são mutáveis no tempo e no espaço. Será discutido, pois, a construção da crise hídrica que se instaurou no Sudeste brasileiro no ano de 2014, quando os discursos de escassez tiveram espraiaamentos em diversos pontos do território regional, sobretudo na capital do estado de São Paulo. Como forma de dar visibilidade a cenários e territórios que não se fizeram presentes nos discursos midiáticos e políticos, será feita a leitura de um conflito pelo uso da água em uma pequena comunidade caiçara no município de Paraty, no sul do estado do Rio de Janeiro, onde os discursos de escassez não foram capazes de impedir apropriações indevidas de atores sociais privilegiados pela desigual distribuição das oportunidades de discurso e, conseqüentemente de ação. O estudo de caso da comunidade da Ponta Grossa, mais especificamente da praia do Guerra, possibilitou a visualização concreta de que a expropriação do direito de uso comum da água tem sido recorrentemente utilizada para justificar privatizações e serve a interesses capitalistas que definem, cada vez mais, os fluxos da água e os territórios de exclusão, sendo a ação do Estado imprescindível para a consolidação de tais.

Palavras-chave: discursos de escassez, fluxos desiguais da água, conflitos pelo uso da água, territórios de exclusão.

ABSTRACT

ANTUNES, Livia. A construção socioespacial da crise hídrica: uma análise dos conflitos pelo uso da água na Ponta Grossa, Paraty (RJ). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. PPGG/UFRJ, 2017.

The water thematic has gained importance in the discussions that goes beyond the environmentalist speeches, mostly in the end of the 20th century, the political and economical dimensions as they turn, at the same time, an inherent resource to the “development” of a nation and a product granted with exchange value. The attention given to water is related with a rationalist speech that preaches for a technical instrumentalisation in its appropriation modes and the valuation as a way to avoid the collapse of the existing sources, ensuring the access for the next generations. Between those who need water for basic watering and personal hygiene needs and those who uses it for industrial activities, in food production, or even as a *commodity*, there is a, imminent conflict, enhanced by the current *shortage* scenery. This thesis is guided by the idea that since the beginnings of human societies the *shortage* concept is founded accordingly to individual and/or collective interests and as a way to ensure the maintenance of socio-economical privileges and inequalities. It is not given by the environment, inherently natural, being environment and nature also socio-cultural construction that, moreover, are mutable in time and space. We will discuss the construction of the water crisis that has been established in Brazilian southeast in the year of 2014 in witch the shortage speeches had spread in several spots of the regional territory, especially in the capital of São Paulo state. As a way to give visibility to sceneries and territories that were not present in media and political speeches, we will make reading of a conflict for the use of water in a small caiçara community in the municipality of Paraty, south of Rio de Janeiro state, where the shortage speeches were not able to stop improper ownership of privileged social actors by unequal distribution of speech opportunities and, therefore of action. The case study of Ponta Grossa community, specifically in Guerra’s beach, allowed us the concrete view that the water common use expropriation has been recurrently used to justify privatizations and serves to capitalist interests that defines, more and more, the water flow and exclusion territory, being the State action critical for the consolidation of these.

Key words: Shortage speeches, unequalwaterflow, VER TRADUÇÃO DE CONFLITOS PELO USO DA ÁGUA conflicts, exclusionterritories.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de principais praias da Ponta Grossa	30
Figura 2 - Fotos da Praia do Guerra, Ponta Grossa. A casa amarela na primeira foto hoje funciona como hostel comandado por argentinos. Houve, com isso, o fechamento do píer que antes era utilizado por toda a comunidade.....	31
Figura 3 - Fotos da Praia do Guerra, Ponta Grossa	31
Figura 4 - Foto de captação de água realizada pelos moradores da Praia do Guerra. O círculo vermelho chama atenção para as "macarronadas", prática comum na zona costeira e rural de Paraty.....	32
Figura 5 - Imagem com ocupação e localização da praia do Guerra. Word Imagery, Google Earth.....	33
Figura 6 - Esquema com diferentes tipos de valorização/valoração da água	59
Figura 7 - sobreposição de superfícies de regulação no território.....	98
Figura 8 - Mapa dos organismos de bacia do CEIVAP.....	103
Figura 9 - Mapa de Localização da RHBIG	109
Figura 10 - Alto e baixo curso do Rio Mambucaba	110
Figura 11 - Alto e baixo curso do Rio Mambucaba	110
Figura 12 - Cachoeira do Saco Bravo, zona costeira de Paraty.....	111
Figura 13 - Condomínio Laranjeiras, na zona costeira de Paraty. À direita a praia do Sono, e ao fundo da imagem o Saco do Mamanguá. A área do condomínio fica dentro da APA Cairuçu e nas fronteiras do Parque Nacional da Bocaina e da Reserva da Joatinga	113
Figura 14 - Mapa das populações tradicionais não-indígenas.....	117
Figura 15 - Canoa caiçara utilizada para a pesca de mariscos e lulas. Fotografia feita no Saco do Mamanguá.....	119
Figura 16 - Seu Geraldo, mestre canoieiro e roceiro. Fotografia feita no Saco do Mamanguá	120
Figura 17- Barcos a motor e traineiras semisturam às canoas caiçaras no Saco do Mamanguá.	121
Figura 18 - Barco a motor de caiçara da Ponta Grossa utilizado para transporte de moradores, turistas e pesquisadores	121
Figura 19 - Placa de anúncio de imobiliária em Paraty.....	123
Figura 20 - Mapa das Unidades de Conservação de Paraty	131
Figura 21 – Cartaz disposto na Praia do Meio pelos moradores locais.....	134

Figura 22 - construção irregular na entrada da Vila	134
Figura 23 - Mapa da APA Cairuçu e demais UCs sobrepostas	136
Figura 24- Instalação chamada "macarronada", instalação individual que gera desperdício.	144
Figura 25 - Caixa de gordura inadequada na praia do Sono.....	144
Figura 26 - Banheiro "seco"	145
Figura 27 – Reservamento adequado de água no Pouso da Cajaíba	145
Figura 28 - Rio Ponta Grossa, na praia do Guerra. Fotografia tirada no mês de fevereiro de 2016, época de chuvas.	148
Figura 29 - Rio Ponta Grossa, na praia do Guerra.....	148
Figura 30 - Caixa d'água de 5mil litros pertencente ao Seu Sabiá.	149
Figura 31 - Pequena barragem construída pela família do Sr. Antero.	149
Figura 32 - Quantidade de água que entra nas caixas d'água da comunidade.....	150
Figura 33 - Quantidade de água que entra nas caixas d'água da comunidade.....	151
Figura 34 - Caixas d'água instaladas sem autorização por um morador de segunda residência..	153
Figura 35 - Caixas d'água instaladas sem autorização por um morador de segunda residência. A fotografia evidencia como a vegetação nativa está sendo substituída por palmeiras..	154
Figura 36 – Caixa d'água descartada de modo irregular no leito do rio.....	154
Figura 37 – “Macarronadas” captando a pouca água que ainda restava no rio.....	155
Figura 38 - caixa d'água virada inutilizada na praia do Guerra	167

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Divisão “setorial” percentual do CEIVAP.....	104
Gráfico 2 - Participação percentual de “setores” do Rio de Janeiro.....	104
Gráfico 3 – Participação percentual de “setores” de Minas Gerais.....	105
Gráfico 4 – Participação percentual de “setores” de São Paulo	105
Gráfico 5 - Composição GTAOH-2017/2021	107
Gráfico 6 - Composição institucional do GTAOH 2017/2021.....	107
Gráfico 7 - Índices pluviométricos da Estação São Roque	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Usos da água nas sociedades tradicionais e nas sociedades urbanas..	67
Quadro 2 - Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.....	79
Quadro 3 - Temas abordados pelo Jornal Folha de S.Paulo.....	96
Quadro 4 - Superfícies de regulação e nível de proteção das Unidades de Conservação de Paraty.....	127

LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APA	Área de Proteção Ambiental
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CBHBIG	Comitê de Bacia Hidrográfica da Ilha Grande
CDS	Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável
CEIVAP	Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
COMPERJ	Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
CONAPA	Conselho Gestor da APA Cairuçu
CONSIBIG	Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Baía da Ilha Grande
CNRH	Conselho Nacional de Recursos Hídricos
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUNDRHI	Fundo Estadual dos Recursos Hídricos
GAEMA	Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente
GTAOH	Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica na Bacia do Rio Paraíba do Sul
GWP	Global Water Partnership
INEA	Instituto Estadual de Ambiente
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PNSB	Parque Nacional da Serra da Bocaina
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PPP	Parceria Público Privada
RHBIG	Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande
SEMAM	Secretaria do Meio Ambiente de Paraty
SMA	Secretaria de Meio Ambiente

SNRH	Sistema Nacional de Recursos Hídricos
SNGRH	Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos
ZERT	Zona de Expansão Residencial e Turística
ZEVC	Zona de Expansão da Vida Caiçara
WWC	World Water Council

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	24
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	24
1.2 OBJETIVOS	26
1.3 MÉTODOS DE PESQUISA	27
1.4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E PROBLEMAS ENCONTRADOS AO LONGO DA PESQUISA.....	29
2. ANÁLISE DOS DISCURSOS DE ESCASSEZ	35
2.1 DISCURSOS DE ESCASSEZ DOS RECURSOS NATURAIS.....	35
2.2 DISCURSO DE ESCASSEZ DA ÁGUA: CONSTRUÇÃO DA CRISE HÍDRICA	40
2.3 NEOLIBERALISMO, PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA E CONFLITOS AMBIENTAIS....	46
3. A NATUREZA DA ÁGUA	52
3.1 O LUGAR DA ÁGUA NA GEOGRAFIA.....	52
3.2 ÁGUA E TERRITÓRIO	53
3.3 ÁGUA COMO RECURSO HÍDRICO: O ESPAÇO ECONÔMICO DA ÁGUA.....	56
3.4 COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA: ESPAÇO PÚBLICO X ESPAÇO PRIVADO	60
3.5 CULTURA DA ÁGUA: ESPAÇO SIMBÓLICO OU ESPAÇO POLÍTICO?	63
4. GESTÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ARENAS ARGUMENTATIVAS.....	70
4.1 QUEM GERE A ESCASSEZ HÍDRICA? CONTROLE E ESTADO – DA CENTRALIZAÇÃO À GOVERNANÇA	70
4.2 CENÁRIO INTERNACIONAL – A ÁGUA NAS CONFERÊNCIAS AMBIENTAIS MUNDIAIS	71
4.3 A DESCENTRALIZAÇÃO E A POLÍTICA NACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL	75
4.3.1 DOMINIALIDADE E BACIA HIDROGRÁFICA.....	81
4.3.2 COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS.....	85

4.4 GOVERNANÇA E GOVERNABILIDADE – UMA LEITURA CRÍTICA DA ESTRUTURA PARTICIPATIVA.....	88
4.5 ESCASSEZ DE ÁGUA É SECA OU CRISE? O PAPEL DO MONOPÓLIO MUDIÁTICO NA DESINFORMAÇÃO DA POPULAÇÃO	92
4.5.1 ANÁLISE GEOINSTITUCIONAL DA CRISE HÍDRICA DO SUDESTE E OS ESPAÇOS NÃO CONTEMPLADOS PELAS INSTITUIÇÕES	98
4.5.2 COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL	102
5. CONHECENDO O TERRITÓRIO, USOS E ARENAS DE CONFLITOS.....	109
5.1. REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DA ILHA GRANDE (RHBIG).....	109
5.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DA ILHA GRANDE.....	112
5.3 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE PARATY	114
5.4 TERRITÓRIOS CAIÇARAS DO MUNICÍPIO DE PARATY E OS CONFLITOS FUNDIÁRIOS	116
5.5 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PARATY – REFUNACIONALIZAÇÃO ESPACIAL E CONFLITOS	126
5.5.1 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CAIRUÇU- SUSTENTABILIDADE PARA QUEM?	136
5.5.2 ZONA DE EXPANSÃO RESIDENCIAL E TURÍSTICA- A EXPRESSÃO DOS CONFLITOS.....	137
5.6 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS RELACIONADOS À ÁGUA NO MUNICÍPIO DE PARATY.	140
5.6.1 PRAIA DO GUERRA – OS CONFLITOS PELO USO DA ÁGUA ENQUANTO EXPRESSÃO DA DISPUTA FUNDIÁRIA.	147
5.7 ARENAS DE MEDIAÇÃO DO CONFLITO- DISCURSOS E AÇÕES.....	156
5.7.1 APA CAIRUÇU	156
5.7.2 COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DA ILHA GRANDE	159
5.7.3 PODER PÚBLICO MUNICIPAL.....	161
5.7.4 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PONTA GROSSA.....	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	171
ANEXOS.....	182
ANEXO A - CALENDÁRIO DE PARTICIPAÇÃO NOS EVENTOS DO CBHBIG	183

ANEXO B – PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS RELACIONADOS À PESQUISA.....	184
ANEXO C – DATAS DAS VISITAS DE CAMPO E ENTREVISTAS	185
ANEXO D – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS DIFERENTES ATORES EM PARATY	186

INTRODUÇÃO

Essa dissertação tem como objetivo analisar as disputas territoriais pelo uso da água em Ponta Grossa- Paraty, na divisa dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, utilizando como pano de fundo os discursos de escassez e de crise hídrica.

Quando pensamos a produção social do espaço e, conseqüentemente, do território e/ou múltiplos territórios que se sobrepõem e conflitam entre si, admitimos uma ideia de disputa de interesses com construção de campos de tensão (BORDALO, 2008). Se esse discurso faz sentido pelo simples fato de existirem diversos grupos e atores sociais, políticos e econômicos dotados de cotas particulares de poder e de interesses difusos, quando adicionamos uma situação onde o objeto disputado está atrelado a um discurso de escassez, tal contexto ganha ainda mais peso e pode adquirir uma dimensão responsável pelo deflagramento de um cenário de “crise”.

A palavra crise é comumente utilizada para denotar situações onde uma disputa de interesse alcança uma maior dimensão socioespacial geralmente atrelada à falta aparente de algum recurso, seja no campo físico ou simbólico.

Diversos cenários figuram no nosso imaginário como situações de crise. Uma crise econômica pode ser reconhecida frente à escassez de algum bem ou serviço valorizado no mercado como o petróleo, por exemplo, e crise política por um contexto onde não exista diálogo entre atores que pode mesmo demandar a interferência de mediadores outros. No caso dos recursos hídricos não tem sido diferente. O Sudeste brasileiro viveu nos anos de 2014 e 2015 uma situação de crise desencadeada, aparentemente, por um longo período de falta de chuvas. São Paulo foi o estado mais afetado, e milhares de pessoas se viram obrigadas a conviver com a falta de água nas torneiras. Essa situação, até então atípica para muitos de nós que vivemos no Sudeste, trouxe inúmeros questionamentos relacionados à gestão desse recurso tão essencial às atividades humanas mais básicas. É interessante mesmo observar que tais questionamentos não se fazem muito presentes no imaginário comum para o caso dos nossos irmãos nordestinos, onde a escassez de água tem nome de seca e *vida própria*.

Mas tal crise se deve única e exclusivamente a um período mais prolongado de estiagem de chuvas ou a combinação dos fenômenos climáticos naturais com um sistema de gestão dos recursos hídricos acostumado a gerenciar a abundância?

Essa indagação, que foi central no cenário apresentado pelo monopólio midiático, perpassa por questões menos visíveis ou pelo menos não tão interessantes para um grande número de agentes políticos e/ou socioeconômicos. No entanto, no que interessa ao presente

estudo, esses outros espaços de conflito, entendidos através da leitura de OFFE (1981) como arenas espaciais sociopolíticas, são essenciais para um entendimento mais amplo do que foi propagado como crise hídrica do Sudeste brasileiro.

Desse modo pretende-se verificar se, durante uma situação de conflito pelo uso da água em um cenário instrumentalizado pela racionalidade dominante norteadada pela noção de escassez, prevalecem os interesses dos atores ou grupos sociais que detém certos tipos de capital (BOURDIEU, 1999) entendidos aqui através da divisão desigual das cotas de oportunidades de discurso e de ação.

Entende-se que uma leitura da crise hídrica do Sudeste brasileiro enquanto uma crise do sistema e das relações de poder preestabelecidas se torna relevante à medida que há uma tendência, nos discursos apresentados pelos atores políticos e econômicos corroborados pela grande mídia, de banalização da escassez e da culpabilização de atores que não possuem, ao menos, condição de se lançar na disputa capitalista pelo acesso e pela distribuição da água.

O posicionamento recorrente que se propagou de que a crise hídrica era, na verdade, uma *crise de gestão* nos ajuda a delinear uma linha de raciocínio que busca compreender o Estado -e suas esferas federativas- enquanto ente político multifacetado que se insere nas contradições de uma sociedade capitalista.

Nossos graves problemas sociais e políticos são todos superficialmente percebidos e amesquinados a questões de "gestão de recursos". Com isso, cria-se a falsa impressão de que conhecemos nossos problemas sociais e que o que falta é apenas uma "gerência" eficiente- a crença fundamental de toda visão tecnocrática do mundo- quando, na verdade sequer se sabe do que se está falando (SOUZA, 2009, apud RANDOLPH, 2016, p.2).

Sendo assim, é comum associarmos situações de desastres e crises ambientais - como a que acometeu o Sudeste brasileiro e submeteu considerável parcela da população a sistemas de racionamento de água- a uma gestão ineficiente, mas quando essa leitura é realizada é preciso responder a seguinte pergunta: *ineficiente para quem? Quem são as pessoas recorrentemente impactadas por desastres e crises ambientais?*

O Brasil é mundialmente reconhecido pelo seu forte aparato ambiental legal, porém também ocupa, atualmente, um dos primeiros lugares no ranking dos países com maior ocorrência de conflitos socioambientais (ENVIRONMENTAL JUSTICE ATLAS - EJATLAS-, 2014).

A última década é emblemática e segue marcada por diversos episódios que ganharam ampla visibilidade no cenário internacional devido a massacres de povos tradicionais, contaminação químico-biológica em ampla escala de solos e águas e expansão de áreas de

mineração e agronegócio em zonas de conservação da biodiversidade. Certamente ainda terão consequências territoriais representativas nos anos que se seguem o projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu, em Altamira (Pará), que atinge diretamente comunidades de pescadores e indígenas; o rompimento de um reservatório de rejeitos de mineração da empresa Samarco no povoado de Bento Rodrigues, distrito de Mariana (Minas Gerais), que matou 19 pessoas e deixou mais de 600 desabrigadas no ano de 2015, sendo considerado o maior crime ambiental da história do país (e divulgado pela grande mídia como um acidente); e a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) no município de Itaboraí, na Região Metropolitana do estado, que não somente ocasionou oito processos judiciais das populações locais impactadas pela obra no Ministério Público, como trouxe à tona a podridão do sistema político-econômico vigente com o vazamento de um esquema de corrupção envolvendo a Petrobrás que culminou, posteriormente, na paralisação das obras do Complexo e na demissão de centenas de empregados que lutam nas vias judiciais pelos seus direitos trabalhistas.

Às margens desses conflitos socioambientais de grande magnitude e impacto, derivados de gigantescas obras de infraestrutura contextualizados por um projeto de desenvolvimento econômico traduzido pela sigla PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), diversas outras disputas ocorrem em escalas locais de modo quase invisível, sendo a água uma importante base material para ambas. É importante mesmo considerar as diferenciações escalares dentro dos próprios conflitos gerados ou acirrados por grandes eventos. Cada ator ou grupo social, resguardado -ou não- pela sua capacidade de resposta, sente de maneira singular os impactos de "reorganizações" territoriais promovidas por desastres socioambientais naturais e/ou antropizados e grandes obras, seja pelas diferentes construções e repertórios culturais, pelos recursos econômicos materiais disponíveis ou mesmo pela distância geográfica do foco dissipador.

Sendo assim, o acesso diferenciado das populações brasileiras às cotas de poder- social, econômico, político- (FOUCAUT, 1979, BOURDIEU, 1999), é parte fundamental do entendimento dos conflitos socioambientais do país e, conseqüentemente, dos episódios de crise precisando, de antemão, ser lido no contexto histórico das contradições do sistema capitalista ocidental. Tais contradições podem se acentuar em determinadas condições espaciais sendo as crises, nesse sentido, situações exemplares de visualização e concretização de disparidades simbólicas e materiais. É exatamente durante o acirramento de conflitos que se torna possível *notar* escalas e arenas até então invisibilizadas. No caso da água, bem essencial à vida de qualquer espécie, tais conflitos tendem a crescer exponencialmente no

compasso de expansão do capital, seja através da *spatial fix* ou do crescimento por expropriação (HARVEY, 1981).

Um levantamento recente realizado pela Comissão Pastoral da Terra, intitulado *Conflitos no Campo Brasil 2016*, demonstra um crescimento dos conflitos de água no Brasil da ordem de 150% entre os anos de 2011 e 2016. Segundo a entidade, dos 172 conflitos no ano de 2016, 101 se relacionam com decisões de uso e preservação da água; 54 por criação de barragens e açudes e 17 por apropriação particular. No ano de 2002, quando os estudos começaram a ser realizados, os conflitos mapeados somavam o total de oito.

Ainda de acordo com o estudo as disputas ocorrem em todo país, mas revelam diferenças regionais. No Sudeste se registra a maior parte dos conflitos por uso e preservação da água: 68 dos 101; já no Nordeste se concentram os conflitos por apropriação particular da água: nove dos 17 casos.

A histórica indústria da seca se retroalimenta mais uma vez desse fenômeno natural perpetuado em processo político, assistencialismo, compra de votos e subordinação. A água que resta é apropriada privadamente e posta a serviço do agronegócio (...) isso dá mostras da dimensão capitalista privada e a devastadora exploração de nossas águas. (Comissão Pastoral da Terra, 2016, p.16)

Contudo, em uma análise mais aprofundada, é possível visualizar que os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo somam 75 conflitos, ou seja, 43,6% do total de 172 conflitos pela água registrados em 2016, tendo essas notificações estreita relação com o rompimento do reservatório de rejeitos da Samarco em Mariana.

O estudo ainda alerta para a pouca diferença de ação e prática das políticas públicas desenvolvidas pelos governos em todas as escalas federativas ao longo dos anos:

De José Sarney a Fernando Collor de Mello, de Itamar Franco a Fernando Henrique Cardoso, de Luiz Inácio Lula da Silva a Dilma Rousseff, todos, estruturalmente em suas decisões e opções para o campo brasileiro, embebidos pela ideologia do progresso e sem romper com o ideário neoliberal, assumiram o mito da eficiência técnica/tecnológica e o discurso do desenvolvimento sustentável-esse que nunca alcançamos. (Comissão Pastoral da Terra, 2016, p.16)

Ideário esse que se sustenta historicamente através da construção sociocultural de ferramentas territoriais auxiliares que tem nos discursos de escassez seu ponto mais forte. Crises hídricas e situações de “seca” são, nesse sentido, palavras oportunas à ampliação do neoliberalismo que, contraditoriamente, utiliza a noção de desregulação do estado como forma de promover privatizações e, conseqüentemente, expropriações de espaços da coletividade. Dessa forma os conflitos pelo uso da água precisam ser problematizados e atacados também sob o prisma do liberalismo econômico e, sobretudo, das formas espaciais e/ou conceituais que promovem sua materialização territorial, tal como a governança.

Conceitos esses que são utilizados nos governos ditos de esquerda e de direita, sendo reformulados de acordo com os interesses presentes.

Na Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande, recorte regional espacial desta dissertação, os conflitos territoriais pelo uso da água derivam, basicamente, da restrição de uso promovida pela presença de Unidades de Conservação de um lado, e da apropriação privada, por outro. Mais especificamente na Praia do Guerra, Paraty, onde foi possível observar com maior atenção ao longo dos dois anos de pesquisa a "evolução" do conflito, suas condicionantes, atores envolvidos e construção sociocultural dos discursos de escassez, é viável colocar, como será visto nos capítulos à frente, que o conflito pelo uso da água é uma face da questão fundiária histórica marcada por grilagens e apropriações privadas indevidas, o que, notoriamente, complexifica a situação e dificulta o alcance de um entendimento dos conflitos existentes enquanto parte de uma *crise de escassez hídrica*.

Essa explanação serve também para problematizar as situações apresentadas anteriormente. Apesar da "comoção" nacional, principalmente no caso do rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, e das milhares de pessoas que tem suas vidas afetadas cultural e economicamente, esses conflitos são entendidos enquanto disputas difusas e não como crises hídricas que demandam, portanto, tomada de decisões específicas. Com isso, dois anos depois do crime de Mariana, centenas de pessoas ainda se encontram em situação de extrema vulnerabilidade social devido ao impedimento do exercício de suas atividades econômicas ou mesmo à intermitência e instabilidade do sistema de abastecimento de água colapsado pelo avanço da lama tóxica à jusante do Rio Doce e seus afluentes, chegando mesmo a afetar populações litorâneas.

Talvez seja importante uma colocação que chama a atenção para o fato de que a denominada crise hídrica do Sudeste, com o colapso dos principais reservatórios de água de São Paulo nos anos de 2014 e 2015, afetou diretamente dezenas de indústrias das duas principais Regiões Metropolitanas do país, sendo a do estado do Rio de Janeiro ainda polarizada por um cenário de grandes eventos e obras. Os conflitos socioambientais listados acima, ao contrário, afetaram principalmente atividades econômicas de pescadores e o abastecimento de municípios do interior que pouca ligação tem com um contexto nacional ou mesmo global.

A disponibilidade de água para a população está mesmo em jogo aqui? É possível identificar com efetividade discursos de escassez nas veiculações pela grande mídia do crime ambiental da Samarco ou em tantos outros conflitos pelo uso da água travestidos e vendidos

como consequências aceitáveis de um projeto desenvolvimentista que se insere em um contexto internacional maior?

Pensar que uma “mudança” dos processos de gestão e da legislação ambiental seria capaz de dar conta da complexidade que envolve os conflitos socioambientais relacionados à água e as situações que figuram, em determinado recorte de espaço e tempo, enquanto crises é algo que pode acabar mesmo servindo a interesses maiores, que justificam, inclusive, privatizações. As discussões apresentadas ao longo dessa dissertação são direcionadas por um esforço epistemológico que analisa criticamente a Política Nacional dos Recursos Hídricos (1997) e, conseqüentemente, as estruturas e institucionalidades relacionadas a essa política, o contexto material histórico e as possibilidades discursivas que, concomitantemente, regem e são regidas pelo ordenamento territorial promovido pela legislação em questão.

1. A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

O acesso aos recursos hídricos, assim como a qualquer outro recurso natural capitalizado, não se faz de maneira homogênea. Ele é desigual, sendo sua distribuição parte de um sistema onde o "o fluxo de água expressa diretamente fluxos de poder entre os grupos sociais, assim como fluxos financeiros" (SWYNGEDOUW, 2004 apud COSTA, 2013, p. 39). Tal lógica, segundo Lefebvre (2001) origina as novas raridades, que são criadas e/ou recriadas a partir da apropriação de recursos naturais pelo mercado intrinsecamente exclusivo e por discursos atrelados à produção capitalista.

Nesse sentido pode-se dizer que a escassez é uma produção social que se dá, conseqüentemente, através de uma esfera simbólica e não somente pela despossessão material (ACSERALD, 2004). É válido também ressaltar o fato de que, historicamente, a escassez foi diversas vezes utilizada para justificar ações intervencionistas do Estado e, conseqüentemente, do mercado. Sem querer levantar essa discussão neoliberalista ou hastear bandeiras políticas, o que se pretende colocar, como provocação para uma discussão acerca da chamada crise hídrica no Sudeste brasileiro é o fato do espaço de crise ser, necessariamente, um espaço de disputas territoriais acirradas dotadas de forças de interesses que promovem a ascensão intencional, em diferentes escalas geográficas e de poder, de discursos sociais e políticos que tendem, em algum momento, a se tornar hegemônicos.

O que está em disputa? A água, elemento essencial à vida, ou o acesso a mais um recurso capitalizado que está nas mãos de uns poucos agentes que decidem, portanto, seus

usos, sua "natureza", sua distribuição? Em qual arena esses atores disputam pela hegemonia de seus interesses e quais territórios são produzidos por tais discursos?

De forma geral, pretende-se verificar, através da discussão dessas questões, dentre outras correlatas, qual(is) discurso(s) tende(m) a prevalecer e quais as consequentes implicações territoriais em um contexto de racionamento.

A estrutura do espaço social é determinada pela distribuição dos vários tipos de capitais (poderes), determinados em sua expressão fundamental pelo capital econômico, o capital cultural, o capital social (conjunto agregado de relações que os agentes ou grupos desenvolvem e acessam para conquistar ou reproduzir posições no espaço social) e o capital simbólico (as formas que tomam os diferentes tipos de capital, apropriados de relevância e reconhecidos como legítimos nos campos específicos) (BOURDIEU, 1999 apud COSTA, 2013, p. 18).

Reconhecer tais capitais, como Bourdieu coloca, é também se apropriar das lutas inerentes a tal dinâmica num esforço de entender toda a intencionalidade por detrás dos discursos que procuram se legitimar exatamente através desses diferentes tipos de capital.

A visão de Bourdieu será considerada juntamente com a de Acserald e outros autores (FOUCAULT, 1979; AMORIM, 2011) que analisam as formas utilizadas na legitimação e hegemonização de discursos, como o da crise hídrica no Sudeste, para entender uma situação que, por não contemplar interesses hegemônicos e estar fora do circuito dos "grandes centros urbanos", não é chamada de *crise*. Para isso será utilizado o estudo de caso da comunidade caiçara de Ponta Grossa, em Paraty, que vivencia atualmente um cenário de disputa pelo uso da água em estágio avançado, perto da judicialização.

A leitura desse conflito será feita através de um fio condutor que se vale, de um lado, de uma análise dos discursos e formas institucionais que regulam e trazem como ideia norteadora a universalização do acesso à água através do pressuposto de igualdade jurídica e, de outro, dos capitais sociais e simbólicos que se materializam através das práticas concretas dos atores sociais, buscando entender a geografia desigual de acesso - e distribuição- à água e, por conseguinte, aos sistemas de gestão que, apesar de serem chamados de "participativos", não contemplam todos os atores de maneira homogênea e/ou horizontal.

São, portanto, objetos de estudo do presente trabalho: 1) as disputas pelo uso da água em Ponta Grossa, no campo material e simbólico, e 2) as institucionalidades envolvidas, de algum modo, com a gestão do território e mediação dos conflitos, sendo as principais analisadas o Comitê de Bacia Hidrográfica da Ilha Grande (CBHBIG), a Secretaria de Meio Ambiente de Paraty (SEMAM) e o Conselho Gestor da APA Caiçu (CONAPA).

A Geografia, como campo de estudo dos fenômenos espaciais, tem muito a contribuir nessa discussão por conseguir dar conta tanto dos aspectos físicos e climáticos envolvidos,

quanto dos elementos sociais e políticos, numa análise conjugada e comprometida com a formação de um cenário territorial abrangente. Dessa forma, acredita-se que esse estudo tem contribuições relevantes a fazer para a produção acadêmica que debate e discute as causas e implicações de situações entendidas sob o prisma de *crise hídrica* e, conseqüentemente, para as discussões sociopolíticas acerca da temática.

A escolha da comunidade de Ponta Grossa que pode parecer, a princípio, descontextualizada ou ambiciosa, segue exatamente uma lógica de trabalho que busca entender como se materializam tais discursos longe do seu centro de propagação - no caso a capital São Paulo- e como os atores territoriais menos visíveis se apropriam desse cenário mais amplo para legitimar suas demandas em detrimento de outras.

Além disso, acredita-se que dar enfoque a uma comunidade pesqueira "isolada", que não conta com recursos próprios para divulgar o conflito vivido, é uma possibilidade de ampliação desse cenário local que pode, portanto, alcançar atores "responsáveis" pela mediação e/ou resolução destas disputas, ao mesmo passo que serve como incremento para lutas e resistências autônomas.

1.2 OBJETIVOS

A pesquisa tem como objetivo identificar e compreender as disputas territoriais materializadas em conflitos pelo uso da água na Praia do Guerra, localizada na Ponta Grossa no município de Paraty, utilizando como pano de fundo os discursos de escassez e de crise hídrica.

Como objetivos específicos pretendem-se:

- 1) Analisar criticamente a "natureza" da água, seu uso enquanto recurso hídrico capitalizado e os fluxos desiguais deste;
- 2) Analisar os discursos de escassez da chamada crise hídrica de 2014/2015 do Sudeste brasileiro, fazendo uma leitura crítica da gestão descentralizada e participativa;
- 3) Entender o papel dos atores sociais, políticos e econômicos no acesso e distribuição desigual da água e nas arenas argumentativas associadas;
- 4) Analisar a participação dos atores sociais na tomada de decisões dos fóruns ditos participativos, vide CONAPA e CBHBIG;
- 5) Apresentar os conflitos pelo uso da água no município de Paraty, com foco na Ponta Grossa e em sua evolução num contexto de expropriação e desterritorialização histórica.

1.3 MÉTODOS DE PESQUISA

Para Haesbaert (1997), é possível trabalhar o território através de elaborações conceituais distintas, sendo elas, basicamente: 1) jurídico-política, na qual o território é analisado em suas características de controle através do poder, sobretudo o de caráter estatal; 2) cultural(ista), onde é possível dar enfoque a arenas mais subjetivas produzidas pelo imaginário e pela identidade social dos atores que se apropriam de um determinado espaço; 3) econômica, que prioriza a perspectiva material da territorialização – e também da desterritorialização- como produto das disputas territoriais classistas e da relação capital-trabalho.

No presente estudo se lança uma tentativa de análise territorial ampla que se vale de todas essas vertentes colocadas por Haesbaert através do objeto de estudo selecionado, sendo este a(s) disputa(s) pelo uso da água em Ponta Grossa, Paraty.

Como primeira etapa do trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica de autores que tratam da temática da crise, dos discursos de escassez e da apropriação destes pelas políticas públicas. Também foram buscadas referências de gestão da água no Brasil e no mundo, reflexões sobre instituições políticas ditas "participativas", como os Comitês de Bacias Hidrográficas, e de conflitos socioambientais. Esse esforço consolidou discussões que serão apresentadas na Parte I e II do presente estudo, onde há uma preocupação em estabelecer uma base para a apresentação, que segue na Parte III, da chamada crise hídrica no Sudeste brasileiro.

Atrelada a essa bibliografia-base há a explanação de autores que discutem as arenas sociopolíticas, práticas de mercado e de gestão de bens públicos e, por último, consultas a sítios da *Internet* que deram e dão "pareceres" das mais diversas ordens sobre a crise hídrica, apoiados -ou não- por discursos de especialistas na área.

Por último, nas Partes IV e V, inicia-se a demonstração de uma escala de análise mais aprofundada, com demarcação espacial local do cenário de observação e problematização dos conflitos pelo uso da água no município de Paraty, com foco na comunidade caiçara da Praia do Guerra. São mapeados os principais atores institucionais que atuam, de alguma maneira, na gestão do território e, conseqüentemente, na dissipação de discursos, participando ativamente das disputas pela apropriação de um espaço material e simbólico; os atores sociais e suas oportunidades de se lançar nas disputas; e os atores econômicos que refuncionalizam o território a cada mudança de ciclo econômico ou dos discursos hegemônicos atuais.

Essa estrutura de pensamento resulta na exposição de algumas considerações finais que procuram sintetizar as análises realizadas durante o presente trabalho na elaboração de uma reflexão crítica sobre crise hídrica, discursos de escassez, fluxos desiguais da água e, conseqüentemente, de cotas de poder.

Juntamente com o levantamento bibliográfico foram realizados trabalhos de campo onde, através da observação participante, pôde-se ter um contato mais próximo da realidade vivida a fim de retratá-la da melhor maneira possível.

De acordo com Becker (1994) a observação participante se faz através de: a) recolhimento de informações com a participação do pesquisador em momentos importantes do grupo e organização que este estuda; b) observação do comportamento das pessoas diante de um determinado fato; e c) incitação de conversas com alguns ou com todos os participantes do evento a fim de desvendar as interpretações que eles têm sobre os acontecimentos que o pesquisador observou.

É de se considerar, no entanto, que por ter um olhar intencional que já traz demandas específicas e questões preestabelecidas, o pesquisador pode invisibilizar algumas informações dando ênfase a outras ou mesmo, devido ao grande volume de dados e pessoas envolvidas, não conseguir dar conta da realidade pretendida tal como ela é. Becker ainda reitera que tais questões são inerentes ao método da observação participativa, correndo o pesquisador o risco de ser muito descritivo em sua análise na tentativa de abranger o cenário mais fiel de sua observação.

Tendo a ciência de que tais desafios são parte da trajetória de pesquisa sabe-se que análise alguma corresponde à realidade “assim como ela é”, sendo esta uma construção singular que reflete as relações territoriais culturais. Dessa forma, o presente estudo não tem a pretensão de contemplar uma verdade absoluta, mas de demonstrar, em contrapartida, algumas leituras possíveis acerca de uma mesma situação e os discursos utilizados na descrição de um fato considerando, inclusive, o olhar do pesquisador como fator interveniente.

Assim sendo, procurou-se uma efetiva participação nas reuniões plenárias do Comitê de Bacia Hidrográfica da Ilha Grande (Anexo 1), em eventos relacionados à temática da água no município de Paraty, e em outras regiões brasileiras, encontros e congressos de Comitês de Bacias, encontros entre lideranças comunitárias da região e reuniões do Conselho gestor da APA Cairuçu, entre outros (Anexo 2). Também foram realizadas visitas periódicas à comunidade da Praia do Guerra e ao Distrito-sede de Paraty com duração de 2 a 6 dias,

objetivando uma inserção e visualização mais concreta dos múltiplos usos da água e as disputas atreladas a estes (Anexo 3).

Nas ocasiões dos trabalhos de campo foram realizadas conversas informais e entrevistas com atores envolvidos da APA Cairuçu, da Secretaria de Meio Ambiente de Paraty, do Comitê de Bacia da Ilha Grande e com os moradores da Praia da Guerra. Essa etapa foi realizada sem uma estrutura de perguntas rígidas preestabelecidas e sim por meio de um roteiro (Anexo 4).

Da mesma forma, como colocado acima, sabe-se que há aqui também a interferência do olhar e do julgamento do pesquisador nas interpretações realizadas e na experiência de contato com olhares outros. Tem-se em alguns momentos do trabalho a transcrição fiel das falas dos entrevistados, porém em outros trechos o que será apresentado é uma leitura pessoal e, portanto, subjetiva do que foi conversado.

O roteiro utilizado nas entrevistas segue em anexo no corpo do trabalho e demonstra essa "flexibilidade" que foi diferencial na aproximação menos conflituosa com os atores pretendidos.

1.4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E PROBLEMAS ENCONTRADOS AO LONGO DA PESQUISA

A Ponta Grossa se localiza na região costeira de Paraty e está inserida na Baía da Ilha Grande. Seu território é sobreposto ao território da APA Cairuçu, estando completamente dentro dos limites desta. Trata-se de uma das primeiras vilas caiçaras do município de Paraty, com ocupação iniciada por volta da década de 20 (Secretaria de Meio Ambiente de Paraty, 2014). Hoje residem aproximadamente 130 famílias na região que é dividida em oito praias, sendo as mais ocupadas a Praia do Guerra e do Baré (Figura 1), região considerada pelo ICMBio como Zona de expansão residencial e turística (ICMBio, 2000) devido ao crescente número de residências de veraneio e da instalação de empreendimentos da rede hoteleira.

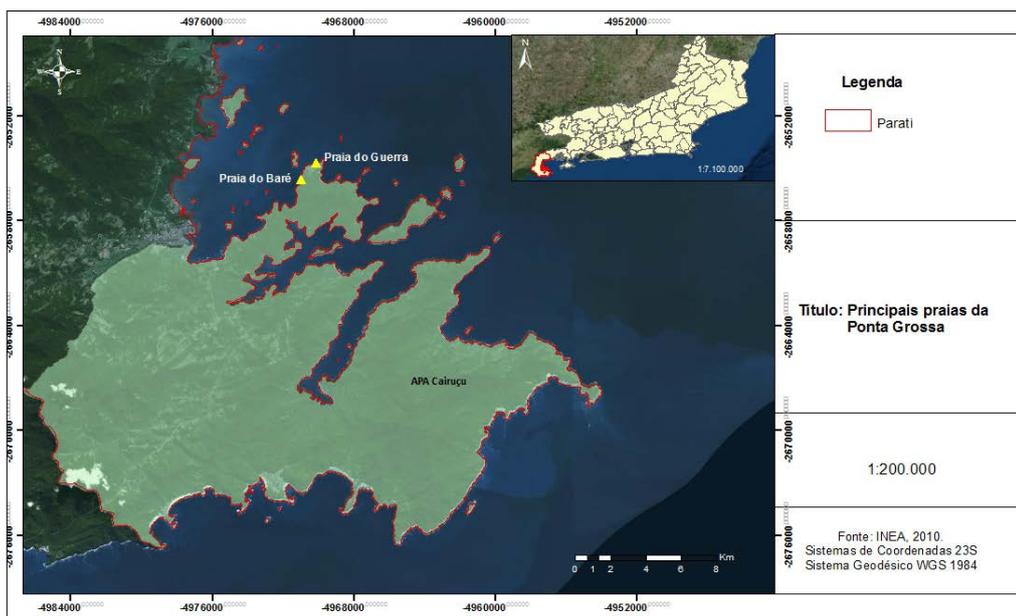


Figura 1 - Mapa de principais praias da Ponta Grossa. Autoria própria.

Além da tradicional economia pesqueira, Ponta Grossa também tem alcançado certa visibilidade enquanto roteiro de visitação turística de Paraty, sendo atrativa exatamente pelas suas características naturais e físicas. Atualmente, a Praia do Guerra conta com a presença de um *hostel* que recebe um número considerável de turistas durante a alta temporada vindos, sobretudo, de países europeus. São características marcantes da área um mar de cor esverdeada, límpido e calmo e vegetação exuberante, embora esta esteja deteriorada em alguns pontos onde há maior concentração residencial (Figuras 2 e 3). Tal vegetação é predominantemente composta por mata secundária em estágio inicial e médio de regeneração, sendo frequentes também áreas de sapé que crescem em substituição de plantio de canaviais e bananais abandonados (ICMBio, 2000). O uso do solo se faz, basicamente, para ocupação residencial que ainda guarda, em alguns aspectos, as características das casas caiçaras. Apesar do avanço da especulação imobiliária, com consequente "*boom*" de construção de grandes casas de veraneios e da chegada de estabelecimentos do ramo do turismo, ainda predomina uma paisagem marcada por casas sem muros e quintais com árvores frutíferas, hortas e animais criados soltos.



Figura 2 - Fotos da Praia do Guerra, Ponta Grossa. A casa amarela na primeira foto hoje funciona como *hostel* comandado por argentinos. Houve, com isso, o fechamento do píer que antes era utilizado por toda a comunidade. Fonte: Acervo pessoal.



Figura 3 - Fotos da Praia do Guerra, Ponta Grossa. Fonte: Acervo pessoal.

É importante ressaltar que nos últimos anos tal paisagem tem sido modificada de forma mais acelerada e, com isso, alguns dos moradores mais antigos receiam que em alguns anos a região tenha perdido suas principais características paisagísticas e culturais.

Antigamente só tinha família de pescador aqui, a pesca era o que a gente fazia e no tempo que restava a gente plantava uma coisinha ali, outra aqui, porque não tinha mercado perto e na cidade era tudo muito caro. Hoje é mais difícil você ver um quintal com plantação, todo mundo prefere comprar que é mais fácil, mas o que eles não percebem é que a nossa cultura tá se acabando. (informação verbal)¹

¹Fala de Seu Sabiá, presidente da Associação de Moradores da Ponta Grossa. Entrevista realizada pela autora.

Apesar dessas transformações visíveis, Ponta Grossa ainda conserva alguns hábitos mais antigos nas diversas formas de apropriação e uso do(s) território(s), tais como formas específicas de captação e utilização da água, feitas e mantidas primordialmente pelos próprios moradores através de redes de abastecimento rudimentares que servem a todos.



Figura 4 - Foto de captação de água realizada pelos moradores da Praia do Guerra. O círculo vermelho chama atenção para as "macarronadas", prática comum na zona costeira e rural de Paraty. Fonte: Acervo pessoal.

Por ter uma maior concentração de moradias, a Praia do Guerra é o local onde consegue-se observar de modo mais satisfatório as técnicas utilizadas, o sistema comunitário de gestão das caixas d'água e pequenos reservatórios, as práticas diárias e os conflitos que envolvem os usos e a presença dos moradores de segunda residência que não compartilham dessa rotina. Além disso, diversas situações que são interessantes e passíveis de observação e análise crítica, no que tange não somente aos conflitos pelo uso da água, mas à gestão do território, de maneira geral, pelas instituições competentes e atuantes na área, tem se materializado com uma periodicidade considerável na localidade. O despertar do interesse pela localidade por esses agentes segue exatamente uma lógica socioespacial que figura, ao entendimento do atual estudo, enquanto consolidação de um cenário de crise, como já citado anteriormente.

Desde o momento em que a área de estudo foi selecionada, no entanto, surgem percalços que merecem ser destacados por serem, paradoxalmente, alimento para a investigação e dificultadores da realização das atividades e do cronograma de pesquisa.

Primeiramente, por se tratar de uma área costeira, o acesso à Ponta Grossa se faz somente por via marítima através de embarcações dos próprios moradores ou de outros atores que realizam a cobrança por esse transporte para as áreas mais afastadas. Com isso, por

muitas vezes, os trabalhos de campo só foram possíveis devido a solidariedade dos caiçaras residentes na Praia do Guerra, que auxiliaram na minha locomoção.

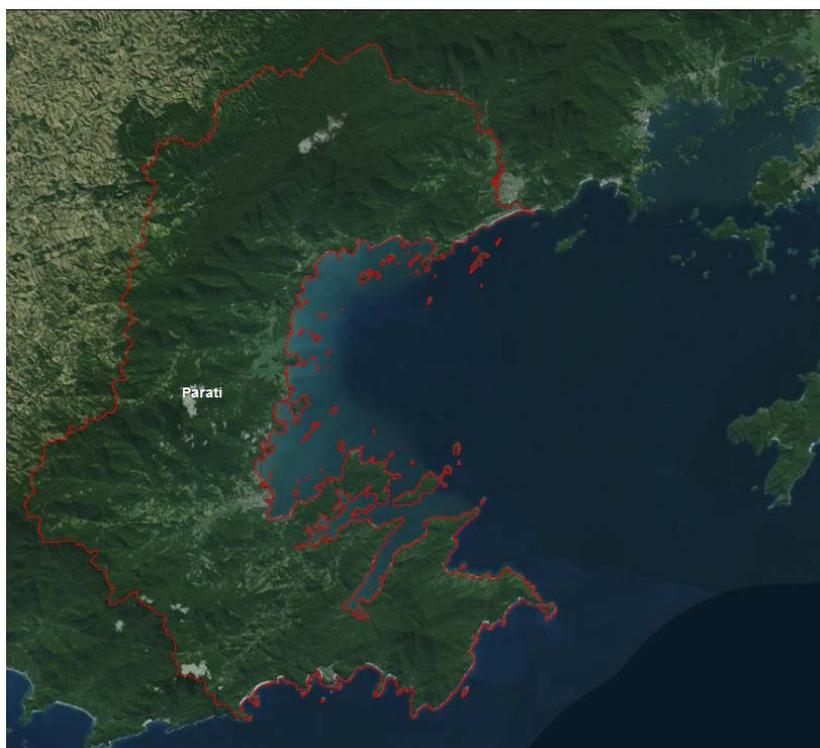


Figura 5–Localização da praia do Guerra. Word Imagery, Fonte: Google Earth, 2016.



Figura 6–Ocupação da praia do Guerra. Word Imagery, Fonte: Google Earth, 2016.

Outro fator dificultador se deve a um sentimento comum de insegurança e desconfiança existente na comunidade perante os atores externos, sejam eles de universidades e instituições científicas, de órgãos ambientais e/ou instituições políticas e até mesmo para com indivíduos. Segundo o Seu Sabiá, presidente da Associação de Moradores da Ponta Grossa, diversos pesquisadores já estiveram na comunidade desenvolvendo uma ampla gama de estudos que não tiveram nenhum espraiamento territorial ou contrapartidas para os moradores. Junta-se a isso uma histórica "ausência" do Poder Público, paralisação de obras na escola e do Posto de

Saúde local e a chegada indiscriminada de moradores de segunda residência, configurando um cenário pouco fértil para a assimilação de novas interferências externas. Devido às questões apresentadas, por inúmeras ocasiões, as informações relevantes foram conseguidas em conversas informais realizadas entre xícaras de café nos quintais das casas da Praia do Guerra, ou mesmo no Píer de Paraty, entre uma viagem e outra daqueles que hoje sobrevivem do transporte marítimo de turistas. Tais bate-papos são nomeados como *conversas livres* na intenção de pontuar tais ocasiões. Não se considera que tal fato diminua a veracidade ou mesmo impossibilite a utilização de tais informações. Ao contrário, a naturalidade das conversas pode mesmo trazer impressões mais verossímeis do que falas filtradas em entrevistas formais agendadas. No entanto, há de se considerar a dificuldade de padronizar dados coletados e, portanto, de produzir uma metodologia que possa se aplicar a estudos de outras áreas.

Nesse sentido, é também imprescindível colocar que o cenário apresentado demonstrou ser importante a caracterização de diversas falas utilizadas ao longo da dissertação como *anônimas*. Durante os anos de pesquisa notificaram-se episódios conflituosos que geraram ameaças reais e atentados pessoais contra propriedades dos caiçaras. O comprometimento de um pesquisador precisa ser com a veracidade dos fatos e, sobretudo, com as pessoas que participam ativamente, mesmo que involuntariamente, de tais. Pisar em território tradicional, como se pode perceber, não é fácil, mas se manter nele é ainda mais difícil. Diante disso é imprescindível que se assuma o compromisso de não compactuar ou colaborar com as situações de violência e exploração já vividas por populações que são, historicamente, condenadas a essa rotina.

Na busca pela minimização dos “ruídos” apresentados corre-se o risco de simplificar cenários e/ou de não ser condizente com a realidade territorial. Metodologicamente, à priori, a simplificação pode parecer mais eficaz, padronizada, o que geraria, certamente, menos descontentamentos e conflitos pessoais. Porém, há a possibilidade concreta da camuflagem de relevantes detalhes apreendidos na dura convivência com uma realidade difícil de ser descrita. Diante dessa “escolha de Sofia” prefere-se, pois, o caminho da empatia ante o da perfeição acadêmica, e o que resta é pedir licença e permissão àqueles que confiaram suas histórias e vivências a uma estranha pesquisadora.

2. ANÁLISE DOS DISCURSOS DE ESCASSEZ

2.1 DISCURSOS DE ESCASSEZ DOS RECURSOS NATURAIS

Para prosseguir nas problematizações acerca da chamada crise hídrica é preciso, anteriormente, debruçar-se sobre a construção histórica de discursos de escassez dos recursos naturais e sobre a maneira que estes foram -e são- apropriados pelos diversos atores sociais e políticos.

Faz-se necessário uma breve exposição de alguns autores que trazem discussões sobre a temática por diversos ângulos e que denotam, certamente, seus posicionamentos sociopolíticos.

De Malthus (1798) a Hardin (1968), de Hobbes (1651) a Locke (1690) a escassez foi estopim de guerras e pressuposto de conflitos diários entre homens que precisam competir entre si pelo domínio e acesso a bens finitos e/ou raros. Não se trata de cobiça ou de consumismo, mas da necessidade básica de se alimentar, de se dessedentar, de sobreviver.

O que, no entanto, para alguns autores é entendido como um problema considerável que dissolve os laços sociais e põe em risco a paz e a unidade das sociedades (HOBBS, 1651) é, para Malthus, mal regulador. Na visão deste o mundo material é limitado e os impulsos humanos de reprodução sexual não: “Malthus acreditava que fome, guerras e epidemias seriam as formas encontradas pela natureza – e por Deus – para controlar esse crescimento acelerado que seria tão prejudicial ao futuro da humanidade” (CORAZZA et al. 2009, p 4).

Nesse sentido, é preciso problematizar a concepção de mundo elitista que compõem esse discurso. Por detrás dele se encontra uma noção de que são os pobres aqueles com mais filhos, sendo estes também os desprovidos de uma noção moral casta. Dessa forma, caberia aos governantes, e à elite esclarecida e devota, colocar em prática ações sociais restritivas, algo que encontra sólida representatividade na implantação da Lei dos Pobres de 1834 (*Poor Law Amendment Act*) na Inglaterra.

Poucos estatutos haviam sido mais desumanos que esta Lei dos Pobres de 1834, que tornava qualquer socorro social uma opção mais desagradável do que a mais baixa remuneração, confinando o trabalhador a centros de trabalho que mais pareciam penitenciárias (e como eram insalubres as penitenciárias inglesas do século XIX), separando pela força os homens, mulheres e crianças, e os desencorajando de multiplicarem sua pobreza. Os pobres resistiram como puderam a leis desse tipo, o que os obrigaram a diminuir o seu rigor (RIBEIRO et al., S/D, p.2-3).

Aliadas a essa lei, ações de estímulo à abstinência sexual deveriam ser tomadas a fim de evitar mais nascimentos e, conseqüentemente, a pressão sobre os recursos naturais.

Esse ideário, por mais extremista que possa parecer, foi apropriado não somente pelos atores sociopolíticos da época de Malthus, mas posteriormente por diversos pensadores e governantes. O discurso malthusiano tem tamanha relevância no cenário mundial, que diversos estudos e decisões estatais carregam a denotação de que a culpa dos nossos problemas ambientais é dos mais pobres, desprovidos de condições materiais e intelectuais para lidar de forma “civilizada” com a problemática. No entanto, são exatamente essas pessoas que vivenciam, em escala local, os impactos causados pela poluição das águas e do ar, esgoto a céu aberto etc.

Essa "contradição", pouco explorada de modo sistemático até pouco tempo atrás pelo mundo acadêmico, demonstra uma intencionalidade existente por detrás dos discursos ambientalistas que se tornam, em determinado momento, hegemônicos. Até mesmo durante a década de 1970, notoriamente uma época de ascensão de um discurso ambientalista global, é frequente o uso da concepção de Malthus sobre o impacto do crescimento demográfico na oferta de alimentos e qualidade do meio ambiente.

Garrett Hardin, ao publicar seu famoso artigo *The Tragedy of the Commons* (1968), trabalha com o conceito de "homem naturalmente predador" criticando as áreas de uso comum, entendidas como aquelas sobre as quais não existem direito de propriedade, e que são abertas para serem usadas livremente por todos.

De acordo com Hardin (1968), o livre acesso e a falta de estabelecimento de direito de propriedade, somadas à limitação física dessas áreas, causaria, ao longo do tempo, sua superexploração e inexorável degradação. (CORAZZA & ARAÚJO, 2009, p 6)

Ao lançar mão desse argumento que não considera os distintos modos de apropriação espacial e, conseqüentemente, tampouco leva em conta que os riscos ambientais também se encontram desigualmente distribuídos, Hardin contribui para a construção de um ambientalismo que se baseia na dicotomia entre crescimento populacional e preservação dos recursos naturais e, concomitantemente, para legitimação de ações de privatização. Cabe aqui uma interrogação: preservação para quem e para o quê?

Essa pergunta pode ser problematizada com a explanação de um trecho de outro artigo que Hardin publicou alguns anos mais tarde, o "*Living on a Lifeboat*". Nesse artigo o autor se vale de uma metáfora, a do bote salva-vidas que conta com poucos suprimentos devido a um naufrágio.

(...) each rich nation amounts to a lifeboat full of comparatively rich people. The poor of the world are in other, much more crowded, lifeboats. Continuously, so to

speaking, the poor fall out of their lifeboats and swim for a while in the water outside, hoping to be admitted to a rich lifeboat, or in some other way to benefit from the "goodies" on board. What should the passengers on a rich lifeboat do? This is the central problem of "the ethics of a lifeboat". First we must acknowledge that each lifeboat is effectively limited in capacity (...) the ethical problem is the same for all, and is as follows. Here we sit, say fifty people in a lifeboat. To be generous, let us assume our boat has a capacity of ten more, making sixty (...) the fifty of us in the lifeboat see a hundred others swimming in the water outside, asking for admission to the boat, or for handouts. How shall we respond to their calls? There are several possibilities. One: we may be tempted to try to live by the Christian ideal of being "our brother's keeper" (...) since the needs of all the needy into our boat, making a total of one hundred and fifty in a boat with a capacity of sixty. The boat is swamped, and everyone drowns. Complete justice, complete catastrophe. Two: since the boat has an unused excess capacity of ten, we admit just ten more to it. This has the disadvantage of getting rid of the safety factor, for which action we will sooner or later pay dearly. Moreover, which ten do we let in? (...) And what do we say to the ninety who are excluded? Three: admit no more to the boat and preserve the small safety factor. Survival of the people in the lifeboat is then possible (HARDIN, 1974, p. 37) apud CORAZZA & ARAÚJO, 2009, p.7).

Percebe-se uma posição bem delineada quanto a quem tem o direito legítimo de estar no "bote salva-vidas". Porque aqueles países mais pobres, teoricamente com menos recursos, mas que crescem em taxas maiores que os países desenvolvidos, devem ter o mesmo direito? Se aqueles que supostamente teriam condições de ter filhos não o fazem no ritmo daqueles que não têm essas condições – os náufragos prestes a se afogar – (HARDIN, 1974), então que estes sejam responsabilizados e punidos.

O banco de alimentos, proposto como mitigação da pobreza, é bastante criticado por Hardin (1974), que novamente parte do princípio de que não há recursos para dar assistência aos pobres (náufragos) que, segundo ele, não contribuíram em nada na sustentação do bote.(...) O problema, de acordo com Hardin, reside no fato de que os países ricos depositam alimentos no banco, mas são os pobres que sacam, em um ritmo muito maior, criando, assim, um problema grave no balanço dessa conta. Esse problema é ainda agravado porque, segundo o raciocínio do autor, esses saques de comida transformam-se em bebês, de forma que: toda vida salva nesse ano em um país pobre, diminui a qualidade de vida das gerações subsequentes (HARDIN, 1974, p.7).

Essa concepção, mundialmente aceita e reverberada, promove, além da ampliação de um cenário de culpabilização dos pobres pelas mazelas do mundo, o fechamento de fronteiras dos países ricos que não são, nessa lógica, obrigados a compartilhar suas riquezas e recursos com os "náufragos".

Hardin é considerado um dos pioneiros do ecologismo, tendo seu discurso apropriado por agentes sociais e políticos de sua época, e ainda nos dias atuais (ACSERALD, 2002). A exclusão de discussões mais elaboradas acerca da histórica divisão de classes, e da apropriação desigual do território e seus recursos, promove e/ou facilita a ascensão de discursos de autores como Malthus e Hardin, que tem na escassez sua problemática central, passando estes a figurarem como discursos hegemônicos dentro do debate ecológico.

A concepção dominante do que venha a ser a questão ambiental, pouco sensível às suas questões sociológicas, concorreu para que o tema do "desperdício" ou da "escassez" de matéria e energia se apresentasse mundialmente como o mais importante no debate ecológico (ACSERALD, 2009 p.28).

Tal concepção acaba por legitimar um processo de intervenção governamental e de dominialidade estatal dos recursos naturais entendidos como "bens comuns", sobretudo da água. Se a humanidade, ou parte (pobre) dela não tem condições de usar de modo *sustentável* os recursos que a Terra provém para o sustento de todos, competindo de modo *possessivo* (HARDIN, 1968) por alimentos e pela sobrevivência, se valendo de toda sua natural agressividade (HOBBS, 1651), o Estado se faz necessário e, portanto, se justifica. Segundo Hobbes, esse "estado de natureza" que evoca uma constante condição de guerra pública contra o outro homem e, em condição privada, de cada homem consigo mesmo, é "o tempo que os homens vivem sem poder comum capaz de manter todos em respeito (...), é a situação em que os contratos e os poderes políticos estão ausentes" (HOBBS, 1651apud SOUKI, 2008, p. 33).

Aqui, diferentemente da fala de Hardin, a escassez não é produto de um crescimento demográfico acelerado promovido, à priori, pelas classes e países mais pobres. Ela é, ao mesmo tempo, causa da violência (algo que se aproxima, de alguma maneira de Hardin) e fundamento da economia. "A escassez impulsiona os homens a trabalhar, incita-os a intercambiar, ela também é a motivação do comércio em sua função pela paz" (SOUKI, 2008, p.45).

Embora os discursos de Hardin e Hobbes não sejam, necessariamente, concomitantes e evoquem construções socioculturais e políticas distintas, a explanação destes autores é demonstrativa de como o discurso da escassez dos recursos naturais é apropriado e utilizado como ponto de partida para explicar e legitimar teorias que carregam conotações elitistas, teológicas, mercadológicas e governistas. Dessa forma, supõe-se considerar o "lugar de fala" dos autores, suas construções socioculturais e intencionalidades.

O que também interessa a esse estudo é buscar entender como tais discursos estão embutidos nas políticas públicas que, ainda nos dias de hoje, reproduzem a construção social de que a escassez- como um paradigma ou elemento puro desprovido de sentido sociocultural- é responsável por muitos conflitos que permeiam as arenas sociopolíticas e, conseqüentemente, pelas situações de crise como a hídrica, objeto de pesquisa do presente estudo.

Sendo assim, a intenção é discutir a escassez como uma construção sociocultural e político-econômica, e não como elemento *natural* intrínseco à vida humana. Entende-se que tais discursos são utilizados de acordo com interesses de agentes detentores do capital econômico (BOURDEAU, 1999) para justificar um sistema desigual de acesso e distribuição de água, por exemplo.

O argumento da escassez tem sido lançado recorrentemente para legitimar uma série de políticas públicas, desde aquelas referentes à valorização econômica dos recursos naturais quanto as que buscam legitimar a atuação e intervenção do Estado na gestão do meio ambiente (COSTA, 2013, p. 38).

Para o cenário brasileiro essa colocação se torna mais visual e concreta quando se leva em consideração a chamada indústria da seca, representada por uma das mais antigas e perversas construções geográficas de fronteiras da expropriação ao direito mais básico de se dessedentar. Inúmeras políticas públicas assistencialistas e, sobretudo, estruturais, figuram ao longo do nosso tempo histórico como “tentativas” de combate à escassez, mas, salvo raras exceções, a grande maioria não toma como o estado primordial das coisas o aspecto do coronelismo e das disputas fundiárias. A seca, a escassez enquanto elemento onipresente, serve como barreira física do acesso e, conseqüentemente, da divisão de classes muito bem delimitada. Serve também como ampliação do domínio do capital travestido de avanço do desenvolvimento econômico, mas serve menos ou nada àqueles que não tem outra opção a não ser conviver com ela.

No Nordeste, as políticas de água elaboradas a partir do paradigma de “luta contra as secas” ou “combate às secas” reforçaram relações de poder já fundadas no monopólio da terra, na medida em que a água acumulada em açudes e/ou barragens se localizava em propriedades particulares dos grandes e médios proprietários de terra. O poder decorrente do controle da terra era agora reforçado também pelo controle da água. De acordo com Albuquerque (1988), o homem pobre se submeteu ao grande proprietário não somente pelo acesso à terra, mas também pelo acesso à água (AZEVEDO, 2017, p.26).

Nesse sentido, algumas políticas de “inclusão” que se baseiam em construções conservadoras de escassez, como as apresentadas acima, podem mesmo agravar situações de expropriação e alienação simbólica e material da terra e os recursos que ela provém. Sob essa ótica, será debatido à frente como o modelo de gestão de recursos hídricos vigente atualmente no Brasil, apesar de considerado inovador, é apropriado por atores hegemônicos na manutenção da estrutura social desigual.

2.2 DISCURSO DE ESCASSEZ DA ÁGUA: CONSTRUÇÃO DA CRISE HÍDRICA

As práticas discursivas que se dão no tempo histórico acabam por viabilizar determinadas ações em detrimento de outras, dando legitimidade a atores ou grupos sociais ao mesmo tempo em que os marginalizam. Estas práticas não são estáticas no tempo ou no espaço, e podem mesmo auxiliar no entendimento de sistemas de ações e de objetos que estão geograficamente localizados.

As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções. Essas funções, de uma forma ou de outras, vão desembocar nos objetos, formas geográficas (...) objetos não agem, mas sobretudo no período histórico atual podem nascer predestinados a certos tipos de ações, a cuja plena eficácia, se tornam indispensáveis (...) Há em cada momento uma relação entre valor da ação e o valor do lugar onde ela se realiza; sem isso todos os lugares teriam o mesmo valor de uso e o mesmo valor de troca, valores que não seriam afetados pelo movimento da história. (SANTOS, 1996, p. 53)

A leitura dos discursos, das intenções e das formas- conteúdo (SANTOS, 1996, p. 72) que estes materializam possibilita o entendimento de uma conjuntura socioespacial que desenha de forma concreta tanto as possibilidades que cada ator social tem para se lançar enquanto agente discursivo quanto as influências imateriais e materiais que estes sofrem ou estão inseridos. É importante destacar que há portadores dos discursos e, conseqüentemente, de ações e aqueles que as constroem e decidem sobre a informação a ser dissipada no espaço.

Impõe-se distinguir entre atores que decidem e os outros. Um decididor é aquele que pode escolher o que vai ser difundido e, muito mais, aquele capaz de escolher a ação que, nesse sentido, se vai realizar. Essa ideia é desenvolvida por J. Masini (1988, pp. 112 -113) que inclui, entre os grandes decididores, os governos, as empresas multinacionais, as organizações internacionais, as grandes agências de notícias, os chefes religiosos (...) a escolha do homem comum, em muitas das ações que empreende, é limitada. Frequentemente, o ator é apenas o veículo da ação, e não o seu verdadeiro motor. Mas é sempre por sua corporeidade que o homem participa do processo de ação (...) a corporeidade do homem é um instrumento da ação. Mas é sempre preciso levar em conta que o governo do corpo pelo homem é limitado, nos dias atuais, e que é lento o progresso na produção de normas legais para protegê-lo (SANTOS, 1996, p.57).

De acordo com Giddens (1978) a limitação nas escolhas do homem pode se dar de duas maneiras: a primeira diz respeito a uma limitação da própria consciência "como, por exemplo, ler o discurso dos políticos e das mercadorias, ambos submissos às mesmas regras do *marketing*?" (SANTOS, 1996, p.81). A segunda vertente deriva das limitações à própria ação. Mesmo dotados de certa consciência, os atores ditos comuns encontram na realidade poucas chances de concretizar seus discursos em forma de ações. Tal fato pode ser explicado,

em alguma medida, pela homogeneização promovida por atores privilegiados tais como governos, empresas e órgãos unilaterais internacionais, que fazem com que as formas de ação abertas sejam cada vez menores.

Essa lógica pode mesmo refletir na criação de *verdades* que tem sua dissipação espaço-temporal determinada exatamente pela capacidade discursiva e pelas relações de poder inerentes às sociedades ocidentais capitalistas, sendo uma prática social que, ao longo do tempo, acaba por estabelecer *regimes de verdade* (AMORIM, 2011) e, em contrapartida, o desaparecimento de saberes não selecionados e/ou contemplados pela – e para a- prática.

Foucault ressalta a complexidade existente por detrás de um saber e todo o conjunto de fatores/elementos que se constroem ao redor e por este.

Um saber é aquilo que podemos falar em prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico (...) um saber é, também, o espaço em que um sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que e ocupa em seu discurso (...), um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam (...), finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (...) Não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma (FOUCAULT, 1979, p.204-205).

Esse pensamento auxilia na compreensão da construção histórica das verdades e saberes difundidos pelas práticas discursivas relacionadas à água.

A produção de saberes que fundamenta a materialização simbólica dos múltiplos usos da água é tão antiga quanto as primeiras civilizações que se instalam à beira dos corpos hídricos, "já que estes proporcionavam a água para beber, facilitavam o deslocamento de pessoas e produtos, eram utilizados como fonte de irrigação e de energia, dentre outras características" (COSTA, 2015, p. 177).

A relação do discurso com a prática tem, nesse contexto, uma proximidade traduzida não somente pela curta distância geográfica entre as populações e os cursos d'água utilizados para a sobrevivência e manutenção de suas atividades, mas pelos simbolismos e relações sagradas com a natureza e os recursos que ela provém.

Contudo, com o avanço da urbanização e das técnicas disponíveis para transportar, armazenar e controlar a água há um distanciamento dos agrupamentos populacionais dos corpos hídricos e, concomitantemente, o substancial aumento da capacidade de consumir mais, desperdiçar mais e poluir mais. Essa complexa interação entre as atividades antrópicas e o ciclo da água que é produto, sobretudo, do modo de vida urbano contemporâneo, abre espaço pra novas práticas discursivas que se diferem daquelas criadas e reproduzidas na

interação "pessoal" entre a água utilizada para as necessidades mais básicas e as populações humanas, passando a impactar, de maneira desigual, um maior número de pessoas e espaços. Práticas essas representadas por um processo de economicização da água justificada, sem maiores discussões, pelo crescimento acelerado dos grandes centros urbanos e, conseqüentemente, de suas periferias e favelas.

A demanda crescente para usos diversificados deste recurso, nos grandes centros urbanos, pressiona cada vez mais a exploração dos mananciais de águas superficiais e subterrâneas. A exploração demasiada pode ocasionar a degradação e escassez do recurso, além de tornar oneroso o processo de captação de águas em mananciais cada vez mais distantes, fato cada vez mais comum nas metrópoles brasileiras. Ter o direito de acesso à água, mas, acima de tudo em níveis de elevada qualidade, deixou de ser uma reivindicação exclusiva da população pobre localizada na zona rural para ser incluída entre os anseios de milhões de habitantes das periferias das cidades metropolitanas, que ainda não são atendidos pelos serviços da água. (COSTA, 2015, p.37).

A reivindicação ao direito de acesso à água, embora completamente legítima, seja nos centros urbanos ou nas zonas rurais, por vezes não consegue se colocar diante das práticas discursivas hegemônicas que se valem exatamente da concentração populacional nas áreas pobres e periféricas, e da ausência de serviços de saneamento e abastecimento, para criar e fundamentar discursos de escassez e, por sua vez, discursos de privatização das reservas de água doce e dos serviços de fornecimento desta.

A demanda explode em todos os lugares. A primeira causa do aumento contínuo e forte do consumo de água é o crescimento demográfico (...) a população aumentando um terço, o número de metros cúbicos disponíveis por habitante vai mecanicamente diminuir um terço até 2025. Aritmética de diabólica simplicidade (CAMDESSUS et al., 2005, p.29).

É preciso frear o desperdício, é preciso garantir o uso para as próximas gerações, mas de maneira que as relações modernas nas cidades não sejam contestadas e o modelo econômico posto à prova, pois a circulação da água nas cidades é também a circulação de poder e do capital.

Nas metrópoles ao redor do mundo, é comum a água passar por uma série de transformações até chegar ao usuário final. Trata-se de modificações não apenas em termos de características físico/químicas, mas também em termos de suas peculiaridades sociais e seus significados simbólicos e culturais. Nas cidades capitalistas, ou pelo menos nas cidades onde as relações de mercado são a forma dominante de troca, a circulação de água também é parte integrante da circulação de dinheiro e capital (SWYNGEDOUW, 2004). Assim como acontece com outros bens e serviços urbanos, a circulação de água (ou os serviços que envolvem o saneamento ambiental) está diretamente imbricada com a economia política e os sistemas de poder, que dão estrutura e coerência ao tecido urbano. (COSTA, 2013, p. 37)

O tecido urbano precisa funcionar para os agentes que detém o domínio sob a circulação de capital – e as maiores cotas de poder- e, sucessivamente, as práticas discursivas precisam possibilitar a materialização das ações e dos objetos.

Pode-se pontuar duas questões que se retroalimentam e acabam por embasar e facilitar esse cenário: primeiramente, o distanciamento criado entre os *consumidores* e a água faz com que as populações percam o domínio sobre a sazonalidade, a temporalidade e as situações de seca e, conseqüentemente, fiquem à mercê das decisões de atores políticos e econômicos que passam a controlar a água que, anteriormente, era de *domínio comum*.

Em segundo plano, esse contexto é, por sua vez, fundamentado por um pensamento que culpabiliza o uso comum dos recursos hídricos pela contaminação e escassez, sobretudo nas áreas periféricas e favelas urbanas que não possuem serviços de saneamento e/ou de abastecimento regulamentado. Tem-se assim a materialização de um discurso de escassez homogêneo que não considera as diferenciações espaciais dos fluxos d'água e, nem tampouco de poder, assim como as desiguais relações das populações mundiais com os *rejeitos* e *proveitos* da água.

O problema da demanda e disponibilidade da água não pode ser visto apenas sob alógica do crescimento demográfico, dado que a população se encontra espacialmente distribuída de maneira desigual. Uma questão relevante é que, de maneira geral, onde a água é poluída por contaminação de esgoto e/ou resíduos sólidos há maior concentração de pessoas de baixa renda, como no caso das favelas brasileiras. Sendo assim, é possível dizer que o problema de oferta/demanda da água é, essencialmente, parte material de um problema social circunscrito numa dinâmica – capitalista – de controle/regulação de acesso a espaços e serviços prioritários.

Cabe aqui uma pequena explanação da relação entre disponibilidade de água no globo terrestre e a geografia dos fluxos desiguais desta. É recorrente a ocorrência de estudos e cartilhas que promovem uma propaganda sobre a finitude dos recursos hídricos e a diminuição em ritmo acelerado das reservas de água potável de maneira generalizada. Alguns países realmente se encontram em tremenda desvantagem no balanço hídrico global, como o Kuwait que possui apenas 10m³ de água per capita. Não longe dele se encontram os Emirados Árabes com o número aproximado de 60m³ de água per capita (FRANCISCO & CARVALHO, 2004). Esses dois países são bons exemplos e servem de alimento para a discussão que se segue no presente estudo.

De acordo com Venturi (2012), apesar de alguns países do Oriente Médio apresentar um índice baixíssimo de disponibilidade de água potável para usos diversos em seus territórios, as

tecnologias desenvolvidas e compartilhadas entre eles de dessalinização da água do mar fazem com que não haja conflitos ou crise. Diferentemente dessa situação temos, como será visto com maiores detalhes no segundo bloco, a crise hídrica do Sudeste brasileiro nos anos de 2014/2015, onde a disponibilidade perpassa por questões muito mais complexas que envolvem, em primeiro plano, a gestão dos recursos hídricos e, nos bastidores, uma dissipação de modelos de privatização da água, ideia defendida no presente trabalho.

Importante ressaltar que essas arenas de disputa e controle se retroalimentam, sendo interdependentes. Apesar dessas dimensões apresentadas, muitas notícias veiculadas pelo monopólio da mídia brasileira reforçam a questão do crescimento demográfico como fator central de pressão aos recursos hídricos e a sujeição do homem aos fenômenos climáticos "incontroláveis". Tais argumentos tem embasamento teórico-científico e se valem de estudos globais sobre a *sustentabilidade* do sistema Terra.

Enquanto uma corrente da economia ambiental neoclássica se limita a relacionar diretamente a escassez da água ao crescimento populacional, à ausência da propriedade privada, bem como a falta de regulação do mercado, a Ecologia Política traz argumentos que buscam entender a desigual distribuição entre *rejeitos* e *proveitos* da água.

Esta última, ao não dissociar 'natureza e sociedade', e 'tempo e espaço', é capaz de visualizar melhor a clara manifestação dos interesses dos detentores de poder econômico em se apropriar cada vez mais dos bens naturais tidos, segundo certas concepções, como capital natural (BORDALO, 2008, p. 5).

A geografia desigual da água, embasada pelas desiguais cotas de poder e pela construção de um discurso de escassez claramente prejudicial às populações ditas "minoritárias" não pode ser, portanto, entendida se não através das contradições do sistema capitalista ocidental. Há atualmente o consenso mundial de que é preciso tomar certas providências para que as fontes de água, finitas, não sofram colapso devido ao uso *desregrado* traduzido pelo desperdício e pela contaminação química e biológica. Essa informação, ou seja, esse discurso, no entanto, é apropriado -ou criado- por governos e empresas que, não somente deixam de discutir os impactos de suas atividades no ciclo hidrológico, como colocam os holofotes em atores sociais que, mesmo que quisessem, não teriam capacidade de disputar um espaço de ações em pé de igualdade com os agentes políticos e econômicos. A responsabilização da sociedade, de forma geral, pela escassez da água pode ser lida enquanto forma possível de manutenção de um sistema exploratório coordenado por uma pequena quantidade de atores que não querem perder essa posição e os privilégios desta.

Essa divisão de poderes e responsabilidades fica clara quando se analisa a atuação de empresários enquanto atores centrais nas formulações das políticas públicas de água, ao mesmo passo que a sociedade ocupa a sua posição de consumidora das leis e dos produtos destas (AMORIM, 2011). Essa lógica se fundamenta na cobrança pelo uso da água que, no Brasil, é legitimada pela Constituição de 1988 que declara a água um *bem de domínio público* que só pode ser adquirida por meio de mercado.

A reforma do setor dos recursos hídricos, em particular a introdução da cobrança, não apenas cria condições para a exploração de recursos sócionaturais, como também divide a conta da recuperação ambiental com a sociedade como um todo, ao invés de responsabilizar diretamente os causadores da degradação. Desse modo, a cobrança pelo uso da água representa uma solução restrita e temporária para a questão ambiental, deixando sem resposta as contradições entre os interesses econômicos e justiça ambiental que sempre caracterizaram o sistema produtivo do país (IORIS, 2006, p. 134).

A Ecologia Política da água auxilia na elaboração de uma compreensão outra dos discursos de escassez e, até mesmo, da conceituação do termo *escasso*. A apropriação da natureza como mercadoria dotada de valor econômico, restrita, portanto, a quem possa economicamente acessá-la, diz muito sobre uma escassez seletiva e cruel. Recursos que, anteriormente eram de uso comum, após a um processo de privatização ou de domínio do Estado, passam a não estar disponíveis a todos de maneira igualitária. Paradoxal e contraditória é, dessa forma, a construção sociocultural de escassez que utiliza a *restrição de acesso* como forma de garantir *o acesso*. O que muda nesse território? A propriedade, elemento central na acumulação de capital.

A possibilidade de apropriação dos recursos hídricos de modo privado estaria na origem da noção da escassez da água e seria um artifício necessário para sua transformação em mercadoria e, posteriormente, inserção no ciclo de acumulação de capital (IORIS, 2006, p. 63).

É através desse prisma que se pretende ler, no presente trabalho, os discursos de escassez produzidos e reproduzidos na forma da *crise hídrica* que irrompe no Sudeste brasileiro, sobretudo no estado de São Paulo, no ano de 2014, situação que será discutida mais à frente. Anteriormente são apresentadas algumas discussões acerca do território-água, dos conflitos de uso envolvidos e dos mecanismos de gestão deste.

2.3 NEOLIBERALISMO, PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA E CONFLITOS AMBIENTAIS

Faz-se preciso um esclarecimento do que se apresenta no presente estudo como conflitos ambientais. Existem diversas discussões conceituais e metodológicas que colocam em pauta a formação e a resolução desses conflitos. No atual estudo tratar-se-á, principalmente, da dimensão conceitual que procura explicar a existência desses conflitos a partir da escola do Processo Político.

Segundo Fucks (1997) um conflito não é algo dado em si, existente, mas sim construído nas relações sociais, no interior do espaço público definido como "arena argumentativa". Paralelamente, Carneiro define conflito ambiental como:

(...) disputas que, inerentes às estruturas das sociedades de dominação, opõem diferentes grupos sociais que, em condições assimétricas de poder, lutam pela atribuição de distintos significados e uso às condições naturais territorializadas. Os conflitos em análise são chamados de "ambientais" no sentido preciso de que põem em jogo usos concorrentes de um mesmo ambiente específico, isto é, de condições naturais territorializadas, quer dizer, apropriadas por agentes determinados para usos determinados (CARNEIRO, 2005, p.36).

Sendo assim, entende-se conflitos ambientais como qualquer conflito que envolva a disputa pela utilização de um dado espaço, recurso e/ou território, podendo ele, inclusive, estar numa periferia e/ou centro da cidade com fortes características de antropização. É válido ressaltar que tais disputas territorializadas também se valem de elementos simbólicos, como o lugar de fala da liderança de um movimento, por exemplo, e que essa concorrência imaterial também se traduz em conflitos ambientais que se materializam através de objetos e/ou pessoas.

Esse hibridismo, essa confluência de elementos simbólicos e materiais e, sobretudo, de fenômenos sociais e "naturais", remete a um campo tão recorrentemente esmiuçado no interior da ciência geográfica: a preocupação em determinar as relações entre sociedade e natureza. Embora pareça óbvio que, quando Carneiro fala em "ambiente", ele já está inserindo no conceito as práticas sociais que nele ocorrem e a relação quase simbiótica entre as duas coisas, reiterar essa percepção afasta leituras simplistas que podem mesmo ir contra o que se procura demonstrar no presente estudo. Não há social sem o "meio", espaço concreto da materialização e/ou significação das ações, assim como não há ambiente sem que assim denomine o homem. O corpo, por si só, é o primeiro ambiente e território material de ação, invólucro das ideias e interpretação singular de tudo o que é visto para além das fronteiras desse espaço.

Tal discussão, cansativamente exaurida pelas diferentes correntes da Geografia, da Sociologia, da Antropologia, da Biologia ou mesmo da Psicologia não é objeto de análise aqui, no entanto serve para exemplificar as diversas práticas metodológicas utilizadas na leitura de um espaço que se prefere entender enquanto território de disputas pelo uso dos recursos nele existentes.

É relevante também colocar que Carneiro avança na direção de metodologias concretas na análise dos conflitos, ao entendê-los em estreito relacionamento com as relações de produção e formas de propriedade desiguais do sistema capitalista (CARNEIRO, 2005), enquanto Fucks, embora impecável ao dizer que as construções sociais vão determinar o que são ou não problemas ambientais nas chamadas arenas argumentativas, que nada mais são que o espaço público de representação e materialização dos jogos de interesses, acaba ficando “preso” a uma dimensão teórica que não dá conta de complexidade e fluidez dos processos produtivos envolvidos. Considerar Fucks é importante para deixar claro que a dimensão social é intrínseca a qualquer conflito. Porém, como fazer tal análise? Como deve proceder um pesquisador que pretende esmiuçar uma situação entendida, sob algum aspecto, como uma disputa conflituosa em arena pública e/ou sociopolítica?

Para Alonso & Costa (2000, p.8) para "para abordar simultaneamente as dimensões cultural e política e os condicionamentos estruturais dos conflitos ambientais, é preciso uma sociologia do conflito ambiental". Tal sociologia, apoiada na história desses conflitos, tem como escopo o processo político do conflito, suas trajetórias, relações, dinâmicas e estrutura (TARROW, 1999; TILLY, 1978). Os autores ainda complementam colocando que:

As disputas ocorrem seja em torno do controle sobre bens e recursos, seja quanto ao poder de gerar e impor certas definições da realidade. Isto é, os conflitos se estruturam simultaneamente em torno de interesses e de valores. O próprio processo conflitivo constitui os agentes, possibilitando a formação de novas identidades, inexistentes no início do processo conflitivo. Chegamos ao fulcro deste modelo de análise: o fator crucial é o tempo. Os conflitos têm história, não é possível compreendê-los tomando em conta apenas a configuração presente da ação coletiva. A produção de alianças, adesão a valores, criação/redefinição de identidades não é estática. É processual (ALONSO & COSTA, 2000, p.8-9).

Nessa linha de raciocínio, o processo político pode ser entendido através de quatro conceitos básicos: 1) estrutura de oportunidades políticas; 2) lógica da ação coletiva; 3) estruturas de mobilização e 4) repertório contencioso.

O primeiro conceito trabalha com uma análise do ambiente político e sua inerente fluidez e dinâmica para entender as mudanças de oportunidade de ação disponíveis para cada agente envolvido nesse contexto. São analisados tanto os processos históricos de longa

duração que "alteram as relações entre estado e sociedade, quanto mudanças do padrão político-institucional, na conjuntura política interna e externa" (ALONSO & COSTA, 2000, p.9). O acompanhamento e formulação de um contexto histórico dá, assim, a compreensão de onde e como se iniciou dado conflito.

Compreender que todo conflito se relaciona intimamente com o seu contexto político-histórico dinâmico e que isso gera, conseqüentemente, mudanças nas oportunidades de ação dos agentes é essencial para seguir com uma análise que parte para a lógica dessa ação, a maneira como indivíduos ou grupos sociais se cruzam, em determinado momento e espaço, e como esta interação configura padrões de organização e comportamento. A coletividade é, nesse sentido, fruto de um processo que pode se valer de repertórios já existentes ou de demandas e pautas "urgentes", tais como aumento de repressão do Estado ou do ataque a direitos conquistados anteriormente. Dessa forma, a construção coletiva voltada para a ação também não pode ser entendida se não em relação ao tempo histórico e aos momentos de oportunidade política.

Não há atores ou categorias fixas, como "classes". Os agentes coletivos se formam durante o próprio processo contencioso e em oposição uns aos outros. A "identidade" é também um resultado do conflito, antes que um motivador dela. (ALONSO & COSTA, 2000, p.9)

Essa abordagem acaba trazendo questionamentos, sobretudo, acerca do processo de mobilização que cada grupo utiliza na criação de um cenário propício para a aglutinação de diversos agentes debruçados sobre uma mesma pauta "coletiva". Essas estruturas de mobilização são intrinsecamente políticas e, portanto, seletivas. Agentes são escolhidos para ocupar um mesmo grupo devido a congruências de pensamentos ou são, ao menos, levados a pensar que estão representados, de alguma maneira, pela pauta proposta (esse processo não é fluido como pode parecer, ele traz uma rigidez intencional que é repassada como pauta democrática e coletiva). Desse modo, é preciso também considerar, nessa abordagem, os interesses que se configuram como arenas dentro dessas estruturas de mobilização, e que podem determinar a escolha dos agentes e da agenda coletiva. Tais interesses complementam a problematização acerca da questão da escolha. O agente escolhe o movimento do qual faz parte ou é escolhido por este? Quais são os limites da consciência de escolha? Não se pretende aqui esmiuçar tais questões, no entanto é interessante expandir os elementos que compõem o quadro dos movimentos organizados e que, portanto, habitam as arenas argumentativas difusas presentes nos conflitos ambientais.

Por último, e não menos importante, se coloca o conceito de repertório contencioso que descreve as diferentes formas coletivas de pensar e agir disponíveis para os atores no espaço e

no tempo. Aqui são consideradas as diferenciações nas apropriações dos discursos e dos "recursos culturais" por tais atores e o simbolismo presente tanto nessas apropriações quanto na produção destes. "Assim, tanto o repertório cultural existente limita o leque de identidades possíveis, quanto o modo pelo qual os agentes se identificam altera progressivamente o próprio repertório" (ALONSO & COSTA, 2000, p.10).

A soma desses conceitos propostos por uma abordagem conceitual do processo político de um conflito ambiental torna possível o afastamento de uma análise metodológica que abrange somente o mapeamento "isolado" dos agentes envolvidos, causas e consequências, sem buscar entender como as micro relações interagem com as mudanças macrossociais que alteram a estrutura de oportunidades, fazendo ascender ou desaparecer agentes ou mesmo discursos e recursos culturais.

Para o presente estudo, que busca entender os conflitos ambientais criados ou refuncionalizados por um cenário de crise hídrica, tal proposta metodológica auxilia na compreensão dos conflitos como produto de uma multiterritorialidade repleta de complexos elementos sociais, políticos e culturais que compõem o campo de análise.

Como colocado anteriormente, é importante entender que os conflitos não se fazem presentes somente a partir do momento que se consegue vislumbrar de forma clara e territorializada as disputas entre agentes. Eles são anteriores a esse processo, produtos das diferentes possibilidades socioespaciais e arranjos seletivos que se dão ao longo do tempo histórico. Os conflitos se fundamentam juntamente com a construção dos discursos e se materializam seguindo uma dinâmica territorial que, por algum motivo específico, tende a deixar certas demandas mais "urgentes"². Tais demandas se valem, portanto, dos discursos criados ou da contraposição destes, no caso das lutas materiais e imateriais contra hegemônicas.

O discurso de escassez, ao mesmo passo que promove a ascensão de atores econômicos internacionais na figura das grandes empresas e companhias de saneamento e abastecimento, refuncionaliza os espaços de exclusão agora ampliados pelos sistemas de privatização e cobrança pelo uso da água.

No cenário internacional, a década de 1970 se torna marcante nesse sentido. Com a economia em crise, países capitalistas como a Alemanha, Estados Unidos, Japão e Inglaterra registram taxas de crescimento incompatíveis com as décadas anteriores, o que faz com que

²A palavra urgente é utilizada entre aspas para destacar que o que pode ser urgente para um ator não é necessariamente para outro.

os agentes político-econômicos busquem novos mercados e ferramentas como forma de superar essa crise de acumulação.

O neoliberalismo então surge como resposta para a crise, apresentando um conjunto de medidas políticas, sociais e econômicas para restabelecer o crescimento da economia mundial. Desse modo, bens e serviços que no Estado de Bem-Estar Social eram considerados direitos são transformados em mercadorias a serem adquiridas no livre mercado. Os serviços de distribuição e produção de energia elétrica, de telecomunicações, distribuição de água e coleta de esgoto entre outros são, através do regime de concessão, privatizados. O saneamento ambiental tornou-se então objeto de interesse do capital internacional. Portanto, as multinacionais da água que controlam o setor, com o auxílio do FMI, ampliaram a sua área de atuação através de investimentos em mais países onde a gestão da água ainda era pública. (GOMES, 2011, p. 177)

Empresas como a americana Bechtel, as francesas *Suex-Lyonnaisedes Eaux* e *Vivendi-Générale des Eaux* e a anglo-alemã *RWE*, juntamente da *Nestlé* e *Danone*, formam uma rede de controle do uso e dos serviços de água que representa um dos maiores monopólios setoriais no mundo ocidental. O que começou nos países europeus e nos EUA sob o slogan da eficiência do mercado em regular os usos e o desperdício, se espalhou rapidamente pelos países do Terceiro Mundo numa nova rodada de *neocolonização* (PORTO-GONÇALVES, 2005).

Bouguerra (2004) levanta o fato de que, no ano de 1999, Moçambique se viu obrigada a privatizar suas águas, repassando a gestão desta à empresa multinacional *Saur-Bouygues*, para conseguir acessar um empréstimo juntamente ao Banco Mundial no valor de 117 milhões de dólares. Nesse mesmo contexto, o mundialmente conhecido banco suíço *Pictet* lançou um pacote de investimentos de oitenta companhias de água que chegaram a alcançar a fantástica soma de 100 bilhões de dólares.

A expansão territorial das multinacionais da água se deu concomitantemente à difusão de ideais que buscavam corroborar e incentivar mudanças nas legislações nacionais de recursos hídricos, sobretudo nos países em desenvolvimento (GOMES, 2011). Tal difusão foi feita de diversas maneiras e esteve presente, inclusive, nas falas dos especialistas que compunham os debates e conferências ambientais que começavam a ter certo destaque e relevância no cenário internacional. Nota-se que o Conselho Mundial da Água, *World Water Council* (WWC), e a Parceria Global da Água, *Global Water Partnership* (GWP), têm como membros representantes do Banco Mundial e da Companhia *Suez-Lyonnaise des Eaux*, sendo seus discursos incorporados aos fundamentos da Declaração de Dublin (1992), importante conferência ambiental que trouxe de forma amplamente sistematizada e organizada os discursos de escassez e de economicização da água das multinacionais e órgãos políticos unilaterais.

A inabilidade em reconhecer o valor econômico da água no passado levou ao desperdício e a usos que foram prejudiciais ao meio ambiente. Gerenciar a água como um bem econômico é um passo importante para a obtenção de um uso eficiente e igualitário, e para o encorajamento da conservação e proteção dos 179 recursos hídricos. (Declaração de Dublin sobre a água em uma perspectiva de desenvolvimento, ONU, 1992)

Com a consolidação de um cenário de privatização da água no mundo inteiro, diversos conflitos se refuncionalizam, atingem outros atores e promovem a expansão de territórios de exclusão e processos de desterritorialização. A problemática de acesso à água tratada e em quantidade adequada (segundo a ONU, a quantidade diária mínima para atender às necessidades básicas é de 110 litros) deixa de ser inerente aos países africanos e do Oriente Médio, ou de regiões de clima semiárido, como o sertão nordestino brasileiro, e passa a atingir os moradores das periferias dos grandes centros urbanos ou mesmo cidades pequenas onde se instalam as parcerias público-privadas (PPP).

É interessante considerar que essa superfície de regulação criada através dos processos de privatização da água no mundo se sobrepõe às soberanias nacionais e aos instrumentos de regulação dos Estados, e que tais territórios modificam a própria natureza espacial das bacias hidrográficas e dos sistemas hidrológicos abertos que não são, necessariamente, idênticos às fronteiras políticas que a instrumentalidade humana estabeleceu.

Aproximadamente três quintos da água que flui em todos os rios é compartilhada por dois ou mais países em 263 bacias hidrográficas em 145 países, onde há dois quintos de vida da população mundial. Como resultado, muitos países são altamente dependentes de recursos hídricos que se originam de fora do seu território nacional. Por exemplo, 34% dos recursos hídricos na Índia e 76% dos recursos hídricos no Paquistão se originam de fora desses países. Como outro exemplo, a bacia do Nilo é compartilhada por 11 países que são mutuamente dependentes para seus recursos hídricos (LEVY; SIDEL, 2011 apud MORI JUNIOR et al. 2012, p.8).

Junta-se a esse conflito de atribuições e gestão dos recursos, os usos regionais e/ou locais das diversas populações que se baseiam nas suas construções socioculturais e nas necessidades nascidas destas para se apropriar dos recursos naturais disponíveis. Disponibilidade é mesmo uma palavra de ordem do atual cenário internacional dos recursos hídricos. Apesar de a matemática hidrológica ser bem simples em termos dos cálculos necessários para determinar a quantidade de água disponível em cada região ou país do mundo, ela não diz nada se pensamos que "a lógica mercantil capitalista, por seu turno, vem mudando o destino da água, assim como seus destinatários" (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.5).

3. A NATUREZA DA ÁGUA

3.1 O LUGAR DA ÁGUA NA GEOGRAFIA

A temática da água é foco de análise de uma ampla rede de estudiosos, agentes políticos e econômico-sociais sofrendo, portanto, apropriações diversificadas influenciadas por difusas construções socioculturais e cotas de poder. Por esse e outros motivos "a água não pode ser tratada de modo isolado, como a racionalidade instrumental predominante em nossa comunidade científica vem tratando". É preciso que ela seja pensada enquanto "território, isto é, enquanto inserção da sociedade na natureza com todas as suas contradições implicadas no processo de apropriação da natureza pelos homens e mulheres por meio das relações sociais e de poder" (PORTO-GONÇALVES, 2005, p 3).

Nesses termos é possível pensar a água enquanto espaço geográfico híbrido que está não somente presente nos rios, massas de ar e correntes marinhas, mas também nos produtos agrícolas e industriais, ou mesmo nos objetos geográficos imóveis, como pontes, fábricas e moradias. Assim sendo, tem se tornado cada vez mais difícil identificar ou quantificar o uso da água pelas sociedades, devido aos avanços das técnicas e dos modos de produção.

Tal fato demonstra a importância de um pensamento geográfico que dê conta dessas transformações e "mutações" do território-água. Muitos são os autores que se debruçam sobre essa tarefa, na tentativa de escapar de uma análise dicotômica entre sociedade e natureza. Esse esforço tem trazido resultados interessantes, com consequente inserção de atores e cenários até então pouco contemplados ou privilegiados, como é possível perceber nos trabalhos de Porto-Gonçalves (2005) e Diegues (2005), onde se nota a comum preocupação em analisar os discursos da escassez da água enquanto discurso hegemônico capitalista, e de trazer contra-discursos como possibilidades territoriais de resistência a essa lógica.

Há também aqueles estudiosos que analisam as relações territoriais da água através de seus fluxos e das desigualdades e contradições inerentes a um sistema mercadológico que se apropria desse recurso, modificando sua geografia. No entanto, apesar do tema ser inerentemente geográfico, há a predominância de autores das ciências sociais ou mesmo do planejamento urbano e regional nos trabalhos realizados.

O simples exercício da busca pelo assunto nos sítios da *Internet* leva ao questionamento do porque da temática da água ter tão pouco espaço nas discussões da ciência geográfica. Os trabalhos e artigos encontrados geralmente se traduzem em uma produção da chamada Geografia Física, e neles as construções e/ou relações socioambientais se limitam,

grande parte das vezes, aos impactos que as enchentes ou eventos pluviais de grande magnitude tem sobre as sociedades em perdas imateriais e materiais.

Tem-se também diversos estudos que se dedicam à geomorfologia dos rios, à dinâmica dos oceanos e praias, à hidrologia e climatologia, e não há como negar a existência de discussões acerca das ações e interferências antrópicas, num claro esforço de produção de uma literatura comprometida em não mais dissociar sociedade e natureza. Entretanto, fica a problematização de que a água ainda não é vista como um campo epistemológico inerentemente geográfico, espaço fértil para análises socioambientais que se encontram presentes- e fluindo- por entre todos os territórios.

O esforço de compreensão que se segue nos tópicos e capítulos do presente trabalho é uma tentativa de pensar a água enquanto território composto por múltiplos espaços que a entrecruzam. Essa leitura é conduzida sob a luz da Ecologia Política que serve de base para as discussões acerca das contradições desse sistema complexo que pertence, inerentemente, à geografia desigual do sistema capitalista ocidental vigente.

3.2 ÁGUA E TERRITÓRIO

A discussão sobre o território não é, de maneira nenhuma, nova na Geografia. Diversos são os autores que se debruçam sobre a temática a fim de entender as relações de poder que se dão no espaço-vivido. No entanto, mesmo nos dias atuais, considerável parcela dessas discussões ainda preserva traços de uma noção de território que exclui os recursos naturais, reafirmando a velha dicotomia entre sociedade e natureza. Há a denotação de que os múltiplos territórios se relacionam com os recursos naturais, mas ainda não se encontra consolidado o pensamento que busca compreender esses recursos, como a água, como territórios que estão em sobreposição com tantos outros, material e simbolicamente.

Esse exercício se torna interessante à medida que se procura o afastamento da naturalização da água, ao mesmo tempo em que possibilita discutir os discursos de escassez que justificam delimitações físicas e criação de novos territórios.

Não é possível entender um recurso, seja ele qual for, como uma coisa abstrata, uma materialidade isolada, ele é "uma relação cuja conquista faz emergir propriedades necessárias à satisfação de necessidades" (RAFFESTIN, 1993, p. 8) socialmente construídas e dotadas de relações de poder, "como um meio para atingir um fim" (RAFFESTIN, 1993, p.225). Tais relações, mutáveis no espaço-tempo vivido, podem ser entendidas enquanto territórios

complexos repletos em multiplicidade e diversidade funcional e/ou simbólica (Haesbaert, 2004).

Segundo essa lógica o próprio espaço-vivido, ou seja, o território em si, pode ser lido como um recurso, uma forma de abrigo que fornece, além de proteção, alimentos e condições de reprodução sociocultural. É sobre (e nele) o espaço-vivido que se dão as práticas religiosas, econômicas e políticas, pra não falar daquelas que são, comumente, naturalizadas. Vale ressaltar, inclusive, que o reconhecimento desse espaço-vivido se dá exatamente pelas complexas relações que o formam e dão, assim, sentido para os atores sociais que o compõem, traduzidas pelos objetos-conteúdo (Santos, 1986).

Isso traz à tona uma interessante questão sobre a temática. Aqueles que não se reconhecem em um determinado "desenho" e não têm suas necessidades satisfeitas por este, ou mesmo não são aceitos na circunscrição delimitada –material e simbolicamente- são, portanto, desterritorializados?

Se as territorialidades clássicas – inclusive a do Estado-nação, tal como foi concebido dentro do que Foucault denomina ‘poder soberano’ – indicavam uma distinção mais clara entre o dentro e o fora, o mesmo e o diferente, o ‘nativo’ e o estrangeiro, cabe destacar, finalmente, que se trata agora de uma des-ordem territorial marcada muito mais pela ambiguidade, onde o próprio processo que construímos para ‘conter’ o outro, na verdade ‘nos contém’ e onde o ‘outro’ – como no caso dos grandes fluxos migratórios Sul-Norte – está cada vez mais no ‘nosso’ território, do nosso lado (HAESBAERT, 2004, p. 118).

Esse termo já foi discutido amplamente por diversos geógrafos, mas foi Rogério Haesbaert o maior contribuinte nas discussões que fazem o uso deste. Para o autor, ao mesmo passo que ocorrem movimentos sociais de desterritorialização, se dão outros de reterritorialização, dando início a um processo que ele denomina de "des-re-territorialização", "uma vez que não é possível, nem individual, nem socialmente ter-se a ausência de alguma forma de territorialidade" (HAESBAERT, 2004, p 75).

Com esse pensamento em mente, seguem aqui as discussões pretendidas. A água, entendida como um território que sofre, portanto, diversas apropriações socioculturais representadas por múltiplos usos –imateriais e materiais- e formas geográficas diferenciadas já foi, historicamente, objeto e palco de disputas e conflitos e, conseqüentemente, de processos que poderiam ser entendidos como de desterritorialização.

Não é preciso ir muito longe. Basta refletir sobre os inúmeros povos que são retirados do lugar de onde vivem muitas vezes, por gerações, pra dar lugar a imensas barragens de usinas hidrelétricas; ou sobre aqueles que, vivenciando grandes intervalos de "tempo" seco em

regiões do semiárido brasileiro, precisam se deslocar frequentemente à procura de água para satisfazer as demandas mais básicas de dessedentação.

Nesses cenários, o termo desterritorialização pode ser entendido como uma "fase" de um processo maior, de um contexto histórico que funcionaliza e refuncionaliza a lógica espacial geográfica de acordo com os interesses do mercado ou da "falta" de políticas públicas sociais, promovendo, em diferentes escalas de tempo e espaço, des-re-territorializações.

No entanto, é interessante também supor que, por a água estar presente em boa parte de nosso sistema corpóreo e de outros seres vivos, na biomassa e tantos processos físico-químicos dos múltiplos territórios e territorialidades, dizer que existiu uma fase de desterritorialização da água em determinada circunstância exige uma separação muito bem construída do objeto de análise. O que estaria em foco nessa leitura? A sede, a impossibilidade de se higienizar, de se alimentar ou mesmo de não se reconhecer enquanto ser composto de água?

Essa linha de raciocínio visa instigar um olhar mais amplo e menos viciado para os processos territoriais relacionados à água, de forma que seja possível entendê-los também fora de uma lógica essencialmente fundiária o que viabiliza, entre tantas formas de análise, a compreensão dos fluxos desiguais da água enquanto território(s) que se modifica(m) e refuncionaliza(m) da nascente até o encher do copo de água em nossas residências.

Nesse sentido, a geografia da água é muito ampla. Ela perpassa múltiplos territórios e as territorialidades envolvidas a transformam, colocando-a dentro de canais retilíneos, em represas individuais e reservatórios públicos, em altares religiosos ou simplesmente em Unidades de Conservação de Proteção Integral. Deter-se a uma instrumentalidade racional preestabelecida que se baseia, exclusivamente, ao aspecto fundiário e /ou econômico da água pode servir em determinados casos e estudos, no entanto encarar a complexidade inerente ao território-água é também se debruçar por uma fluidez que, vez ou outra, não consegue ser limitada por fronteiras tão nítidas das supostas pelas análises mais convencionais sobre espaços-vividos.

No presente estudo será realizado um esforço para considerar o território-água enquanto espaço de disputas, simbólicas e materiais, mas também de conciliações e encontros entre vertentes, nascentes, pessoas e discursos que vão além dos discursos de escassez hegemônicos. Práticas locais ou mesmo individuais, saberes ancestrais, manejo comunitário e percepção holística confluem e fomentarão, no estudo de caso, uma leitura geográfica não convencional do objeto de análise, o território-água da Praia do Guerra, em Paraty, ulteriormente apresentado.

3.3 ÁGUA COMO RECURSO HÍDRICO: O ESPAÇO ECONÔMICO DA ÁGUA

Comumente os nomes água e recursos hídricos são utilizados para um mesmo fim, como conceitos sinônimos. No entanto, é válido considerar que a água está presente no estado gasoso, sólido e líquido nos mais diversos processos e fenômenos naturais, nos corpos dos seres vivos, inclusive no nosso (somos compostos por até 75% de água), com composição de sais e/ ou nas águas doces dos rios, como composto mineral e orgânico de outros elementos físico-químicos não sendo, necessariamente, um recurso hídrico voltado ao uso humano. "A água é fluxo, movimento, circulação. Portanto, por ela e com ela flui vida e, assim, o ser vivo não se relaciona com a água: ele é a água" (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.8).

O termo água, portanto, por via de regra geral, refere-se ao elemento natural desvinculado de qualquer uso, enquanto o termo recurso hídrico é a consideração da água como bem econômico, passível de utilização com tal fim (CASTELLANO, 2007).

É, inclusive, uma tarefa árdua mensurar a quantidade de água existente no planeta. Um grande número de estudos se limita a fazer cálculos da quantidade de água presente nos oceanos, nas calotas polares, nos rios superficiais e lençóis freáticos, e das trocas ambientais feitas no ciclo hidrológico, porém ainda é limitado o número de publicações que tratem das trocas de água entre corpo humano e ambiente, por exemplo, ou da quantidade de água existente na biomassa.

Isso pode se explicar, de certo modo, pelo fato de que nos interessa da água é o que podemos usar dela sem grandes esforços técnicos. A água transformada em recursos hídricos é a água doce utilizada pela humanidade, influenciada pelas técnicas disponíveis, pelas narrativas socioculturais, político-econômicas e, conseqüentemente, pelas leis de mercado sendo, segundo especialistas, menos de 1% de toda a água da Terra. Ou seja, segundo um discurso de escassez amplamente difundido e corroborado internacionalmente, "embora o planeta tenha três de suas quatro partes de água, 97% dessa área é coberta pelos oceanos e mares, e por ser salgada, não está disponível para consumo humano; dos 3% restantes, cerca de 2/3 estão em estado sólido nas geleiras polares e, assim, também indisponíveis para consumo humano" (PORTO-GONÇALVES, 2005, p.10).

Tamanha discrepância entre a quantidade de água existente no planeta e a que é passível de utilização humana cria um sentimento de que, com o crescimento populacional, a água potável um dia acabará. É verdade que, como demonstram os estudos atuais sobre mudanças climáticas (EGLER & GUSMÃO, 2011) há um risco iminente de colapso das

fontes de água para abastecimento humano, mas isso não se deve essencialmente ao crescimento populacional.

É válido acrescentar, nesse sentido, que a quantidade de água disponível na Terra é constante, sendo praticamente a mesma de 12.000 anos atrás, com variações mínimas devido a fenômenos climáticos extremos.

É mesmo interessante perceber que, devido aos fenômenos de aquecimento global e efeito estufa, a quantidade de água doce na forma líquida aumenta sucessivamente no decorrer dos anos, principalmente após a Revolução Industrial, algo que realça as muitas contradições e disparidades que permeiam esse complexo sistema-água e, por conseguinte, dos recursos hídricos.

As situações generalizadas de escassez ou de diminuição das fontes utilizáveis para consumo humano precisam, portanto, ser entendidas sob o prisma da geografia desigual da água que envolve, além das diferenciações espaciais das fontes de água doce, a contaminação destas, a valoração, a mercantilização e, assim, as possibilidades diferenciadas de acesso a água de qualidade.

A partir do momento que se transforma a água, bem indispensável à vida e, portanto, essencialmente *bem de uso comum*, segundo o discurso jurídico dominante (GOMES, 2011), em um recurso passível de valoração monetária e de comercialização, esta se transforma em mais um produto à mercê da lógica de mercado embutindo, assim, as injustiças ambientais e contradições sociais desse sistema. Injustiça essa que não se faz visível somente na desigualdade de acesso e distribuição da água "bruta" para consumo doméstico, por exemplo, mas também no acesso desigual aos produtos que utilizam a água nas suas etapas produtivas.

A divisão socioespacial internacional que determina os caminhos que os recursos hídricos seguem, seja sob a forma de *proveitos* ou através dos *rejeitos*, obedece a uma lógica "desenvolvimentista", tal qual para qualquer outro recurso ou produto.

A injustiça ambiental se generaliza na medida em que as matérias, ao se deslocarem no sentido geográfico que as relações sociais e de poder determinam, escrevem uma geografia desigual dos proveitos e dos rejeitos. Afinal a água circula não só pelos rios, pelo ar, ou pelos mares e correntes marinhas, mas também sob a forma social de mercadorias várias -tecidos, automóveis, matérias-primas agrícolas e minerais- e só assim podemos entender o desequilíbrio hidrológico impulsionado pela lógica de mercado generalizada. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 5)

O desequilíbrio hidrológico é, por vezes, analisado apenas pela lógica da distribuição espacial das chuvas – e das secas – e da localização das fontes de água doce superficiais e subterrâneas, como se estes fossem os únicos caminhos que a água percorre. A apropriação da água na forma de recurso hídrico, ou seja, a transformação sociocultural desta em um espaço

econômico traz uma complexidade que não pode ser analisada separadamente do modelo econômico vigente.

Por envolver uma questão básica que é a essencialidade à vida, os recursos hídricos se encontram, tanto nas vias dos discursos jurídico-institucionais, quanto no que se refere aos múltiplos usos diferenciados cultural e mercadologicamente, num campo muito complexo. Diferente dos recursos minerais ou dos recursos da silvicultura que servem, obviamente, à nossa vida, mas sem os quais conseguimos viver em certa medida, os recursos hídricos são indispensáveis à existência de qualquer forma de vida, o que não somente nos afeta diretamente, enquanto seres vivos compostos de água, quanto "indiretamente", pois sem água não há agricultura, moradia, saúde, escolas, roupas, etc.

Alguns países como a China, EUA e Alemanha importam *commodities* como soja e milho pensando exatamente na quantidade de água que é utilizada na produção destes. A água virtual, conceito criado pelo inglês John Anthony Allan, no ano de 1990, diz respeito à quantidade do recurso que evapora, é poluído ou diluído nos processos de produção.

Só o consumo anual de café e cacau na Alemanha, por exemplo, requer 20 quilômetros cúbicos de água virtual. As carnes de vaca e de porco importadas também têm essa característica, além de sementes oleaginosas, como oliva, palma e algodão (WWF, 2008).

O Brasil é um dos países que mais exporta água na forma de produtos agrícolas³. Trocas entre o país e a Alemanha, por exemplo, já chegaram ao coeficiente de 5,7 bilhões de metros cúbicos de água representados pela produção de café, soja e carne.

Segundo Porto-Gonçalves (2005), apesar de o Brasil ser um grande exportador de água virtual a quantidade deste recurso e, conseqüentemente, os gastos envolvidos, não são adequadamente considerados e/ou embutidos no valor final dos produtos. Para o autor, esse fato é merecedor de atenção podendo ser uma via interessante para se pensar as contradições do sistema capitalista.

Os consumidores domésticos, aqueles usuários que demandam a menor porção de recursos hídricos, são recorrentemente cobrados pelos serviços de abastecimento e distribuição de água ficando, inclusive, à mercê dos episódios de racionamento, para que o país continue exportando *commodities* e, necessariamente, água, mantendo a estrutura mercantil de "trocas" comerciais.

³ Dado disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-%C3%A9-o-maior-exportador-de-%C3%A1gua-virtual-para-a-alemanha/a-4539260>.

Nesse ponto, é importante diferenciar o valor econômico da água e a cobrança realizada pelos serviços de tratamento, armazenamento e distribuição de água (Figura 7).

O valor da cobrança pelo uso da água se realiza por meio de um modelo matemático que expressa de maneira simples as relações que podem ser estabelecidas entre os recursos hídricos e um usuário, como a captação, o consumo, a poluição ou mesmo a melhora das condições da água. O valor econômico é um valor teórico que expressaria o valor da água considerando suas diversas utilizações pelo ser humano, inclusive incorporando aspectos subjetivos (CARVALHO, 2005, p 25).

A imagem abaixo expressa essas relações e aspectos. Como é possível observar, são diversas as formas de valorizar/valorar e, por conseguinte, economicizar a água dando a esse valor de recurso hídrico, sendo tais formas mutáveis no tempo e no espaço.

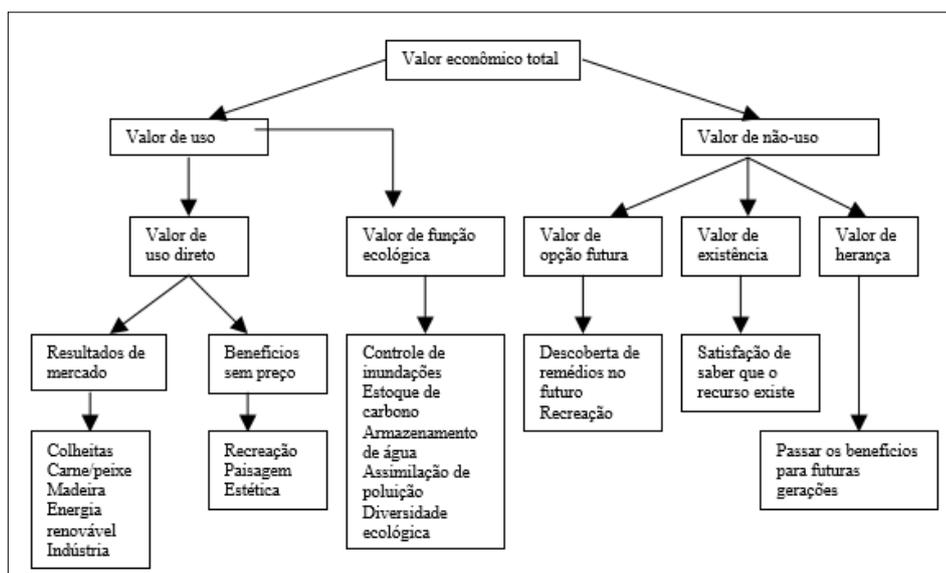


Figura 7 - Esquema com diferentes tipos de valorização/valoração da água. Fonte: Hodgeet al.,1992 apud Carvalho, 2005.

A água enquanto recurso hídrico responde à mesma lógica mercadológica que rege todos os demais produtos. Essa lógica que faz a água caminhar para o lado daqueles que possuem recursos financeiros e, conseqüentemente, na direção contrária daqueles descapitalizados, reforça as relações de injustiça ambiental e constrói uma geografia desigual da água notável, principalmente nos centros urbanos, espaço por excelência das movimentações e estruturas comerciais e financeiras.

A água pode, nesse sentido, servir de base epistemológica para entender as cidades, tanto quanto pode ser explicada por estas.

A produção socio natural da cidade baseia-se em alguma forma de água corrente. As múltiplas temporalidades e os entrelaçamentos das águas ilustram a perpétua metabolização e mobilização da água (...) nosso copo d'água relaciona todas as coisas/sujeitos em uma rede, um rizoma, conectando intimamente as relações socioespaciais, inserindo-as numa política gigante (...) esses múltiplos metabolismos da água são estruturados e organizados por intermédio de relações de poder; isto é, relações de dominação e subordinação, de acesso e exclusão, de emancipação e repressão. Essas relações sociais passam a se encaixar no fluxo e nos metabolismos da água corrente (SWYNGEDOUW, 2009, p. 99).

Por toda essa complexidade socioespacial e, conseqüentemente, cultural, a água não pode ser entendida apenas enquanto recurso hídrico passível, portanto, de submissão às leis de mercado. Ela é isso e também circulação, é retrato dos discursos hegemônicos capitalistas e, em contrapartida, ferramenta de resistência, é desenho de uma paisagem material e imaterial, estando presente em tudo quanto tocamos e vemos. Por sua vez, essas relações não são estáticas e se modificam também através da geografia dos fluxos desiguais de acesso e distribuição de água. Assim sendo, olhar para a água, seus caminhos e descaminhos, é, por um lado, mirar o espelho das contradições capitalistas que, cada vez mais, desenham profundas cicatrizes na terra e nas pessoas e, por outro, entender a cura que há após a compreensão desse processo.

3.4 COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA: ESPAÇO PÚBLICO X ESPAÇO PRIVADO

Quando se realiza a discussão da água sob o prisma dos recursos hídricos e dos diferentes modos de uso e apropriação destes, chega-se, quase que inevitavelmente, ao questionamento de como conciliar as divergências e garantir um acesso igualitário à água de qualidade.

Essa discussão perpassa tantas outras e, de certo modo, só é possível se considera-se o território-água enquanto espaço público, ou seja, o lugar da copresença dos indivíduos e dos discursos políticos que o definem ao mesmo tempo que condicionam sua publicidade.

Dessa forma, o espaço público é o lugar onde se institui um debate, onde os conflitos tomam forma pública, onde podem surgir soluções e compromissos, onde os problemas adquirem visibilidade e reconhecimento. Essas duas últimas qualidades são, aliás, ao lado da acessibilidade regulamentada e da isonomia, fundamentais atributos desse tipo de espaço (GOMES, 2012, p 25).

Nesse sentido, o atributo da acessibilidade fundamentada é interessante, pois é sobre, e através dele, que se constroem, muitas vezes, argumentos dicotômicos que contrapõem espaço privado e espaço público. Há o pensamento comum de que, se há acesso de modo *gratuito* e *livre* a determinado espaço, então este é público, enquanto o caso contrário

configura espaços privados. No entanto, é sensato supor que nenhum espaço é acessado de maneira desregulada, mesmo que tal regulação já esteja tão culturalmente aceita que não a percebamos. Os signos e "limites" de acesso podem ser desde uma distância geográfica x até a utilização de determinada linguagem, ou mesmo a realização de cobrança pelo uso de um espaço, como é o caso dos transportes públicos.

Sendo assim, os espaços públicos e os privados não podem ser pensados de acordo com uma racionalidade instrumental que os opõem para explicá-los. É preciso, pois, atentar-se para a recorrente confusão entre regime de propriedade e regime de direito. Há espaços públicos como estacionamentos, supermercados, museus e *shoppings* que pertencem a um regime de propriedade privada.

No que concerne à água, no que diz respeito à legislação brasileira, esse ponto é um dos que mais trazem questionamentos e embates. Segundo a instrumentalidade jurídica atual a água é um *bem de domínio público*, ou seja, a dominialidade, o controle, a gestão desta é feita pelo Estado (Lei 9.433/1997). Ou seja, nenhum indivíduo ou grupo socioeconômico pode se apropriar da água e usá-la sem que este uso seja adequado ao controle público, o que é possível é o pagamento pelo uso desta.

Essa cobrança, geralmente executada por empresas concessionárias privadas que fazem um serviço de tratamento e distribuição da água, ocorre sob a lógica do usuário-pagador. Já o fato desta responder a uma lógica de mercado nasce da justificativa da "incapacidade" do Estado em atender às necessidades da população de modo adequado.

É mesmo interessante observar que uma empresa privada pode gerir e distribuir a água através da concessão desses serviços pelo Estado, mas a sociedade civil, de modo geral, não: "Definir as águas como bem de uso comum do povo implicaria em dispensar a autorização administrativa para seu consumo, o que contraria a Lei Nacional dos Recursos Hídricos" (GOMES, 2011, p. 45).

Entendem-se bens de uso comum como aqueles que podem ser utilizados coletivamente, de maneira isonômica, sem que isso exija intervenção ou controle do Estado.

Consideram-se bens de uso comum do povo aqueles que por determinação legal ou por sua própria natureza, podem ser utilizados por todos em igualdades de condições, sem necessidade de consentimento individualizado por parte da Administração. Dentre eles, citem-se as ruas, praças, estradas, águas do mar, rios navegáveis, ilhas oceânicas (DI PIETRO, 2014, p.117).

No entanto, existem alguns usos de bens e/ou espaços de uso comum que podem não se encaixar nessas determinações, caracterizando exceções como, por exemplo, bloqueios de ruas para realizações de corridas esportivas ou eventos carnavalescos (VIEGAS, 2005).

Todavia, pode-se dizer que o que ocorre com a água é exatamente o contrário:

A regra é a outorga e a exceção é o enquadramento do uso nos casos de "volumes insignificantes". Ao transformar regra em exceção, desvirtua-se assim o próprio sentido do instituto, imprimindo mais confusão e afastando-se a solução jurídica definitiva (GOMES, 2011, p.46).

Como demonstrado, as águas doces não se circunscrevem na denominação jurídica de bem de uso comum. De alguma maneira, tal fato possui relação com a construção sociocultural de um paradigma de escassez que, no tempo histórico, tratou de colocar a culpa da falta de água, e do aumento da contaminação das fontes e reservatórios, no uso comum "desregulado".

Nesse sentido, a publicização, ou seja, a transferência da gestão de serviços e setores que não são considerados exclusivos do Estado para setores privados, através da formalização de entidades de caráter público de direito privado, ao estabelecer um único modo de aquisição da água por meio de mercado, acaba servindo de instrumento facilitador para processos de expropriação de comunidades tradicionais e rurais que não possuem condição alguma de disputar pelo uso da água nesse novo cenário.

É válido então supor que o atributo da dominialidade pública, ao contrário de impedir a privatização indevida da água por atores sociais e econômicos capitalizados e dotados, pois, de absurdas cotas de poder, refuncionaliza e/ou até mesmo fortalece a desigualdade e a configuração de espaços de exclusão.

É conhecido o fato de que no semiárido nordestino, por exemplo, açudes e reservatórios públicos são construídos em terras particulares o que, historicamente, acaba por validar e legitimar um sistema coronelista que, de forma concreta, impossibilita o direito de ir e vir e mesmo o de se dessedentar da população rural (AZEVEDO, 2017). Essas pessoas, em sua maioria mulheres e crianças, caminham horas a esmo para conseguir um pouco de água barrenta devido à ausência de reservatórios ou pelo fato destes não estarem disponíveis a todos? Qual o papel do Estado na consolidação da geografia da seca?

Reconhecer a água como bem de domínio público requer, então, a reformulação dos próprios espaços públicos, e a superação teórica e epistemológica da dicotomia entre estes espaços e os entendidos enquanto espaços privados. Como é possível perceber, o suposto impedimento à privatização indevida trazida na instrumentalidade jurídica brasileira não garante o acesso igualitário da sociedade aos recursos da terra e às águas que percolam por múltiplos territórios marcados pelas cercas e arames dos latifúndios, pelos coronéis e, nas cidades, pelos muros e canos construídos pelas empresas concessionárias.

Garantir a universalidade do acesso aos recursos hídricos passa, portanto, também pela reforma agrária e pelo desmantelamento das contradições do sistema capitalista o que, obviamente, não é de interesse do Estado ou de qualquer outra arena argumentativa que execute funções e serviços não exclusivos deste (RANDOLPH, 2016).

3.5 CULTURA DA ÁGUA: ESPAÇO SIMBÓLICO OU ESPAÇO POLÍTICO?

Analisar a água enquanto recurso hídrico sem considerá-la em tantas outras apropriações simbólicas e culturais -materiais e imateriais- para além das econômicas pode, em algum momento, tornar invisíveis outras esferas que compõem um processo maior e mais significativo. É mesmo difícil a tarefa de diferenciar ou analisar separadamente as relações econômicas e socioculturais em torno da água, pois estas são territórios que se sobrepõem e influenciam mutuamente. É preciso, pois, buscar entender a economicização da água analisando criticamente os discursos presentes, as intencionalidades e, por conseguinte, as diferentes relações territoriais culturais que promovem um conflito de interesses entre as narrativas e atores.

A *cultura da água*, termo utilizado e reproduzido sem muita preocupação com a nomenclatura, não é uma, território homogêneo que faz com que todos no globo terrestre se sintam representados por ele.

Toma-se como ponto de partida a hipótese de que há diferentes "culturas da água", ou seja, diferentes formas de reflexão e ação, e que estas culturas são povoadas por discursos que são, de uma só vez, manifestações estruturantes, reguladoras, normatizadoras e coercitivas de ações (AMORIM, 2011, p. 46).

Cada grupo social ou político, dotado de interesses difusos, se apropria de um modo também distinto do espaço e, assim, dos recursos presentes nele (como já demonstrado acima com a explanação do conceito de territorialidade). Os usos são influenciados pelas necessidades e estas, mesmo sendo as mais simples e primárias, como matar a fome, a sede ou o frio, são construídas socialmente e dissipadas através de narrativas e símbolos.

Com a água não poderia ser diferente. Reiterando as colocações anteriores, a água que conhecemos em forma de recurso hídrico não é a mesma que circula "livremente" através do ciclo hidrológico pela Terra; ela é isso e também números, produtos e modo de vida, ela é discurso e significado.

A água doce é necessidade básica de todos os seres humanos, mas a forma com que essa necessidade é atendida depende da cultura. O atendimento dessa necessidade (água para beber, lavar, irrigar) é feito através de instituições criadas para esse fim (DIEGUES, 2005, p. 3).

Por esse motivo é interessante que se busque uma compreensão mais ampla e, portanto, menos genérica e limitada, dos significados e necessidades criados por nós e pelos outros, pois é exatamente através dessa imersão que uma reconstituição da realidade mais fidedigna em sua organização, constituição e estrutura, torna-se possível (CORRÊA, 2012). No entanto, ler os significados por detrás das formas espaciais ou, como denominou Santos (1996), das formas-conteúdo, não é uma tarefa simples. O que você vê quando olha para o rio que corta o seu bairro? Será que o significado é o mesmo de quando se debruça sobre ele um indígena ou morador mais antigo?

Nesse sentido, o primeiro obstáculo para uma leitura não limitada do espaço pode surgir mesmo no simples olhar do interessado. Este olhar não é livre de pré-julgamentos e significados. Afinal o que vem antes, a ação de olhar ou a de julgar? Eu julgo porque posso ver ou eu vejo o que julgo existir? Não cabe ao presente estudo se aprofundar nas complexas discussões antropológicas acerca das construções socioculturais da paisagem e de tudo que ela contém. No entanto, essa breve introdução da problemática auxilia no entendimento de que água não é apenas água e, desse mesmo modo, a falta dela também não se esgota em uma primeira possibilidade: a ausência de chuvas.

Dito isso, é possível supor que, para ultrapassar, pelo menos parcialmente, o obstáculo da limitação do olhar singular e repleto de julgamentos, se faz necessário, de antemão, admitir e ressaltar a posição de "observador" e, acima de tudo, que os discursos não são impessoais, mesmo que comprometidos com a veracidade e cientificidade das informações. Um segundo problema deriva do fato dos significados não serem estáticos no tempo ou no espaço, nem tampouco existirem na ausência desses dois elementos, o que exige um esforço de compreensão relativamente considerável.

Os significados são considerados instáveis, caracterizados pela polivocalidade, isto é, para cada grupo pode haver significados distintos para os mesmos processos e fenômenos. A polivocalidade, por sua vez, gera um embate entre ideias políticas, crenças e valores, que assume um caráter político (CORRÊA, 2012, p.134).

É exatamente esse momento de tempo e espaço da divergência, do embate entre crenças e discursos que interessa ao presente estudo. Atualmente há a presença quase inquestionável de um discurso hegemônico de cultura da água que procura se legitimar utilizando o argumento da *escassez* e, em contrapartida, da *sustentabilidade* como forma de garantir a manutenção de um sistema econômico exploratório travestido de *desenvolvimento*.

No entanto, esse modelo serve a quem? Quais são os significados por detrás das narrativas e mesmo das políticas públicas de recursos hídricos? Essas políticas contemplam a

diversidade nos usos e apropriações do território-água ou procuram homogeneizar esse território?

É mesmo interessante se debruçar sobre as políticas públicas através dessa perspectiva como maneira de indagar se todos os interesses dos atores ou grupos sociais estão contemplados nos textos das leis e decretos.

Britto & Santos Júnior (2010) discorrem sobre três formas básicas distintas de apropriação da água sob as quais as políticas públicas deveriam ser fundamentadas e baseadas:

I- A água como necessidade fundamental para a reprodução humana; vista enquanto um direito humano coletivo, fator de coesão social pelo fato do seu acesso expressar uma condição de igualdade de todos os cidadãos. Relacionada às questões de saúde pública.

II- A água como mercadoria de consumo de luxo; um bem que permite agregar conforto e qualidade de vida para além das necessidades básicas, usos não fundamentais para a reprodução social.

III- A água enquanto insumo para as atividades agrícolas, comerciais e industriais.

É preciso, contudo, levar em consideração que, no setor agrícola, o pequeno produtor rural utiliza a água para fins de subsistência e não para a valorização do capital.

Apesar das vertentes apresentadas pelos autores, é bastante comum a banalização ou total ausência do elemento de coesão comunitária através da água nos textos legais de nossa legislação. A Lei das Águas 9.433/97, nesse sentido, se preocupa mais em dar sustentação para a publicização da água, do que em reconhecer que os tão falados múltiplos usos não são tão diversificados assim e perpassam, todos, pelas leis de mercado. Oferta de demanda nunca foram aspectos tão legitimados.

Por que –e quando – criou-se o senso comum de que é mais fácil conscientizar um cidadão a fazer um uso sem desperdícios de água através do “doer no bolso”, e não pela sua noção de coletividade? É possível que a resposta esteja exatamente na contradição do sistema capitalista que expropria para depois mercantilizar. A sociedade está, de maneira geral, cada vez mais apegada ao individualismo e mais afastada do comum, do coletivo, o que pode facilitar bastante o enfraquecimento das últimas manchas espaciais que subvertem essa lógica, não sendo de se espantar os ataques recorrentes a comunidades indígenas, caiçaras e quilombolas.

Os usos da água se diferem tanto em escala local, entre as pessoas de um mesmo bairro, de uma mesma rua, quanto numa escala regional, nacional e internacional. A maneira

como esta é utilizada e/ou gerida depende, como ressaltado anteriormente, das construções socioculturais, e, portanto, dos significados, das relações de poder aquisitivo e financeiro, e até do gênero. Como observado em Britto & Santos Júnior (2010) considerar os múltiplos usos, que vão desde as práticas mais básicas ligadas à sobrevivência e subsistência, como dessedentação e alimentação, até aquelas que podem consideradas desnecessárias, mas ligadas a um determinado padrão de vida social, é ampliar a abrangência de uma política pública da água.

Atividades como lavar o carro, frequentar piscinas ou passar os fins de semana e as férias no litoral, fazem parte da rotina de um morador de classe média das cidades brasileiras, o que não é uma constante para moradores de cidades pequenas ou mesmo para aqueles mais pobres. Assim sendo, é possível dizer que o contato de grande parte dos cidadãos urbanos com as "águas naturais", na forma de praias, rios e cachoeiras, acontece de modo muito esporádico, e que essa vivência tem uma íntima relação com lazer e entretenimento, diferente das populações tradicionais ou rurais que mantêm uma relação direta de uso e, portanto, de sobrevivência com esses espaços: "Nas sociedades modernas a água, como bem de consumo, é desterritorializada, canalizada de outros lugares muitas vezes distantes, com os quais as populações urbanas têm pouco ou nenhum contato" (DIEGUES, 2005, p. 7).

É preciso, portanto, ler os rios, lagos e mares considerando seu papel enquanto produtores e reprodutores de discursos e valores, entendendo que há um simbolismo que pode se traduzir nos múltiplos usos e formas espaciais. Essa mesma leitura também é útil para compreender a forma como os fenômenos ditos naturais, como precipitações, seca, deslizamentos e trombas d' água afetam cada grupo social.

A sazonalidade (periodicidade) das águas é um elemento marcante nas sociedades tradicionais, que organizam suas atividades econômicas e sua vida social em função da estação das águas e da estação seca. Essa periodicidade também existe nas cidades (em algumas o verão é equivalente a enchentes destruidoras), mas sua interpretação é distinta das sociedades tradicionais (DIEGUES, 2005, p. 8).

Entendem-se comunidades e territórios tradicionais, de acordo com o Decreto 6040/07, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades, como:

Art. 3º:

I- Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural,

social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição;

II- Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os Arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações;

O território é um elemento de extrema relevância para as comunidades tradicionais. Mais que espaço de regulação e de delimitação de fronteiras político-administrativas, território tradicional é a resistência de uma cultura, ele é, por si próprio, a constatação física de práticas simbólicas muitas vezes sagradas e, portanto, necessárias à vida e sobrevivência de um povo, segundo sua lógica. Ele fala sobre os povos que ali estiveram, e conta sua história.

Essa estreita relação das comunidades tradicionais com o chão que ocupam, faz com que estas utilizem de maneira diferenciada os recursos disponíveis, através de relações territoriais com o sagrado e o divino.

O quadro abaixo esboça algumas diferenciações nas relações das sociedades tradicionais e das sociedades urbanas com a água.

Sociedades Tradicionais	Sociedades Urbanas
Água como um bem da Natureza	Água como bem domesticado
Ligação com o Divino	Bem público apropriado de forma privada
Uso coletivo	Bem de troca/mercadoria
Usos menos diversos	Usos mais diversos

Quadro 1 - Usos da água nas sociedades tradicionais e nas sociedades urbanas. Fonte: Diegues, 2005.

Apesar dos diversos usos da água, e suas diferentes escalas de apropriação, há uma tentativa de submissão da diversidade a um modelo único que coloca o ator social no papel de consumidor, e os atores políticos e econômicos no de gestores. Esse modelo que atualmente vigora em quase todo o território mundial, e no Brasil se amplia de maneira impressionante, com exceção de alguns remanescentes de territórios tradicionais, se baseia num discurso hegemônico de escassez que atrela múltiplos usos a uma única forma de acesso. A questão

tem raízes profundas na história do avanço do capital, e vai de encontro a uma das questões mais conflituosas no trato da água: o controle.

Mas que contradição é essa, onde o controle travestido de sustentabilidade ataca exatamente os modos considerados mais sustentáveis de gerir e usar a água? Sabe-se que, no Brasil, se não fosse a resistente presença de comunidades indígenas e quilombolas em algumas áreas de conflito com latifundiários, imensas áreas vegetadas já estariam devastadas dando lugar a inúmeros “campos de futebol” cobertos de soja e trigo.

O slogan de *cultura da água* ocidental, do reuso, da sustentabilidade, da garantia de acesso às populações futuras precisa, portanto, ser pensado enquanto ferramenta política e econômica de controle de um recurso mercadológico que não encontra espaço para apropriações culturais diversificadas (DIEGUES, 2001). Esse modelo não é exclusivo da água, mas reflexo de um movimento internacional de subjugação das culturas locais e/ou regionais que andam em desalinho com a homogeneização do território promovida pelo capitalismo ocidental.

The development of capitalism as the dominant world economic system has been paralleled by the spread of its culture into all regions of the globe. A thousand interactions have pitted local and regional cultures, related to local environments and forms of livelihood, against the power of the International culture founded on a dynamic capitalism. There are several dimensions to the resulting cultural interaction. Capitalist culture has absorbed elements from the regional cultures it has encountered(...)but in the interaction between centre culture and local culture, there can be little doubt which is more dynamic and what direction cultural synthesis is taking. The tendency is towards the production of one world mind, one world culture and the consequent disappearance of regional consciousness flowing from the local specificities of the human past (PEET, 1986, p. 150 e 169).

Nesse sentido, as formas de uso da água, que não se inserem na lógica homogênea sustentada pelo discurso de escassez, ganham dimensão de resistência. Esta nasce em meio à reformulação, teórica e prática, dos territórios da água enquanto espaços de manutenção e sobrevivência de um modo de vida próprio que, por esse motivo, não pode ser homogeneizado através de um discurso político-econômico de controle socioambiental.

Tal resistência tem duplo papel, pois, não obstante o fato das populações marginais não terem espaço na construção dos discursos, e nos modos de gestão da água, são elas que sofrem as consequências diretas da contaminação das águas, que é parte de uma desordem ecológica global.

Entretanto, é preciso sublinhar que embora estejamos diante de uma desordem ecológica global, particularmente visível quando abordado a partir da água, seus efeitos estão longe de serem distribuídos igualmente pelos diferentes segmentos e classes sociais, pelas diferentes regiões e países do mundo, assim como estão muito desigualmente distribuídos os meios para lidar com a questão. Não bastassem esses

efeitos há um outro (...) que diz respeito ao fato de que outras diferentes formas de lidar com a água desenvolvidas por diferentes povos e culturas em situações muito próprias, estão impossibilitadas de serem exercidas até porque essa desordem ecológica de caráter global produz desequilíbrios locais de novo tipo (...) esse problema vem sendo acusado por populações camponesas em diferentes regiões e lugares no Brasil, que não mais conseguem fazer as previsões de tempo com a mesma precisão que faziam há não mais do que 30 anos atrás (anos 70). Assim, diferentes culturas e, com elas, diferentes modos de se relacionar com a natureza também vão sendo extintos e, com eles, todo um enorme acervo de conhecimentos diversos de como lidar com as dinâmicas naturais. (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 2)

Alguns aspectos do processo citado por Porto-Gonçalves são objetos de reflexão dos tópicos a seguir, e alimentam as discussões apresentadas até então. Cabe acrescentar que, as tantas crises hídricas anunciadas em escala global nos dias de hoje, em diversos territórios no mundo, são porções que compõem o mosaico de uma crise maior e mais perversa, aquela que denuncia o colapso da sociedade capitalista ocidental. A crise de reconhecimento da diversidade perante a homogeneização cristalizada e enrijecida, a crise dos territórios que ainda possuem fronteiras a serem exploradas, ou não mais.

No tempo e no espaço os simbolismos vão se redesenhando e reformulando espaços e objetos que, ora desaparecem devido à incorporação a símbolos mais "fortes", ora reaparecem como forma de resistência. Ignorar que a água, enquanto território, é dotada e entendida individual e coletivamente através dos simbolismos que se propagam no tempo e no espaço, é promover uma leitura que não contempla toda a complexidade inerente a este.

4. GESTÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ARENAS ARGUMENTATIVAS

4.1 QUEM GERE A ESCASSEZ HÍDRICA? CONTROLE E ESTADO – DA CENTRALIZAÇÃO À GOVERNANÇA

Esse bloco trata de algumas questões relativas ao controle e gestão dos recursos hídricos no Brasil, passando por uma breve exposição de um cenário de demanda internacional que colaborou para a consolidação de um arcabouço institucional jurídico-ambiental no país.

Anteriormente, foram apresentadas algumas discussões acerca da "natureza" da água e dos espaços que a entrecruzam e a ressignificam. Espaços esses construídos sobre a base imaterial e material de um sistema capitalista ocidental, que molda de maneira significativa as relações socioespaciais na superfície terrestre, mesmo aquelas que se configuram enquanto resistência a ele. A leitura que se segue dos formatos de gestão e das superfícies de regulação dos recursos hídricos que se fundamentam no Brasil, continua nessa linha de raciocínio e se vale, portanto, de uma leitura crítica do Estado enquanto ator ativo na organização territorial através de leis e políticas públicas.

Ao que compete ao objeto de estudo do presente trabalho, será tratada com maior atenção a atual Política Nacional de Recursos Hídricos, promulgada pelo Decreto 9.433/97, em uma busca pela compreensão dos discursos contemplados por esta, suas peculiaridades, e os possíveis desalinhos com a realidade territorial abrangida.

Essa discussão será perpassada por análises dos processos de descentralização político-administrativa no Brasil, e das relações territoriais que se tornaram, então, possíveis. Da centralização à governança, da busca pela soberania nacional à abertura aos agentes internacionais, a água sempre esteve presente enquanto objeto e território fértil para apropriações e refuncionalizações.

O incremento dos discursos de escassez, sobretudo na década de 70, promoveu transformações nas políticas públicas a nível internacional e atingiu, de forma surpreendente, os países em desenvolvimento que ainda não possuíam um forte arcabouço jurídico relacionado à temática. Como gerenciar a escassez? Quem gerencia a escassez? Em um país que, segundo alguns especialistas, está acostumado a gerenciar a abundância, como funcionam os mecanismos que tornam possíveis a expropriação do direito ao uso comum, e quais são as superfícies de regulação que melhor atendem a esse objetivo?

Os últimos tópicos desse capítulo se dedicam a fazer uma leitura da chamada crise hídrica de 2014/2015 no Sudeste brasileiro, os atores, conflitos e discursos que se fizeram presentes com maior escala de abrangência, inserindo as discussões num contexto maior que leva ao questionamento do que difere a situação do Sudeste da vivida pelos nossos irmãos nordestinos. Com isso, pretende-se abrir caminho para as discussões que seguirão ulteriormente.

4.2 CENÁRIO INTERNACIONAL – A ÁGUA NAS CONFERÊNCIAS AMBIENTAIS MUNDIAIS

A intensificação de problemas ambientais advindos de processos como os de: urbanização acelerada; crescimento e desigual distribuição espacial demográfica; consumo excessivo de recursos não renováveis; desflorestamento; redução da biodiversidade e da diversidade cultural; geração do efeito estufa e redução da camada de ozônio, e suas implicações sobre o equilíbrio climático, impactaram a opinião pública mundial, trazendo atenção para uma realidade até então pouco considerada, sobretudo a partir dos anos 60 e 70 (ANTUNES, 2014, p.17). No entanto, apesar do avanço nas discussões ambientalistas, muitos dos estudos eram forjados no âmbito da dicotômica relação entre sociedade e natureza e, conseqüentemente, suas contradições. O malthusianismo se faz, nesse sentido, presente, e a ideia de natureza intocada permeia o pensamento daqueles que vem na restrição de acesso dos homens a certos espaços a única forma de garantia de manutenção da biodiversidade para as futuras gerações (DIEGUES, 2001).

É verdade que, se tratando do avanço do modelo de sociedade capitalista, há relações diretas entre a diminuição e/ou comprometimento da biodiversidade e o crescimento espacial deste, no entanto, é preciso considerar que a ideia de natureza intocada, que se materializa com a criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral, atinge (diretamente) os direitos – de ir e vir e à moradia, por exemplo – de populações tradicionais que não vivenciam essa forma de expressão territorial, mas não chega necessariamente a causar grandes constrangimentos às multinacionais e determinados atores políticos e econômicos.

Nesse sentido, mais recentemente, os estudiosos da problemática ambiental têm reconhecido que pobreza e ecologia são realidades interdependentes, precisando ser compreendidas e abordadas de forma integrada, na busca de um equacionamento mais adequado (LIMA, 1997). Isto porque a degradação ambiental agrava as condições de vida dos mais pobres, acentuando conseqüentemente as desigualdades, deixando-os à mercê de

condições de vida ainda mais miseráveis, com exposição a esgoto *in natura*, fuligem de fábricas e automóveis, contaminação de açudes e reservatórios de água e, em nível extremo, remoção de comunidades inteiras.

A recorrência desses conflitos em escala global torna-se, dessa forma, foco de diversos estudos e eventos que buscam debater de forma mais ampla as questões que, até então, eram tratadas como exclusivas de países subdesenvolvidos.

Nesse contexto, alguns eventos ganham destaque, dentre eles: a Conferência de Estocolmo, em 1972, onde foram elaboradas 109 recomendações em torno dos temas de gestão e monitoramento ambiental, e medidas de apoio, principalmente as voltadas para os modos de uso dos recursos minerais (SOUZA JUNIOR, 2004); e o Clube de Roma, que lançou relatórios que alertavam para o esgotamento das reservas de minérios, explosão demográfica nas décadas seguintes, e também aumento exponencial da poluição e degradação da qualidade de vida, principalmente entre os países industrializados (DIEGUES, 1992).

Um dos discursos mais marcantes de tal ocasião é o do ideal de “desenvolvimento zero” para os países do terceiro mundo, como forma de restauração do equilíbrio ambiental. É como se mais imposições de “atraso” econômico fossem remediar as décadas de exploração colonialista a que os países europeus submeteram África, América Latina e outras regiões. É possível imaginar a soma de catástrofes.

No entanto, apesar do discurso radical e de pouca aderência, o Clube de Roma foi de suma importância para a introdução de discussões acerca do modelo de desenvolvimento que se dissipava no mundo todo, inserindo no contexto das discussões econômicas a problemática ambiental.

Posterior a ele, e não menos expressiva, ocorre a Comissão Brundtland, responsável pela geração do relatório *Nosso Futuro Comum* (1987). Em tal documento, o desenvolvimento sustentável aparece enquanto paradigma de modelo econômico que considera as necessidades do presente sem, no entanto, comprometer a possibilidade das gerações futuras satisfazerem as suas (DIEGUES, 1992).

De acordo com Porto-Gonçalves (2005), nas mencionadas ocasiões, a temática da água teve pouca ou nenhuma aparição, mesmo que, nessa época, as disputas territoriais em torno desta já se apresentassem de maneira considerável, principalmente entre as populações mais pobres, ressaltando uma geografia desigual dos *rejeitos* e *proveitos* ambientais. Para o autor, mesmo a Conferência do Mar del Plata realizada no ano de 1977, com o objetivo de discutir os conflitos de uso e gestão da água, tratou apenas de sinalizar ou mesmo reforçar os discursos neomalthusianos e neocolonialistas.

Os discursos apresentados na ocasião demonstravam uma grande preocupação com as ações dos governos para a garantia de abastecimento das populações e promoviam, nesse sentido, discussões que buscavam fundamentar a realização de grandes obras de infraestrutura, através de um slogan desenvolvimentista. Outra preocupação recorrente para a Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável (CDS) advinha do fato dos governos, sobretudo dos países em desenvolvimento, se apresentarem incapazes de conhecer seus próprios recursos hídricos devido à falta de pessoal especializado, ou de condições materiais.

Também no caso da água, mais uma vez, é brandido, sem a menor cerimônia, o argumento da incapacidade dos governos dos países em desenvolvimento para avaliar seus próprios recursos hídricos, numa nova versão da velha colonialidade característica dos velhos modernizadores. Em nenhum momento há qualquer comentário sobre as políticas de ajuste estrutural recomendadas pelos próprios organismos multilaterais e que bem seriam as responsáveis pela “redução em redes de observação e pessoal apesar do aumento da demanda de água” (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 8)

Da Conferência do Mar del Plata à Conferência de Dublin sobre Água e Meio Ambiente (1992), uma tendência ia se consolidando: a do reconhecimento do valor econômico da água e, conseqüentemente, da criação de um mercado através de processos de privatização. Como visto, a primeira tratou de realçar as vulnerabilidades dos Estados na gestão dos recursos hídricos, enquanto a segunda, em apenas quatro princípios de ação, trata de justificar e fundamentar ideais neoliberais e a economicização da água vista:

I: A água doce é um recurso finito e vulnerável, essencial para a manutenção da vida, para o desenvolvimento e para o meio ambiente;

II: O desenvolvimento e o gerenciamento da água devem ser baseados em uma abordagem participativa, envolvendo usuários, planejadores e encarregados de elaboração de políticas, em todos os níveis;

III: As mulheres desempenham um papel essencial na provisão, no gerenciamento e na salvaguarda da água;

IV: A água tem valor econômico em todos os seus usos e deve ser reconhecida como um bem econômico.

A abordagem participativa citada se torna, contraditória e paradoxalmente, ferramenta utilizada pela iniciativa privada para criticar os mecanismos do Estado e sua capacidade de gestão, permitindo assim a instauração de sistemas de governança da água que, apesar de fundamentados na coparticipação, demonstram a manutenção da mesma rigidez espacial dos espaços não cooperativos das arenas argumentativas de base estatal. É claro que, pensando na

inserção de outros atores, principalmente aqueles comumente colocados à mercê das "regras do jogo", como negros, mulheres ou populações pobres, de forma geral, a gestão coparticipativa traz, por si só, possibilidades outras e vertentes de indagação. No entanto, o que se pretende no atual trabalho é uma leitura crítica desses discursos e das intencionalidades por detrás destes. Mais à frente tal processo será debatido com maior profundidade, através do que se entende por *Gestão tripartite* ou *Governança territorial*.

Como é possível perceber, os princípios trazidos pela Conferência de Dublin nada dizem sobre as formas de gestão comunitária da água ou sobre sua natureza como bem comum inalienável, mas trata de reforçar a característica da "finitude".

A expropriação do direito à água pelo Estado tem sido justificada principalmente pela ameaça futura de escassez. Essa "crise" da água com suas causas e consequências, poluição, desperdício, má distribuição, guerras, suscita diversos diagnósticos e diferentes soluções. Significativa maioria dos especialistas recomenda como resposta ao problema a adoção de um novo modelo de gestão-dotar a água de valor econômico (GOMES, 2011, p.59).

Para que a água adquirisse valor econômico era preciso impedir o livre acesso a esta, comumente realizado através de poços individuais e/ou coletivos e das terras comuns (*commons*). São diversas as legislações que, ao longo do tempo histórico, se valeram dos *discursos de escassez* e de *sustentabilidade* para alienar o uso comum das águas, permitindo apenas um tipo de acesso: através das leis de mercado.

Para Souza Junior (2004) esse debate internacionalizado e a configuração de cenários políticos *sensíveis* à temática, sobretudo nos países desenvolvidos, que tomam proporções maiores após a Conferência de Estocolmo de 1972, influenciaram diretamente na conformação de aparatos jurídicos de proteção à água no Brasil, país que guarda mais de 10% das reservas de água doce de todo o mundo.

A Constituição de 1988, através da publicização da água, obriga que a aquisição desta seja realizada apenas por meio de mercado.

A água não é um bem mercadológico como os outros, diz-se. É verdade, ela é mais que isso, mas ela também é isso. Ela foge daqueles que não pagam por ela em direção àqueles que pagam. Assim, ela segue uma regra econômica completamente normal. (CAMDESSUS et al., 2005, p 191)

Pode-se, portanto, considerar, seguindo essa lógica, que a água é um direito inalienável que nem o Estado pode privar sem se deslegitimar (GOMES, 2011), o que só aumenta o embate entre as arenas argumentativas e as incoerências determinadas pelas políticas públicas.

Para entender o atual modelo jurídico-institucional brasileiro de gestão dos recursos hídricos e, conseqüentemente, suas contradições, é preciso fazer um breve resgate da história

da gestão da água no Brasil que se insere, obviamente, num contexto geopolítico maior com relações que não se limitam apenas ao território nacional. Como explanado acima, a legislação brasileira sofre influências de um cenário internacional e, por vezes, se baseia em modelos de outros países, como é o caso da Lei das águas, promulgada pelo Decreto 9.433/97, uma "espécie de sistema híbrido entre os modelos francês e inglês de gestão/operacionalização" (SOUZA JUNIOR, 2004, p. 153).

Buscar-se-á entender a evolução espaço-temporal dos referidos processos de gestão através de alguns elementos que são relevantes à discussão que se pretende: a descentralização político-administrativa, a dominialidade da água, a bacia hidrográfica enquanto espacialidade de gestão, e a gestão participativa dos comitês de bacias.

4.3 A DESCENTRALIZAÇÃO E A POLÍTICA NACIONAL DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL

O fim dos anos 1980 e, sobretudo, a década de 1990 foram marcados por transformações e reformas macroeconômicas no Brasil, e em diversos países da América Latina. O modelo globalizador ocidental, com seus formatos preestabelecidos, induzia toda forma de ajuste estrutural para que os moldes do desenvolvimento americano-europeu fossem alcançados. As atribuições do Estado sofrem transformações, e a abertura das fronteiras não se faz somente no aspecto econômico.

A crise econômica da década de 1980 e os sucessivos planos de ajuste estrutural marcaram o fim de um período de extrema centralização das decisões e abriram caminho para a implantação de um modelo no qual o Estado passa a exercer o papel de regulador, abrindo mão dos monopólios e demais atividades que lhe conferiam ação direta na estrutura produtiva. (PIRES DO RIO & PEIXOTO, 2001, p.57)

Nesse cenário de grandes transformações dá-se o início de um processo de descentralização político-administrativa com consequentes mudanças na estrutura institucional e nas superfícies de regulação. Os municípios, antes federativos de atuação local, ganham destaque com a transferência de responsabilidades e competências. No entanto, é válido ressaltar que esse movimento não se dá de forma conjugada com melhorias da máquina pública em escala local ou mesmo representa, na realidade, um ganho para a autonomia do aparelho público municipal. Em certo ponto, esse processo político, tal como foi posto, foi mesmo responsável pelo agravamento das disparidades territoriais existentes, promovendo tensões e conflitos entre as competências de cada ente federativo, se aproximando mais de uma desconcentração do que, propriamente, de uma descentralização.

Embora muitas vezes encarados como sinônimos, os processos de descentralização e desconcentração apresentam características fundamentalmente diferentes. Enquanto o primeiro pressupõe a transferência de responsabilidades, poderes e recursos (meios), o segundo implica transferência pura e simples de tarefas a executar. (GUSMÃO, 2009, p. 162-163)

Para Sato (1993), descentralizar acarretaria uma reformulação espacial da distribuição de poder com multiplicação de núcleos de poder público e, conseqüentemente, uma oferta mais equânime tanto dos próprios serviços públicos quanto de renda. Ao contrário disso, o que ocorreu, por via de regra, foi uma transferência de tarefas executivas justificada por uma concepção neoliberal do Estado centralizador enquanto ente burocrático, como se as estruturas políticas locais e/ou regionais não estivessem completamente embebidas dessa mesma burocracia.

Esse conceito distorcido que se baseia no “pequeno como eficiente” e no “grande como burocrático”, além de não ser consistente em si mesmo, assume de maneira perigosa a reestruturação espacial do poder público do Estado, nos diversos níveis, e a relação destes com a sociedade, nos âmbitos regionais e locais, com recomposição funcional dos modelos de operação centralistas e tradicionais. (RODRIGUEZ, 2005, p.49)

Uma série de Políticas Públicas começa a ser redigida para dar conta desse novo arranjo institucional. No que concerne à gestão dos recursos hídricos, o marco regulatório é o Decreto 9.433/97 que institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos. Em seu Art. 1º, parágrafo VI, o decreto determina: “a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades” (BRASIL, 1997). Tal gestão descentralizada só se faz possível com uma nova delimitação espacial de gerenciamento, sendo a *bacia hidrográfica* o recorte institucional escolhido.

Nesse formato, à União, mais especificamente à Agência Nacional de Águas (ANA), compete “disciplinar a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos de gestão criados pela Política Nacional de Recursos Hídricos” (MMA, 2016). Também é de responsabilidade desta a gestão dos corpos hídricos federais e de bacias hidrográficas interestaduais bem como a outorga de direito de uso dos mesmos recursos e a arrecadação, distribuição e aplicação das receitas auferidas por intermédio da cobrança pelo seu uso.

Aos estados cabe a gestão dos recursos hídricos (fiscalização, outorga, cobrança, etc.) nos limites de suas fronteiras administrativas, incluindo as águas subterrâneas, além do suporte executivo aos comitês de bacias hidrográficas, na ausência das agências de bacias.

Por último, aos comitês cabe: I - arbitrar, em primeira instância, conflitos relacionados à Bacia Hidrográfica; II - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia, bem como acompanhar a sua execução e; III - estabelecer mecanismos de cobrança pelo uso da água e sugerir valores (BRASIL, 1997).

Interessante notar que, diferentemente das Agências de regulação existentes em outros setores, como da comunicação, transporte e energia elétrica, a ANA não regula a prestação de serviços. No caso do saneamento, por exemplo, a responsabilidade é municipal. Esse é um ponto relevante que pode contribuir para a geração de tensões na assimilação de cada órgão das suas atribuições, deficiência que pode ser tornar ainda mais notável quando superfícies de regulação se sobrepõem.

Ainda como fator complicador, há de se considerar as proporções territoriais continentais do país que possibilitam, ainda hoje, a existência de tantos espaços pouco dinamizados pelas relações de poder que, mesmo após o processo de descentralização político-administrativa, tem sua dissipação vinda do Planalto Central, se tratando do poder público, e, das grandes metrópoles, no que toca à iniciativa privada.

A ampliação de possibilidades de intercâmbio entre os poderes – não apenas os entendidos enquanto “públicos” –, para uma gestão descentralizada da água, nesse sentido, encontra-se atrelada à capacidade de assimilação da singularidade territorial brasileira e, dessa forma, suas diferentes escalas de acesso. Tal entendimento pode, assim, servir de base para interpretar e, sobretudo, vivenciar um modelo de gestão do território que se pretende amplo, abrangente e participativo. No entanto, desprovidos de uma tradição histórica que contemple algo parecido com o proposto, os atores tendem a produzir interpretações difusas que, obviamente, são carregadas de construções sociopolíticas e político-econômicas influenciadas por concepções neoliberais.

Entendimentos ainda polêmicos em relação à Política e ao Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos podem dificultar a implementação plena da política de recursos hídricos nas bacias hidrográficas brasileiras. Questões geográficas, hidrológicas, ambientais, institucionais e políticas concernentes à dominalidade dos corpos hídricos e, principalmente, interpretações distintas de artigos da legislação brasileira sobre recursos hídricos, inclusive o texto constitucional, tendo como pano de fundo o federalismo brasileiro, já evidenciam a necessidade de alguns aperfeiçoamentos na implementação da política de recursos hídricos no Brasil. (CAMPOS, 2005, p 2)

O Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNRH), criado pela PNRH como a forma de se gerir os recursos hídricos em todo o território nacional é, por si só, um enorme desafio institucional. Primeiramente, sabe-se que a temática da água é, paradoxalmente, cara aos interesses do capital, e assunto não prioritário do Estado. Nesse sentido, a iniciativa pode ser

louvável, mas corre o risco de não ter a força política necessária para sua real apreensão enquanto um aparato real de gestão. Interessante a menção de que o SNRH não é uma figura política, mas um fluxo, um organograma de movimentações das peças envolvidas em uma imensa engrenagem que se pretende, de alguma forma, orgânica.

O quadro abaixo (Quadro 2) demonstra a atribuição de competências de cada representante no SNRH. Nesse contexto, se torna válido o esclarecimento da diferença entre gestão e gerenciamento:

O termo gestão implica num processo de negociação para tomada de decisão e prática política de planejamento, sendo um processo de natureza política, enquanto gerenciamento restringe-se aos procedimentos técnicos e de monitoramento de parâmetros passíveis de serem controlados num determinado processo produtivo (PIRES DO RIO & PEIXOTO, 2001, p 3)

O SNRH abriga instituições que, de alguma maneira, são responsáveis pela gestão e/ou gerenciamento dos recursos hídricos, e aqueles que deles fazem uso ou mesmo trabalham por sua proteção. Observa-se que se trata de seis instituições que, por sua vez, circunscrevem outros tantos territórios e territorialidades, promovendo a convivência entre os mais diversos atores e discursos.

Instituição	Competências	Atores	Escala de atuação
CNRH	Articular o planejamento dos recursos hídricos, arbitrar conflitos.	Representantes do Poder Público, usuários e sociedade civil organizada com atuação no gerenciamento ou no uso dos recursos hídricos.	Federal
ANA	Organizar, implantar e gerir o SNRH, definir e fiscalizar condições de ANA< operação de reservatórios, garantir o (Órgão técnico) Federal.	Órgão técnico	Federal
Conselhos Estaduais	Promover debate sobre recursos Entidades públicas e privadas, Conselhos hídricos, arbitrar conflitos, correspondentes às do CNRH Estadual Estaduais estabelecer cobrança pelo uso do recurso.	Representantes do Poder Público, usuários e sociedade civil organizada do referido estado.	Estadual
Comitês de Bacias	Discutir sobre o uso múltiplo da água, outorga e cobrança do uso, enquadramento dos corpos d'água, desenvolver ações para melhoria ambiental.	Representantes do Poder Público, usuários e sociedade civil organizada dos 3 níveis federativos, desde que localizados, mesmo que não completamente, na área da bacia hidrográfica em questão	Estadual/ Regional/Local
Agências de Água	Cobrar pelo uso dos recursos, gerir os recursos oriundos da cobrança, constituindo, de fato, Secretarias executivas dos Comitês.	Órgão Técnico	Regional/local
Consórcios Intermunicipais	Implantar políticas públicas para a gestão dos recursos hídricos.	Prefeituras, Associações de usuários, órgãos de pesquisa e estudo	Regional/local

Quadro 2 - Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. Autoria própria.

Um argumento bastante presente nos discursos pró-descentralização, é o de que esse processo pode incentivar a colaboração e articulação entre os entes federativos, representada, por exemplo, pela criação de consórcios intermunicipais. Esses seriam, inclusive, uma maneira de unir esforços para ultrapassar as dificuldades comuns de municípios vizinhos. Vê-se essa intenção de maneira clara no formato da Lei das Águas, e de tantas outras políticas públicas, porém a busca pela materialização espacial dessas intenções pode, contraditoriamente, deixar ainda mais visível a dificuldade de diálogo entre as escalas de

poder, e os atores locais, que se veem presos a diferenças políticas e partidárias, ou mesmo desenvolvem ações que têm uma temporalidade muito específica, equivalente ao tempo dos mandatos. Isso se reflete na fragmentação das ações e numa lentidão do processo de desenvolvimento territorial que volta, por vezes, às mãos da União e dos interesses desta.

Entende-se assim que as diretrizes políticas concebidas no nível federal não exerçam plenamente o papel de indutoras de descentralização e fortalecimento institucional no nível regional, mas ao contrário, colocam a concepção da estrutura institucional desses níveis a seus interesses. (PIRES DO RIO & PEIXOTO, 2001, p 6)

Interesses estes que podem servir também aos agentes locais, principalmente no aspecto da transferência de recursos. Willis et al. (1999) promovem essa leitura entendendo que os processos sociopolíticos desiguais, baseados no regime eleitoral e partidário fragmentado, reforçam as relações de poder das elites regionais e/ou locais que demandam recursos e autonomia da esfera federal. Arretche (2000), por sua vez, chama a atenção para o fato de que é preciso haver um incentivo para que os estados e municípios aceitem a transferência de responsabilidades, numa relação de custo-benefício positivo. Sob essa ótica nota-se que a descentralização está mais para desconcentração como já assinalado, mesmo que em outros termos, por Gusmão (2009).

Em setores como o dos recursos hídricos, essas desigualdades se sobressaem em situações que ganham aspecto de crise. A crise hídrica de 2014/2015 no Sudeste demonstrou uma participação muito "tímida"⁴ da sociedade civil ou mesmo das instituições locais.

Comitês de Bacias envolvidos nas negociações realizadas entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro que, em última instância, recorriam à União para mediar os conflitos e as demandas de cada um, apesar de presentes, por vezes desempenhavam um papel figurativo. A presença do Ministério Público já diz algo acerca da ineficácia dos Comitês nas negociações, e da forte participação (ou pressão) dos grandes usuários fora desses espaços também.

O que deveria ser solução acaba sinalizando “novos” problemas, pois a realidade muitas vezes ultrapassa os limites institucionais do Estado, no que tange às suas fronteiras territoriais e também à sua capacidade política e estrutural. Vencer tais dificuldades apenas com a criação de políticas talvez não seja possível. Se faz necessária uma mudança comportamental que, de fato, pode não coincidir com a temporalidade e instrumentalidade da implementação das leis.

⁴ Essa participação será mais bem analisada no final do capítulo, quando se discutirá a construção da crise hídrica no Sudeste brasileiro.

No que se refere à Política Nacional dos Recursos Hídricos, Abers & Jorge (2005) ressaltam:

Em princípio, este conjunto de leis deveria levar ao estabelecimento de um sistema descentralizado de gestão, com base nas bacias hidrográficas e articulado com órgãos de gestão em nível federal e estadual. No entanto, verificaram-se vários obstáculos na implementação dessas leis. Primeiro, a dupla dominialidade da água criou muitas indefinições quanto ao papel dos diferentes níveis da federação na gestão da água. Segundo, a maioria dos estados carece de capacidade técnica em aspectos cruciais para a operacionalização das decisões dos comitês, tais como a implantação de sistemas relativos à outorga, às informações, ao monitoramento e à fiscalização. (ABERS & JORGE, 2005, p. 2).

4.3.1 DOMINIALIDADE E BACIA HIDROGRÁFICA

Como já determinava o Código das Águas de 1934 e, assim prossegue na PNRH de 1997, a água é um bem de domínio público que somente pode ser adquirido através do pagamento por este. Para o direito constitucional e administrativo, domínio público é “o conjunto das coisas públicas e dos direitos públicos exercidos pela administração sobre os espaços inapropriáveis e sobre as coisas privadas” (NAÚFEL, 1984 *apud* NUNES, 2009).

Entretanto segundo a instrumentalidade jurídica atual, a água, como bem de uso comum do povo, essencial para a vida em todos os aspectos que já foram aqui anteriormente mencionados, é um *bem de natureza difusa*. A titularidade sobre os bens difusos pertence ao povo, diferentemente dos bens públicos que são tutelados pelo Estado. Sob essa ótica o inciso I, artigo I da Lei das Águas (9.433/97) seria inconstitucional (NUNES, 2009).

Ademais toda a "confusão" em torno da natureza jurídica da água há aqui outro complicador que ganha destaque, o atributo da dupla dominialidade: “O domínio das águas é definido na constituição de 1988 e é a causa de grandes questionamentos não só entre os juristas, como também entre os agentes que participam da gestão de recursos hídricos” (NUNES, 2009, p.69).

Como explanado em momento anterior, cabe aos estados-membros da federação o domínio sobre as águas superficiais e subterrâneas, fluentes em seus territórios.

Sobre esta matéria, a Constituição Federal de 1988 dispõe:

Artigo 20 - São bens da União Federal:

Inciso III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos do seu domínio que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, assim como os terrenos marginais e as praias fluviais;

Artigo 26 - Incluem-se entre os bens dos Estados:

Inciso I: - as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, as decorrentes de obras da União.

No entanto, como Alves e Herrman ressaltam:

Ocorre, todavia, que, por disposição constitucional – artigos 20, IX e 176 – as águas subterrâneas enquadradas como bens minerais ou como águas potáveis de mesa pertencem à União e só podem ser exploradas mediante autorização federal o que gera inevitável conflito entre esses dois entes federados. (ALVES & HERRMANN, 2016, p. 10)

A pergunta que aqui cabe é: por que as águas superficiais e subterrâneas recebem tratamentos distintos pela instrumentalidade jurídica se “as águas superficiais e subterrâneas estão hidraulicamente interconectadas em vários níveis, sendo as primeiras os afloramentos superficiais das últimas”? (LIMA, 2003, p. 393).

Observa-se que, pelo menos, três jurisdições podem se sobrepor na gestão dos recursos hídricos: União, com a titularidade sobre os rios federais; os estados, que também entram na gestão dos rios que cruzam suas fronteiras, mesmo que estes sejam de domínio da União (através dos Comitês de Bacias Interestaduais), e com o domínio das águas subterrâneas; e os municípios que detém o domínio sobre os rios municipais representados pelos serviços atribuídos aos Comitês de Bacias. Isso sem considerar as também difusas arenas da sociedade civil organizada e da iniciativa privada.

De acordo com o Decreto 9.984/2000, uma das principais atribuições da Agência Nacional de Água diz respeito, exatamente, à difícil tarefa de articulação entre poderes públicos e demais atores.

Em contraponto, essa articulação é alvo de críticas por diversos autores que questionam a qualidade, a capacidade de manutenção dos diálogos estabelecidos, e a hierarquia preexistente que deixa visível, por exemplo, a falta de representatividade e legitimidade dos Comitês de Bacias em atuar efetivamente em seus próprios territórios (PIRES DO RIO, 2008; SANTOS JUNIOR, 2004; CARVALHO & TEIXEIRA, 2000; COSTA, 2013;).

O fato da ANA também centralizar os serviços de outorga e de fiscalização sobre os rios de domínio da União trazem à discussão o questionamento sobre a capacidade desse órgão no exercício de tais tarefas em um país do tamanho do Brasil. Por que não transferir essa função para outro tipo de estrutura político-administrativa localizada na bacia hidrográfica?

Para que a bacia hidrográfica seja, de fato, reconhecida como superfície de regulação, ela precisaria se sobressair às tantas outras esferas institucionais regulatórias sobrepostas, o

que não ocorre numa grande parte do território nacional. Não obstante à dificuldade de articulação entre os atores envolvidos, as desiguais cotas de poder que privilegiam atores e discursos em detrimento de outros, e a recorrente deficiência na infraestrutura disponível para o exercício das funções dos Comitês de Bacias, o processo conturbado de descentralização ainda demonstra que, efetivamente, a tomada de decisão se encontra substancialmente atrelada à esfera da União, fato devidamente confirmado pelas atribuições da ANA e dos estados na gestão dos recursos hídricos.

Sem relação direta com o recorte espacial da Federação, o SNRH criou um novo recorte que sobrepõe-se à malha da Federação. Para alguns autores, a bacia hidrográfica seria capaz de estimular o sentido de territorialidade (CASTRO, 1995), contudo, deve-se considerar o potencial que esta unidade espacial oferece como espaço efetivo de mudança político-institucional. Ainda não há evidências suficientes de que este recorte apresente capacidade em aglutinar e representar os atores envolvidos, quer em escala de macrobacia ou microbacia. (PIRES DO RIO, 2008, p. 16)

Após 20 anos da implantação da PNRH muitos são os questionamentos sobre a validade do desenho institucional da bacia hidrográfica, e a articulação entre os agentes envolvidos. Como colocado, a dupla dominialidade dos corpos hídricos, possibilitada pela descentralização, pode mesmo aumentar as lacunas existentes e dificultar o entendimento do processo, o que interfere diretamente na capacidade de cooperação territorial.

Não se pode negar que a delimitação espacial das responsabilidades institucionais é um processo necessário. Tem-se a compreensão de que, sem esse desenho, as tomadas de decisão podem não se materializar, mas é importante ressaltar que esse desenho geográfico assimilado pela PNRH é por si só uma construção política, devendo ser entendido como mais uma arena territorial que se sobrepõe a tantos outros arranjos.

A PNRH criou uma nova arena para diversificadas alianças intervenientes na gestão territorial e ambiental das quais os recursos hídricos fazem parte (...) a bacia hidrográfica perde seu conteúdo de substrato natural para assumir importância como entidade na qual se manifestam os conflitos e torna-se, portanto, construção política (PIRES DO RIO et al., 2004, p.3)

Esse hibridismo (SWYNGEDOUW, 2004) que torna complexo o espaço das bacias hidrográficas precisa ser mais bem assimilado para que o espaço institucional criado pela PNRH na figura dos Comitês de Bacias consiga, pelo menos em parte, ultrapassar as limitações inerentes de uma delimitação espacial rígida que não contempla a fluidez das interações existentes entre os atores e fenômenos territoriais.

Observa-se uma naturalização da bacia hidrográfica na implementação da política, isto é, considerá-la como algo dado, que simplesmente as pessoas têm que

compreender o que é. Existe, no entanto, uma série de fragilidades na incorporação da bacia como unidade de gestão. A bacia é um redelineamento territorial que se sobrepõe às divisões político-administrativas tradicionais entre municípios, estados e países. De antemão, a criação dessa nova unidade territorial de gestão já se aponta como um potencial gerador de conflitos, particularmente em um país como o Brasil onde os municípios são unidades fortes em termos administrativos e políticos, reforçados pela política de descentralização impulsionada com a Constituição de 1988. (CARDOSO, 2003, p. 40)

O arranjo geográfico promovido pela PNRH na concretização das bacias hidrográficas, enquanto não somente palco das ações institucionais e gerenciais, como das ações sociais, não se encaixa às relações preexistentes, ou mesmo representa uma territorialidade, uma identidade. As relações sociais se dão na escala das ruas, dos bairros ou mesmo das cidades, mas muito dificilmente compreende o desenho espacial das bacias. Querer que as pessoas se apropriem desse recorte exige uma abstração da realidade vivida, e dos simbolismos territoriais de sua rotina e convivência com o território-água, num processo de *recriação* de uma identidade nova.

Não existe qualquer tipo de identidade social que corresponda aos limites da bacia hidrográfica. A diversidade de atores que estão trabalhando na sua gestão possui percepções espaciais calcadas em outras referências territoriais; a referência da bacia terá necessariamente que ser construída e disputada com as unidades e percepções já existentes. No entanto, a maioria dos comitês dá pouca importância ao aspecto da construção simbólica da bacia. (CARDOSO, 2003, p.40)

Entender o espaço de gestão da água através dos aspectos apresentados, em todas suas contradições, limitações, mas também com muitas potencialidades, evidenciadas pelo simples fato da explanação de processos locais de gestão antes não considerados, e pela ascensão de uma nova escala institucional que incorpora, conseqüentemente, novos atores, é essencial para que se consiga assimilar, minimamente, as disputas inerentes ao uso desse recurso, o que é objetivo do presente trabalho.

O desafio da gestão integrada consiste na constatação dos problemas oriundos da gestão compartimentalizada da água até então e na superação das dificuldades em se adotar definitivamente a bacia hidrográfica como unidade de gestão (SOUZA JUNIOR, 2004, p.114).

Integração, participação, articulação, conceitos promovidos pela PNRH e que não são, necessariamente, exercidos no processo de gestão que reflete, de certo modo, as relações territoriais desiguais historicamente fundamentadas na centralização das atribuições de decisão e do *poder* na figura do Estado ou, em última instância, das elites sociais.

Randolph (2016) corroborando Offe (1981) faz uma leitura das modificações ocorridas nessa matriz social procurando entender as arenas de poder que configuram o espaço político. Segundo este, são três as arenas de conflitos expostas por Offe:

I- Onde ocorrem os processos políticos propriamente ditos que resultam na tomada de decisões;

II- Aqui se produz, distribui e institui o poder político;

III- Mais importante arena na qual ocorrem as mudanças da própria matriz social que expressa a distribuição de poder social que determina as chances de formar e mudara realidade política como apontada na segunda arena.

Uma leitura conjugada e comprometida dessas três arenas e, sobretudo, das mudanças da matriz social, é importante para que se tenha em mente que o Estado não pode ser visto como um sujeito político unitário, instrumentalizado ou isolado da sociedade civil e de suas demandas (RANDOLPH, 2016). Tal leitura também auxilia na compreensão dos mecanismos que regem ou estão presentes no funcionamento dos chamados Comitês de Bacias Hidrográficas, estruturas de gestão criadas no âmbito da PNRH para arbitrar os conflitos relacionados às bacias hidrográficas.

4.3.2 COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Os Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), criados nos anos 1990 no Brasil, certamente representam um avanço para um processo de gestão democrático e cooperativo, ao possibilitar a inclusão de outras escalas e atores. De acordo com a PNRH, são atribuições dos Comitês: I - arbitrar, em primeira instância, conflitos relacionados à Bacia Hidrográfica; II - aprovar o Plano de Recursos Hídricos da Bacia, bem como acompanhar a sua execução e; III - estabelecer mecanismos de cobrança pelo uso da água e sugerir valores (BRASIL, 1997). Ainda segundo Pepe & Filho (2011, p. 8) cabe também aos comitês "propor projetos e programas que visem a sustentabilidade da bacia hidrográfica e estimular a criação de subcomitês e consórcios intermunicipais".

O funcionamento desses fóruns se baseia numa composição tripartite que engloba o poder público (federal, estadual e municipal), usuários (empresas, indústrias concessionárias de serviços de abastecimento e saneamento de água) e a sociedade civil organizada que tenha relações com os recursos hídricos na bacia em questão (ONGs, associações de moradores, universidades e escolas técnicas, etc.).

A proporcionalidade dessa composição foi definida pela Resolução nº 05 de Abril de 2000 do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Art. 8º:

I - número de votos dos representantes dos poderes executivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecido o limite de quarenta por cento do total de votos;

II - número de representantes de entidades civis, proporcional à população residente no território de cada Estado e do Distrito Federal, cujos territórios se situem, ainda que parcialmente, em suas respectivas áreas de atuação, com pelo menos, vinte por cento do total de votos, garantida a participação de pelo menos um representante por Estado e do Distrito Federal;

III – número de representantes dos usuários dos recursos hídricos, obedecido quarenta por cento do total de votos;

Como se observa, a referida Resolução estabelece os parâmetros mínimos e máximos da participação de cada setor. Os usuários não podem ocupar mais que 40% das cadeiras disponíveis, assim como a soma das esferas do poder público também não pode ultrapassar essa porcentagem. No entanto, é interessante notar que a porcentagem mínima estabelecida para a participação social é realmente *mínima*, o que pode abrir brechas para uma pouca presença desse setor, e até estimular divisões desiguais nas plenárias e diretorias.

Conforme estabelecido pela PNRH, os Comitês possuem capacidade normativa, deliberativa e consultiva na bacia hidrográfica de sua jurisdição. São tais órgãos os primeiros a terem contato direto com os conflitos de usos, como problemas de abastecimento e poluição dos corpos hídricos, sendo responsáveis pela notificação aos órgãos competentes de possíveis irregularidades na captação e outorga da água, e pela solicitação de implantação de medidas punitivas.

Por arbitrar, em primeira instância, os conflitos existentes na bacia hidrográfica, entende-se mediar os desacordos em busca de um consenso entre as partes envolvidas. No entanto, é importante ressaltar que os CBHs não possuem caráter jurídico, apenas administrativo, sendo as negociações ocorridas no âmbito destes, muitas vezes, uma alternativa à judicialização dos conflitos. A Lei das Águas, no seu cap. III, art. 38- II diz: "Os Comitês irão arbitrar em 1º instância administrativa os conflitos relacionados aos recursos hídricos".

Para Jacobi (2006), o processo de descentralização político-administrativo que culminou na criação de políticas públicas como a PNRH, que introduziram a participação social, se deu concomitantemente a uma crise da estrutura estatal diante do neoliberalismo, e à inquietação da sociedade civil quanto à sua posição nos processos de tomada de decisão.

O surgimento de políticas públicas pautadas pelo componente participativo está relacionado com as mudanças na matriz sócio-política através de um maior questionamento sobre o papel do estado como principal agente indutor das políticas sociais (...) o principal desafio que se coloca é de construir uma ordem societária baseada na articulação da democracia política com a participação social, representada por uma maior permeabilidade da gestão às demandas dos diversos sujeitos sociais e políticos. (JACOBI, 2006, p. 217)

Nessa lógica, ao criar a figura dos CBHs, o Estado incluiria atores desfavorecidos pela lógica de mercado nas decisões acerca da cobrança e do uso múltiplo da água, e propiciaria um cenário horizontal, aparentemente menos desigual, que tem no recorte espacial da bacia hidrográfica a materialização dessa gestão participativa.

Mas, se por um lado, considerar como avanço a participação pública no planejamento e nas decisões em relação à gestão dos recursos hídricos, por outro lado deve-se ver nisso, na verdade, um grande desafio, já que a falta ao país tradição pública nas tomadas de decisão. (CARVALHO, 2005, p. 76)

Não somente dessa falta de tradição vem os desafios a serem vencidos. Há mesmo que se considerar que o território não é homogêneo a ponto de contemplar discursos tão distintos numa tomada de decisão "horizontal". As disputas de interesse existentes entre poder público, usuários e sociedade civil organizada, tríade base dos comitês, não são abandonadas à medida que os representantes desses setores adentram as reuniões plenárias; contrariamente, elas se reascendem e se reformulam como forma *oficial* de confronto e resistência.

Além desse fato, há uma relevante disparidade a ser considerada que inclui, desde desconhecimento técnico sobre o assunto e falta de entendimento do sistema de gestão por parte de alguns membros, até a real desigualdade de poder entre os atores envolvidos que faz desse espaço, muitas vezes, espelho de um cotidiano vivenciado por estes. Alocar atores diversos, dotados de desiguais cotas de poder, em um mesmo aparelho que, aparentemente, dá o mesmo direito de voto a todos, não implica em igualar os atores, e tende, até mesmo, a deixar mais palpável o muro invisível que separa a sociedade, de forma geral. Nas palavras de Acserald (1999, p. 81), "aqueles atores que ocupam posições dominantes no espaço social também estão em posição privilegiada no campo das representações e ideias", e no espaço de gestão dos Comitês de Bacias Hidrográficas não é diferente.

Apesar da composição dos Comitês objetivar maior equilíbrio e simetria entre os agentes na gestão da água o peso político e econômico de alguns deles reforça a assimetria e, conseqüentemente, viabiliza alianças que intervêm na orientação dos investimentos que são objeto do plano. (PIRES DO RIO, 2004, p.9)

Não obstante a esse aspecto temos o fato de que a própria espacialidade das bacias hidrográficas que é, de alguma maneira, apreendida por essa instituição como forma de

delimitar o espaço de gestão e, conseqüentemente, de suas responsabilidades, é o esboço, a materialização de tais desigualdades que não suporta, portanto, uma aglutinação, uma "homogeneização" para fins de gestão.

A organização territorial pretendida pela PNRH se baseia no modelo da participação social e da governança que pode ser entendida sob a ótica da descentralização e, conseqüentemente, do neoliberalismo. O tópico abaixo procura fazer uma análise crítica dessa arena e das implicações das inter-relações entre Estado, iniciativa privada e sociedade civil. Como é de se imaginar, essa convivência sempre ocorreu de certa forma, e em diferentes escalas. Cabe aqui, portanto, a explanação de elementos que demonstrem ângulos distintos acerca de prós e contras da "oficialização" desse modelo de gestão territorial.

4.4 GOVERNANÇA E GOVERNABILIDADE – UMA LEITURA CRÍTICA DA ESTRUTURA PARTICIPATIVA.

Como demonstrado anteriormente há, com a promulgação da PNRH, a tentativa de inserção de agentes espaciais até então não contemplados na tomada de decisões do país, com a configuração de uma representação tripartite coparticipativa. Cada "setor" presente nesse modelo representaria, pois, uma visão, um modo de apropriação do território e da água, o que tornaria possível a contemplação de um cenário mais amplo. No entanto, também já se falou aqui acerca do atributo da desigualdade de condições de se apropriar de tal sistema, transformando-o em ação. O Estado continua sendo, nesse cenário, aquele que acaba por centralizar a tomada de decisões, não somente dentro do arcabouço dos comitês, mas fora deles, na sobreposição das superfícies de regulação que este mesmo criou e possibilitou.

Faz-se necessária, portanto, uma leitura crítica do Estado, enquanto ente político que ainda detém considerável cota de poder e legitimidade constitucional para exercê-lo. De acordo com Randolph (2016), para se analisar as estruturas e ações do Estado é preciso enxergá-lo não como um sujeito político unitário, nem como simplesmente um instrumento isolado das contradições do sistema capitalista e, conseqüentemente, da sociedade civil, ou seja, o "Estado não é uma variável independente" (RANDOLPH, 2016 p. 4).

Visto que o Estado não é uma arena em sua totalidade, mas diversas arenas que se constroem e (des)constroem de acordo com interesses, inter-relações e modificações na matriz social é preciso, pois, se distanciar das análises que o colocam como agente neutro subordinado à lógica capitalista, como se este não se relacionasse e fundamentasse no âmbito desse sistema.

Há um processo de retroalimentação entre o poder governamental e os interesses capitalistas (OFFE, 1981), sendo a seletividade fator substancial para entender o caráter classista do Estado.

É através da seletividade – a restrição sistemática de um espaço de possibilidade – (...) que se estabelece e se exerce uma dominação política (classista) que preserva a aparência da neutralidade de classe. (...) sua institucionalização em determinados aparelhos estatais é tanto resultado como condição da disputa pelo poder entre forças sociais e políticas. (RANDOLPH, 2014, p. 3)

É possível, desse modo, entender a seletividade como importante instrumento utilizado para privilegiar determinados interesses em detrimento de outros. É sob essa lógica que se pretende, no atual estudo, realizar uma leitura crítica dos mecanismos de governança e governabilidade, vistos por alguns autores contemporâneos como a grande solução para os conflitos existentes entre sociedade civil, poder público e iniciativa privada, visto que esta uniria, de forma *horizontal* e *democrática* os interesses de todos os atores envolvidos acabando, assim, com o monopólio e hierarquia da gestão e tomada de decisões *top down*.

A tomada de decisões de caráter isolado e centralizador por parte de agentes governamentais, empresariais ou comunitários podem comprometer e até inviabilizar, quaisquer perspectivas de consolidação da gestão dos recursos naturais. Também pode colocar em xeque os acordos e tratados assinados, inviabilizando assim as possibilidades de ordenação e regularização no acesso, apropriação e uso desses recursos, por parte dos diversos atores, levando ao risco de conflitos sociais e na sua degradação e exaustão. (BORDALO, 2008, p.57)

É preciso, primeiramente, ressaltar que o que se trata aqui como governança não é, em nenhum sentido, aquela entendida como governança corporativa, própria do funcionamento das estruturas de empresas privadas. Apesar da *governança territorial* ou *governabilidade* – sendo as duas aqui tratadas como sinônimas para fins de exemplificação – nascerem no âmbito das expressões mercadológicas, tendo muitas de suas características e metas espelhadas desse sistema - daí a crítica feroz à governança como sendo mais uma tática de neoliberalização- estas não são, necessariamente, equivalentes.

Em Amorim (2011) temos que a governabilidade "caracteriza a modalidade de exercício de um poder (...) um modo de gestão, e não um sistema de governo. A governabilidade é um triângulo onde estão lado a lado os poderes públicos, os interesses privados e comunidade" (CAMDESSUS et al., 2005 apud AMORIM, 2011).

Já Dallabrida acrescenta o território nesse triângulo, denominando “governança territorial como o conjunto de iniciativas que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo” (DALLABRIDA, 2011, p 13).

O referido autor faz menção ao processo brasileiro de descentralização político-administrativa como "institucionalização de novas escalas territoriais de governança" (DALLABRIDA, p. 07), embora seja coerente reiterar que esse processo, por vezes, se demonstra mais enquanto uma desconcentração do que, propriamente, descentralização (GUSMÃO, 2009).

O arranjo triangular trazido por Dallabrida tem, por vezes, sido evocado como formato institucionalizado e mesmo regulatório para a mediação e resolução de conflitos socioambientais, principalmente aqueles relacionados à apropriação dos bens e recursos entendidos enquanto bens de uso comum. O modelo renasce em meio a uma crítica recorrente da *incapacidade* do Estado em lidar com as demandas e os subsequentes conflitos que surgem nas interfaces territoriais, à notória dificuldade deste em fiscalizar e penalizar atores infratores, e a uma demanda por participação social. Em relação à água, de acordo com Camdessus (2005), a governabilidade tornaria possível o enfrentamento aos vícios da política comum:

A governabilidade tem como efeito o fim do monopólio do Estado na função de representar os interesses coletivos. A política da água estaria assim resguardada dos vícios da política comum: os poderes públicos cumprem a função de legislar sobre a política da água, mas sempre a partir dos costumes dos usuários; as leis do mercado são aceitas pelo Estado, que as regulam, mas não restringem; as empresas privadas são constantemente monitoradas pela sociedade civil através de associações de usuários- uma relação típica entre produtores e consumidores- que controlam a qualidade dos serviços prestados (inclusive o preço). (AMORIM, 2011, p.78)

No entanto, nota-se alguns pontos no mínimo discrepantes nesse discurso. Primeiramente, como colocam Randolph e Offe, o Estado não é um ator isolado que pode, portanto, ser colocado enquanto esfera *una* e como culpado dos vícios de uma política que, antes de tudo é fruto de uma arena "na qual ocorrem as mudanças da própria matriz social que expressa a distribuição do poder social que determina as chances de formar e mudar a realidade política" (RANDOLPH, 2014, p.9). Por outro lado, é possível identificar um discurso neoliberalista que, antemão colocar o Estado em seu "lugar" de regulador (até onde lhe cabe regular), insere a água nas mesmas leis de mercado que regem as relações de qualquer outro produto. Por governabilidade da água poderíamos entender abertura de uma frente de mercado para a iniciativa privada?

A materialização desta ideia depende da compreensão da natureza como bem público e, por consequência, da capacidade do Estado e das organizações comunitárias em assumir seus papéis de gestores de patrimônio natural num contexto de transformações sociais (...) essa capacidade (...) representa um avanço significativo no processo de controle e arbitragem das ações implementadas pelos diferentes atores privados e públicos, em relação ao acesso, a apropriação e uso dos recursos naturais. (BORDALO, 2008, p.5)

Mas como superar os conflitos existentes entre Estado e sociedade civil para que ocorra, de fato, uma parceria, uma gestão compartilhada? Ou ainda, como "empoderar" os atores sociais para que estes sejam realmente capazes de responder às demandas dos processos de gestão e de tomada de decisões?

Deixando mesmo essa desigualdade de acesso às cotas de poder de lado, é de se questionar também essa *incapacidade* do Estado em lidar "sozinho" com as demandas territoriais. O não funcionamento do Estado não é algo dado, sólido e livre de intencionalidade. Os "fracassos" comumente são instrumentos para justificar políticas neoliberais que acabam por promover discursos de privatização da água.

Antes do fim da Guerra Fria, o mercado controlava empresas bélicas e de bens de consumo e os Estados os setores menos lucrativos, como os de serviços e infraestrutura. Com o fim da guerra e a entrada de economias ex-socialistas no mercado mundial, a iniciativa privada passa a disputar com os Estados as atividades antes praticadas por este, devido à diminuição dos ganhos com a indústria bélica e dos avanços científicos que permitiram o aumento da lucratividade nos setores de serviços (AMORIM, 2011, p.68).

O fim da Guerra Fria consolidou a entrada do capital privado no setor dos serviços e, conseqüentemente, a influência das empresas na formulação de políticas públicas, na gestão do território e na conformação de modelos que possibilitassem isso, como por exemplo, as iniciativas de governança representadas pela criação de consórcios, conselhos, comitês e associações.

A inserção dos atores econômicos nesses espaços tornou possível a dissipação de discursos que, como colocado anteriormente, advém da necessidade de manutenção de uma estrutura social de privilégios e desigualdades, sendo os discursos de escassez amplamente utilizados nas mais diversas agendas e situações que extravasam as fronteiras dos fóruns de governança, refletindo na configuração territorial pretendida.

O discurso da escassez está longe de ser neutro ou ingênuo sendo, sim, um discurso interessado. É que a tradição da economia liberal, ao contrário do que pretendia ser prócer, Adam Smith, não tem nada a dizer sobre a riqueza, na medida em que seu conceito-chave é o de escassez que, rigorosamente, é o contrário de riqueza. (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 5-6)

A maneira de não dar visão às riquezas é fazer com os recursos disponíveis pareçam escassos. Tal escassez precisa ser gerida, a fim de proteger e garantir a sustentabilidade das futuras gerações, e o Estado, sozinho, não é capaz de fazê-lo, como já comprovado historicamente. Faltam recursos, mão de obra e, acima de tudo, visão de mercado. Quem pode então assegurar os múltiplos usos e a sustentabilidade dos sistemas naturais, somente

possíveis através do reconhecimento do seu valor econômico? Quem entende da perversa balança entre demanda e oferta, e pratica, há tempo suficiente, os mais diferentes métodos de coerção e convencimento? É o discurso perfeito legitimado por anos e anos de ausência total da população dos espaços de decisão que anseia, portanto, por tal “oportunidade”. Há algo na governança que lembra esperança, e este é terreno fértil para ilusões.

De acordo com RANDOLPH (2016, p.5), "os traços definitivos da forma normal do tipo capitalista de Estado são as instituições democráticas e a liderança hegemônica de classe". Esse trecho reforça a necessidade de se afastar de um pensamento ingênuo que atribui à governança, ou à governabilidade, uma conquista social de participação na gestão de suas próprias vidas. Apesar dessa demanda ser legítima, e parte do processo de configuração desse cenário, as cotas de poder ainda são as mesmas, assim como os atores que as detém.

No campo das disputas pela água isso adquire clareza assustadora, e revela que, o direito à água, proclamado pela ONU, nada tem a dizer frente à privatização da água e à expropriação das terras e desse bem de uso comum. A *governança das águas* em nada, ou praticamente nada, tem mudado esse cenário de desigualdade de acesso aos recursos hídricos, que parecem caminhar no mesmo sentido dos fluxos de capital e daqueles que o controlam.

Abaixo será apresentada uma breve leitura da crise hídrica no Sudeste brasileiro, entendida no presente trabalho como uma construção socioespacial nascida no âmbito das discussões apresentadas anteriormente.

4.5 ESCASSEZ DE ÁGUA É SECA OU CRISE? O PAPEL DO MONOPÓLIO MIDIÁTICO NA DESINFORMAÇÃO DA POPULAÇÃO

Considerando as colocações acima, será apresentada uma breve discussão do que é tratado como problema da seca no Nordeste e crise hídrica no Sudeste do país. É preciso, primeiramente, levando em conta que, no presente trabalho, se entende crise enquanto territórios acirrados de disputas, abandonar a relação desse fenômeno com o tempo que ele leva para ser "solucionado".

A falta de água no Semiárido nordestino dificilmente é institucionalmente tratada como uma crise, mas entendida como um problema climático inerente àquela região. Esse olhar que tira a responsabilidade do ator social ou político, colocando a questão como algo acima do controle humano, algo que não conseguimos mudar, mesmo com muito esforço, como os longos meses sem chuva em algumas localidades, facilita a aceitação do problema e, ao mesmo tempo, condiciona o território a se adequar a isso.

É verdade que a natureza semiárida de uma considerável parte do Nordeste brasileiro - o Semiárido tem área de cerca de 983.000km, segundo o governo federal⁵ – não pode ser desconsiderada, tendo esse aspecto uma importância fundamental no modo como a população local se apropria dos territórios. No entanto, naturalizar todo o processo histórico de construção de um cenário de seca é algo que soa como uma tentativa de homogeneização desse território tão complexo e diversificado.

As especificidades do ecossistema semiárido possibilitaram um modo de ocupação e um sistema de atores que fizeram em conjunto um espaço muito particular. Este espaço tem sido apresentado historicamente pelo filtro da conscientização coletiva sobre as dificuldades impostas por este meio que depende dos azares climáticos. A natureza aí é um ente quase metafísico, é fortemente fantasiada e trabalhada nos discursos, da e sobre a região, como um obstáculo intransponível a qualquer progresso ou justiça espacial. Neste sentido, o imaginário da seca nordestina como tragédia social e econômica, apesar de toda a tinta que já foi gasta, requer ainda muitas reflexões. Em sendo a natureza o fundamento geográfico da produção, ela é também a base material do imaginário sócio-político e importante recurso ideológico, utilizado por grupos sociais particulares (CASTRO, 2013, p. 297).

Entender a seca no Nordeste como uma construção sociopolítica é essencial para compreender os territórios nordestinos em suas desigualdades e disputas, e se afastar de uma ideia hegemônica da seca como entidade material onipresente. Esse exercício é válido também para refletir acerca das diferenças de tratamento institucional existentes entre esse cenário e o da crise hídrica no Sudeste.

A chamada “Crise Hídrica do Sudeste” é um processo que se iniciou em 2013 no estado de São Paulo se estendendo, principalmente, para os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais nos anos de 2014 e 2015, com impactos territoriais visíveis ainda em 2016.

Ainda que os estudos acerca dos impactos socioeconômicos sejam escassos, abundam respostas técnicas a respeito de suas causas e resultados ambientais e climatológicos que advêm, sobretudo, segundo especialistas, da alta subtropical do Atlântico Sul, que inibe o principal canal de umidade amazônica responsável por provocar chuvas regulares no Centro-Sul do país. Outras causas apontadas pelos especialistas são o desmatamento, a ocupação desenfreada dos mananciais e a falta de planejamento do governo.

Os "resultados" destes fenômenos foram vários e amplamente noticiados na imprensa nacional, fato que já demonstra a diferença explícita entre a falta de água que acometeu o Sudeste e aquela que é já parte do imaginário dos agentes sociais do Nordeste. Apesar de esse último ter certo espaço no monopólio midiático, comumente as veiculações parecem se repetir na construção de uma linha do tempo perversa que tem no discurso de escassez banalizado

⁵ Informação disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2014/caracterizacao-do-semiarido-brasileiro-1>. Acesso em 06/02/2017

uma figura onipresente. Em rápida pesquisa em sítios da *Internet* sobre a crise hídrica no Sudeste, foi possível perceber algumas diferenças fundamentais em relação às matérias realizadas sobre a seca no Nordeste.⁶

A primeira delas se origina exatamente na escolha dos termos “seca” e “crise”. Uma segunda diferença se faz presente no que toca aos detalhes expostos nas reportagens. Há algo de muito mais “investigativo” nas matérias que se dedicam a falar sobre a falta de água no Sudeste, como se o motivo para a “seca” no Nordeste fosse muito óbvio: falta de chuvas.

No ano de 2015, a Câmara Federal dos Deputados lançou em sua página virtual um estudo dividido em quatro blocos que continha propostas de soluções para a crise do Sudeste e, inclusive, medidas legislativas de enfrentamento desta⁷. Vale a busca por algo semelhante em relação aos irmãos nordestinos.

Se faz necessária uma reflexão acerca do papel da mídia que, diferentemente do que alguns insistem em apontar e/ou acreditar, não tem tido muito “sucesso” na tarefa de *informar* a população a respeito dos acontecimentos nacionais e internacionais. É válido, inclusive, um esforço investigativo do leitor acerca da diferença de material disseminado nas mídias sociais pelas populações afetadas por falta de água e aqueles disponibilizados pelo monopólio midiático. Nesse sentido, é interessante também a busca por consensos deste monopólio com a imprensa governamental. Não que seja esse o foco do presente estudo e, devido a isso, tal pesquisa não será aqui apresentada. Contudo, essa problemática se encontra essencialmente atrelada à construção e validação de discursos de escassez capitalistas e, portanto, privatistas, o que é, de fato, de interesse dessa pesquisa.

Em recente dossiê sobre a crise hídrica no estado de São Paulo apresentado pela Revista GeoUsp, Rodrigues & Villela (2015) organizam um material ilustrativo sobre a mídia impressa e suas respectivas abordagens sobre a temática em questão. Os autores analisaram 341 matérias, no período de julho de 2014 a janeiro de 2015, do Jornal *Folha de S. Paulo*, e as dividiram em dois grandes grupos de análise, sendo estes: 1) gestão e caracterização da atual crise hídrica de abastecimento e; 2) causas da atual crise hídrica de abastecimento.

⁶ Para maiores informações acesse <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-10/agua-no-brasil-da-abundancia-escassez>
<https://organicsnewsbrasil.com.br/meio-ambiente/crise-hidrica/centro-oeste-e-nordeste-enfrentam-maior-crise-hidrica-da-historia/>

⁷Disponível em:<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/481135-CRISE-HIDRICA-FALTA-D%E2%80%99AGUA-CHEGA-AO-SUDESTE-COMO-TUDOCOMECON---BLOCO-1.html>

Vale esclarecer que o referido estudo entende a *crise hídrica de abastecimento* como uma situação que está circunscrita nos limites de uma crise mais geral de temporalidade estendida que, devido a uma nova dinâmica de valorização territorial promovida pela variação da disponibilidade da água bruta, ganha um status diferenciado.

As análises das matérias demonstraram que, em relação aos assuntos apresentados, "81,2% tratavam essencialmente do item gestão/caracterização da crise já instaurada, e apenas 18,8% tratavam de suas causas, assunto tão ou mais relevante que o primeiro, de onde se podem efetivamente tirar lições para evitar futuros erros" (RODRIGUES & VILLELA, 2015, p. 402).

É possível realizar uma leitura dessa tendência pensando que tal situação se dá de modo quase dicotômico no Nordeste brasileiro, onde as causas da seca são incansavelmente propagadas e disseminadas através de um discurso de escassez naturalizado.

É válido um pequeno parêntese para refletir sobre as contradições existentes no território nordestino. Se a seca é um aspecto histórico, antigo, tão conhecido por todos os brasileiros, por que ela ainda assola de forma tão drástica os municípios da região do Semiárido? A naturalização desse fenômeno não seria, nesse sentido, um elemento positivo diante do conhecimento da dinâmica climática do território?

O discurso de escassez que se dissipa em relação ao território nordestino, dessa forma, serve de incremento para a perpetuação de um imaginário, mas não para a tomada de decisões de enfrentamento real do "problema".

No caso da crise de abastecimento anunciada no Sudeste, é possível também constatar a existência de um discurso de escassez que se pretendeu, em determinado momento, hegemônico. Porém, a atenção que se deu para a gestão, fosse ela traduzida pelo gerenciamento técnico dos reservatórios, ou pelos conflitos políticos que ocorreram em diversas escalas do Poder Público, em estreita relação com as empresas concessionárias privadas, sinaliza uma mudança de foco ou mesmo de problema.

Houve no Sudeste uma situação mais grave do que a existente há anos em tantos territórios nordestinos? As escalas temporais e espaciais são tão distintas que exigem medidas e intervenções que extravasam as institucionalidades competentes, no caso, os Comitês de Bacias Hidrográficas?

Nesse sentido é interessante mesmo pensar: O que está em disputa? A água, elemento essencial à vida, ou o acesso a mais um recurso capitalizado que está nas mãos de uns poucos agentes que decidem, portanto, seus usos, sua "natureza", sua distribuição? Em qual arena

esses atores disputam pela hegemonia de seus interesses e qual arranjo territorial produzido por tais discursos?

Mais uma vez os resultados obtidos por Rodrigues & Villela (2015) podem auxiliar na discussão das questões levantadas, visto que o papel da mídia impressa na construção/reestruturação dos discursos e práticas sociais, no caso o Jornal de veiculação nacional *Folha de S. Paulo*, precisa ser considerado podendo servir de base para o entendimento de tais arenas “argumentativas”.

A classificação temática organizada pelos autores traz números inteiros e percentuais dos assuntos mais abordados. Na sistematização dos dados coletados por estes, podemos observar que boa parte das discussões apresentadas pelo Jornal Folha de S. Paulo trouxe problemáticas relativas ao nível dos reservatórios, às medidas governamentais e, um dado interessante, às iniciativas individuais e/ou locais (Quadro 3).

Considerando, contudo, que o setor industrial faz uso de algo perto dos 40% de toda a água disponível para abastecimento na Grande São Paulo e Baixada Santista (FOLHA DE S.PAULO, 2014), e que 10 dos maiores contratos de grandes usuários com a Sabesp utilizam uma quantidade de água suficiente para o suprimento de 20 mil famílias ou 82 mil pessoas, pode-se levantar a questão do porquê da participação desses agentes privados não ter sido considerada ou mencionada de modo sistemático a ponto de se tornar um subtema relevante.

Tal influência certamente poderia ser descrita como causa ou mesmo como uma caracterização da crise, no entanto, conforme Rodrigues & Villela (2015) apontam, isso não aparece claramente nas manchetes do jornal analisado.

Tema das matérias	Nº- %	Subtemas	Nº-%
Gestão/caracterização da crise	277 81,2%	Nível dos reservatórios:choveu/não choveu	49- 14,4%
		Medidas governamentais; restrições	62- 18,2%
		Obras emergenciais	33- 9,7%
		Iniciativas individuais/locais/efeitos	87-25,5%
		Outras/pontuais	46-13,5%
Causas da crise	64 18,8%	Clima/devastação/natureza	30- 8,8%
		Governo estadual/Sabesp	29- 8,5%
		Matérias amplas/especialistas/históricas	2- 0,6%
		Outras	3- 0,9%
Total	341		

Quadro 3 - Temas abordados pelo Jornal Folha de S.Paulo. Fonte: Adaptado de Rodrigues & Villela, 2015

Em contrapartida, temos um grande número de matérias que tratam de *iniciativas individuais/locais/efeitos* e, mais uma vez, cabe a pergunta: qual é a real influência de ações locais e de pequena escala em uma crise que se dá na interface político-administrativa das duas maiores Regiões Metropolitanas do país? Qual é o efeito da "economia" de água feita no âmbito domiciliar enquanto montadoras de veículos, redes de supermercados e bancos que mais lucraram no ano de 2014 (Agência Pública, 2015) ganham o direito de consumir até 412 milhões de litros de água por mês pagando tarifas reduzidas pela Sabesp?

Com base nessa situação, o Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente (GAEMA) do Ministério Público de São Paulo, solicitou à Sabesp, no ano de 2014, os contratos conhecidos como *contratos de demanda firmem* com 537 empresas que consomem uma quantidade elevada de água bruta no Estado. De acordo com a instituição Agência Pública, muitas informações foram omitidas e diversos dados distorcidos, no entanto um padrão pôde ser mapeado: "quanto maior o uso médio de água, maior era o desconto oferecido pela Sabesp" (Agência Pública, 2015).

Dentre as empresas com maiores descontos se encontram Mercedes-Benz, Ford, Volkswagen, Carrefour, Telefônica e Bradesco, que não sofreram grandes impactos em suas atividades com a instauração da crise hídrica, ou crise de abastecimento, como denominam Rodrigues & Villela (2015), enquanto as populações, em diferentes escalas, sofreram com racionamentos e rodízios que condicionaram a chegada de água nas torneiras a poucos dias da semana.

Tal cenário é demonstrativo para que deixemos de lado o imaginário de uma crise única, com causas fixas e consequências territoriais homogêneas. Assim como no Nordeste, a falta de água no Sudeste atingiu –e continua atingindo– basicamente atores e grupos sociais previamente desfavorecidos na lógica do mercado e nas relações sociopolíticas. A explanação acima se refere ao Estado de São Paulo, no entanto foi possível encontrar os mesmos desdobramentos em diversos territórios dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, o que suscita outras escalas, atores e, conseqüentemente, conflitos que se dão completamente aleatórios ao desenho de gestão da bacia hidrográfica, ou mesmo dos Estados e municípios.

As redes de empresas e as cadeias de suprimentos devem ser, nesse sentido, incluídas nas análises acerca da crise, pois representam uma arena de suma relevância nos fluxos discursivos, de tomada de decisão e da água propriamente dita.

4.5.1 ANÁLISE GEOINSTITUCIONAL DA CRISE HÍDRICA DO SUDESTE E OS ESPAÇOS NÃO CONTEMPLADOS PELAS INSTITUIÇÕES

Continuando a discussão apresentada no tópico acima e, corroborando Rio et al. (2016, p.101), é factível afirmar que "a escala da crise revela situações de articulação que estão muito além da bacia hidrográfica", deixando ainda mais visível as sobreposições entre as escalas de gestão, de regulação e, conseqüentemente, de poder, e uma certa inadequação do modelo territorial rígido proposto pela PNRH.

Os autores propõem, então, uma leitura da chamada crise através de uma análise *geoinstitucional*.

A análise geoinstitucional pauta-se pelo reconhecimento de interações e relações entre redes técnicas, regulação e espaço. Na questão da água, isso implica considerar as crescentes polarizações entre público e privado, entre diferentes escalas (global, regional e local) e/ ou entre as políticas ambientais, as políticas de regulação e aquelas indutoras de comportamento. Trata-se, portanto, da sobreposição de diferentes superfícies de regulação (PIRES DO RIO et al., 2016, p. 105).

Uma análise geoinstitucional é útil às discussões pretendidas por tornar possível a visualização das diferenciações espaciais das superfícies de regulação envolvidas na gestão dos recursos hídricos Figura 8 e as sobreposições que ocorrem entre estas.

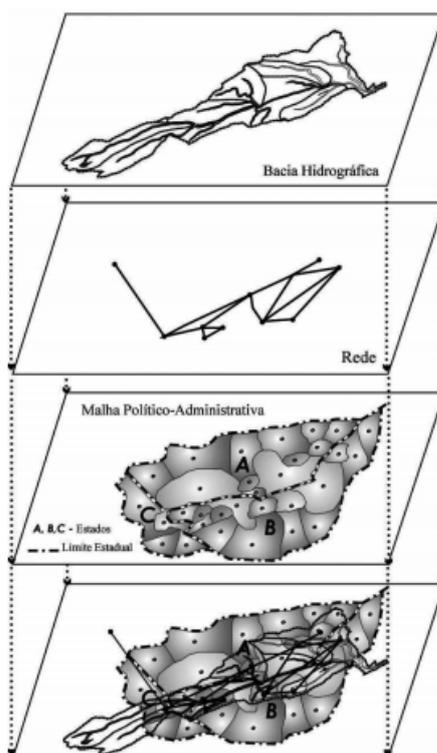


Figura 8 - sobreposição de superfícies de regulação no território. Retirado de Rio et al., 2016.

Não obstante, é preciso ressaltar que tais análises, realizadas de forma tão exemplar pelos autores citados, podem não alcançar algumas outras espacialidades importantes a serem consideradas, tais como os movimentos sociais de gerenciamento da água, em escala local, realizados por comunidades das periferias e favelas ou de zonas rurais, liderados, principalmente, por mulheres. Tal como será apresentado no próximo capítulo, no estudo de caso da comunidade caiçara da Praia do Guerra, em Paraty, essas superfícies que, na vivência prática afetiva, não deixam de ser reguladoras, são completamente invisibilizadas e desconsideradas nas tramas de negociação autorizadas – e legitimadas – pelas características neoliberais do Estado Moderno.

Contudo, a leitura empreendida pelos autores demonstra algo importante no sentido de identificar uma certa esquizofrenia da PNRH em sua implementação da bacia hidrográfica enquanto arena de gestão dos recursos hídricos, algo já anteriormente defendido. Redes industriais, consórcios, comitês, prefeituras, Estados, concessões, são apenas alguns exemplos de espacialidades que entrecruzam a bacia hidrográfica.

A hipótese que se lança, pensando no cenário apresentado, é de que a materialização rígida de uma espacialidade de gestão pode não somente criar ou acentuar tensões entre os agentes territoriais, como mesmo deixar clara a incapacidade do sistema que, de uma maneira ou de outra e, principalmente em eventos de "crise", acaba sempre atrelado a uma superfície de regulação que tem no Estado Federal a sua grande figura representativa.

Como discutido precedentemente, e considerando a crise hídrica enquanto uma disputa territorial acirrada que mantém uma relação dinâmica e de retroalimentação com os conflitos territoriais preexistentes, é de se supor que as negociações para a “resolução” traduzam diferentes desenhos espaciais e, nesse sentido, territorialidades também difusas.

Pensando mesmo nos aspectos técnicos envolvidos, e tomando como ponto de partida o fato dos comitês de bacias hidrográficas, prefeituras, órgãos de gestão estaduais e, em última instância, a própria Agência Nacional de Águas não serem completamente “eficientes” no monitoramento das vazões dos cursos d’ água, como manter uma análise em tempo real em todo o território de uma bacia hidrográfica? Sabe-se que alguns trechos são priorizados e que essa escolha, mais uma vez, passa por questões políticas que são construídas em um recorte territorial completamente distinto do da bacia. Se tal situação se aplica ao dia-a-dia dos órgãos de gestão dos recursos hídricos, como ela se configura em um cenário de crise? Quais são os locais priorizados para as medições técnicas e, posteriormente, para dirimção de conflitos?

Em relação aos conflitos anunciados em uma crise de abastecimento, segundo Pires do Rio et al. (2016), há a clara tensão entre dois polos extremos que configuram: *conflitos sob*

regras e conflitos sobre regras. Sendo assim, “se os conflitos sob regras ocorrem em quadro institucional bem definido, os conflitos sobre regras implicam em contestação das próprias regras que regulam determinada atividade ou superfície” (PIRES DO RIO et al., 2016, p. 107).

Através dessa leitura, a própria declaração de uma crise poderia ser entendida enquanto ato de contestação de parte ou do conjunto de regras por aqueles que se veem afetados por estas. O que se havia decidido anteriormente não mais representa um “conforto” para todos envolvidos, o que demanda uma reformulação de alguns aspectos. Assim, nota-se que em tal situação há uma clara oposição entre:

i) a gestão compartilhada de um recurso específico, que é relativamente escasso e, por isso mesmo, demanda regras claras e bem determinadas; e ii) as diferentes organizações e esferas de poder que afetam, influenciam e pressionam o poder público para a reelaboração de regras de apropriação ou para a transferência de volumes maiores desses mesmos recursos. (PIRES DO RIO et al, 2016, p. 107)

Nessa relação de “tensão”, se é que é possível usar esse termo, quem sai ganhando? Como colocado, a necessidade de “regulação” de um recurso considerado, por n motivos, escasso é perpassada por difusos interesses e, no desenho dos que influenciam e os que são influenciados pelas estruturas de regulação, é historicamente conhecido o lado mais fraco dessa corda tensionada.

A crise de abastecimento, nesse sentido, demonstra, de maneira extremamente visível, algumas incoerências e esquizofrenias das políticas públicas, seja no sentido técnico ou político; mas, sobretudo, ela escancara as relações de privilégio que determinam, territorialmente, quem estas políticas beneficiam e quem elas prejudicam através de processos de invisibilização. Ou seja, a esquizofrenia não se constrói de maneira ingênua, mas por caminhos direcionados por fluxos de capital e, conseqüentemente, de poder que pouco (ou nada) coincidem com o desenho físico das bacias hidrográficas.

Com isso, é plausível pensar nas contradições trazidas por situações de crise hídrica de abastecimento. A contradição se faz, exatamente, na condição da “falta”. A falta de água sempre existiu nas favelas e periferias dos grandes centros e esses conflitos, realizados em arenas completamente invisíveis aos olhos das políticas públicas, e mesmo de diversos estudiosos da temática, não cabem em conflitos sob regras ou sobre regras. Eles extravasam essas categorias porque precisam ser entendidos em toda a complexidade paradoxal promovida por muitas décadas de alienação, em amplo sentido. Alienação cultural que torna aceitável a alienação aos recursos básicos de sobrevivência digna de populações que, em

tempos de “crise” ou não, sempre tiveram suas vidas construídas e fundamentadas pela ausência.

Dessa forma, é importante compreender que a geografia da ausência apresenta muitas similitudes nos grandes centros e nas áreas mais afastadas do Semiárido nordestino, principalmente no que diz respeito ao aspecto “quem vivencia” essa falta.

As Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, historicamente, receberam, e ainda recebem (principalmente considerando o advento das obras da Copa do Mundo e das Olimpíadas), imensos quantitativos populacionais vindos de múltiplos territórios nordestinos, muitos desses afetados por PIBs baixos e preocupantes problemas de acesso aos recursos hídricos. É bastante comum que tais indivíduos, nos processos de busca por estabilidade socioeconômica e/ou pelo provimento dos familiares que permaneceram nas suas cidades natais, habitem locais com condições muito parecidas de suas cidades, no tocante do acesso. Contudo, estes precisam se habituar à superpopulação, mal cheiro, lixo e relações bem mais superficiais do que aquelas em que estes foram estabelecidos culturalmente.

Não seria possível, portanto, afirmar que as pessoas que sofrem com o problema da “seca” no Nordeste são as mesmas que vivenciam a falta nos grandes centros, sofrendo, em alguns casos, impactos ainda mais negativos no que tange à soma de expropriações e violências? É óbvio que não se pretende deslegitimar ou diminuir as absurdas violências sofridas pelos sertanejos em áreas isoladas, principalmente as mulheres que são responsáveis por buscar água percorrendo distâncias desumanas, no entanto se faz necessário pontuar que a geografia da crise hídrica nada tem a dizer sobre a falta, visto que ela é recorrentemente ignorada ou naturalizada nas camadas sociais marginalizadas.

O urbano que, para muitos sertanejos, representa a libertação da aridez, dos cenários empoeirados e com falta de tudo, lhes fecha a porta e aperta nós que, anteriormente, poderiam nem ser sentidos devido a uma relação com a “natureza” completamente distinta daquela que é disponibilizada para esses atores nos grandes centros e suas regiões metropolitanas.

O urbano que engendrou o imaginário da emancipação humana representa, na crise urbana que estamos inseridos, a mais significativa inflexão entre homem e natureza e a sua impossibilidade para todos. Tal ideal de emancipação humana consubstanciada no urbano que contém, dentre outros atributos, a separação do homem da natureza e a mudança de qualidade nessas relações, não pode desconsiderar que quanto mais a sociedade se urbaniza, mais se impera extrair da natureza. Porém, o processo exploratório do modo de produção capitalista dá cada vez mais sintomas de que não pode resolver essas questões e apresenta como respostas paliativas telescópicas e metáforas nas resoluções dos conflitos no que tange a problemática urbana. (PRIETO, 2011, p. 26)

A ideia de telescopagens, cunhada por Lefebvre (2001), diz respeito a um sistema de produção de ilusões e confusões entre a realidade e a representatividade dissipada através das formas-conteúdo (SANTOS, 1996) ou mesmo de sistemas de ações.

Essa ilusão vendida dos grandes centros desmorona, no entanto, a cada vez que atores socioeconômicos das esferas mais altas da sociedade são afetados, sendo a crise hídrica de abastecimento do Sudeste significativa nesse sentido. Envolvendo as maiores indústrias do país e toda a rede produtiva correlata, além de atores individuais da elite social, a situação foi tratada com todos os méritos envolvidos e ocupou manchetes dos mais importantes noticiários por praticamente um ano inteiro.

Nesse sentido, vale uma breve demonstração dos discursos racionalistas tecnocráticos desenvolvidos pelos órgãos gestores envolvidos.

Em entrevista a vários jornais, as soluções apontadas por representantes da companhia de abastecimento de água de São Paulo, a Sabesp, tendem a reproduzir soluções amplamente conhecidas: a interligação de bacias – do rio Atibainha ao rio Jaguari e do rio Pequeno à Represa Billings –, a construção da adutora Jaguari-Atibaia, que implica na captação de águas do Paraíba do Sul, e a abertura de 24 poços artesianos no Aquífero Guarani. Essas medidas dizem respeito à ampliação da oferta de água para duas áreas metropolitanas: a de Campinas e a de São Paulo (PIRES DO RIO et al., 2016, p.1).

Tais propostas surgiram como resposta à situação de crise, no entanto, já haviam sido expostas em outros momentos e servido mesmo como alimento para conflitos entre o estado de São Paulo e o do Rio de Janeiro, cujo trechos da bacia do Rio Paraíba do Sul e do Rio Guandu seriam diretamente afetados com redução de volume de água. Como é possível então perceber, a gestão da “escassez” é comumente reduzida a um gerenciamento que vai de encontro ao aumento da oferta de água bruta. São pensadas ações de mobilização e transporte de quantidades de água e isso, correntemente, se desenvolve atrelado à mudanças na precificação da água bruta.

4.5.2 COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL

Diante do exposto acima, é importante localizar o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul nesse cenário de “disputas” por discursos e sistemas de ações, visto que é este organismo o responsável pelos cálculos da cobrança pelo uso da água bruta em boa parte do território impactado pela crise de abastecimento do Sudeste brasileiro.

O CEIVAP, Comitê Interestadual que abrange os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, foi criado em 1996, pelo Decreto Federal nº 1.842, com alterações na abrangência e nomenclatura em 2008 (Decreto 6.951). Ao todo, o Fórum abrange 184

municípios com uma população total de aproximadamente 4.923.000 habitantes (CEIVAP, 2017), sendo um dos Comitês com maior relevância e participação na operacionalização de mananciais e reservatórios do país.

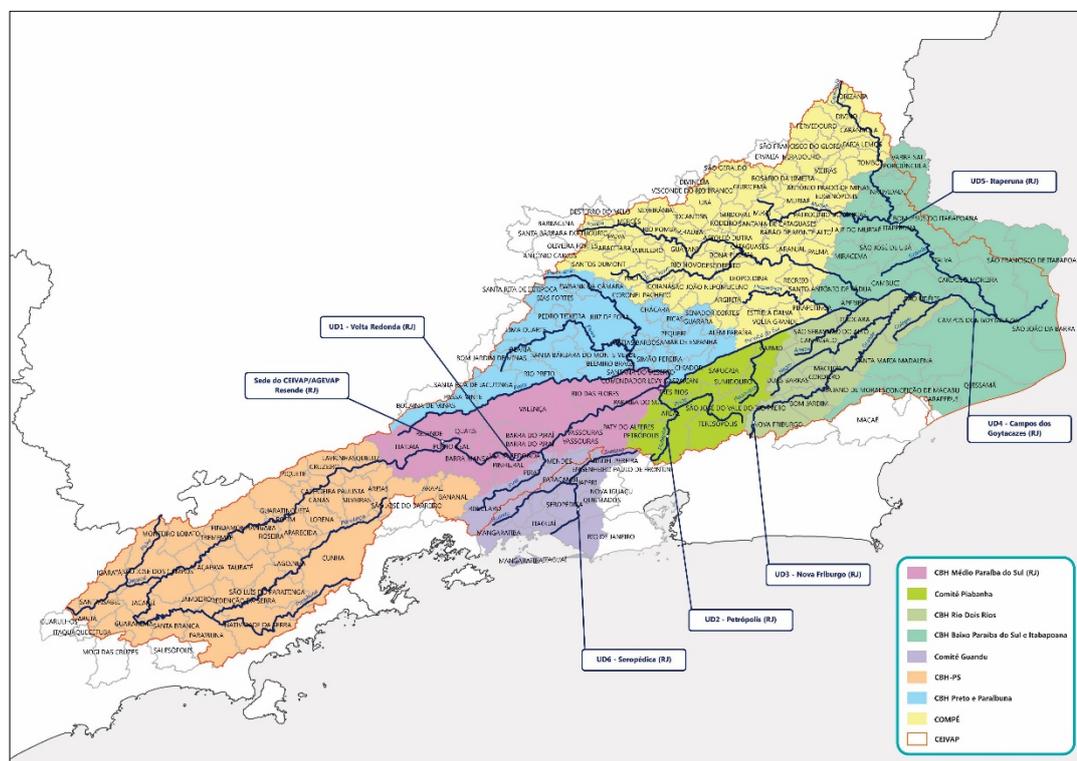


Figura 9 - Mapa dos organismos de bacia do CEIVAP. Fonte: CEIVAP, 2017

A composição do Comitê Interestadual se baseia na divisão proposta por Regimento Interno, sendo 40% de representantes dos usuários de água; 35% do poder público; 25% de organizações civis.

No ano de 2014, época em que a crise hídrica tomava proporções territoriais mais amplas, a composição da plenária do CEIVAP repartia-se como isto no gráfico abaixo (Gráfico 1).

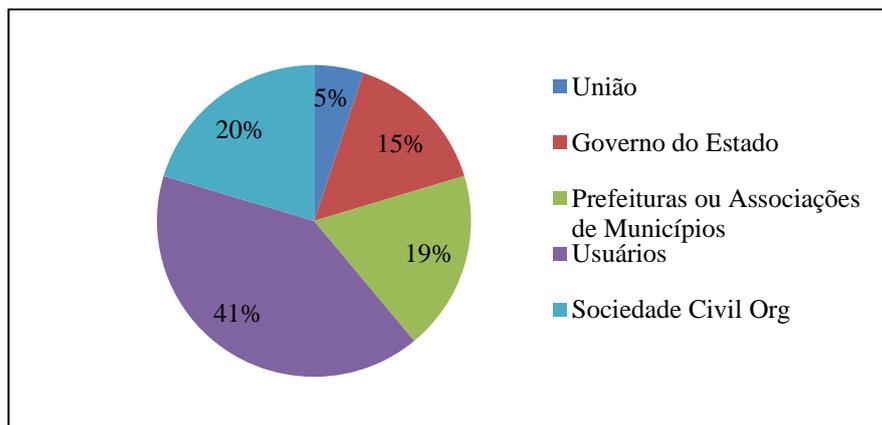


Gráfico 1- Divisão “setorial” percentual do CEIVAP. Fonte: CEIVAP, 2017.

Como se pode observar, a porcentagem de usuários de recursos hídricos ultrapassa o máximo aceito pelo Regimento Interno do Comitê. No entanto, é válido ressaltar que tal fato se deve à não ocupação completa de cadeiras de outros setores, como por exemplo de sociedade civil organizada. Para melhor entender essa participação de cada setor, é importante analisar cada estado separadamente.

Nesse sentido, é também essencial a colocação de que as hipóteses analíticas que se lançam no presente estudo limitam-se a uma leitura documental realizada com o olhar teórico crítico que se construiu anteriormente. Dessa forma, não é objeto de estudo do presente trabalho as disputas entre as arenas argumentativas que ocorrem nos bastidores e que, portanto, não são visíveis nas leituras de atas de plenárias ou deliberações oficiais. O que se pretende com a explanação de elementos e cenários do CEIVAP, é considerar o maior número de atores envolvidos na procura por mediação e/ou resolução do que foi chamado de crise hídrica do Sudeste brasileiro. Sendo assim, e considerando o modelo descentralizado proposto pela Lei das Águas, falar da crise sem levantar minimamente a composição e deliberações do CEIVAP seria incoerente diante do que já foi exposto acima.

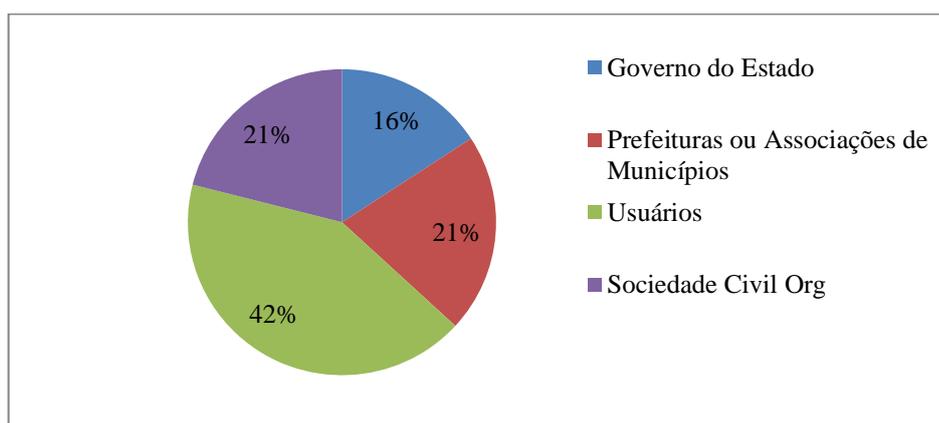


Gráfico 2 - Participação percentual de “setores” do Rio de Janeiro. Fonte: CEIVAP, 2017.

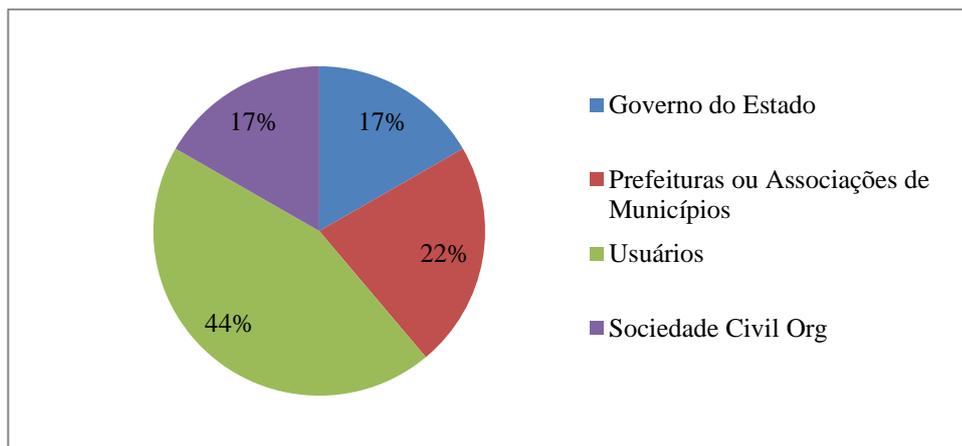


Gráfico 3– Participação percentual de “setores” de Minas Gerais. Fonte: CEIVAP, 2017.

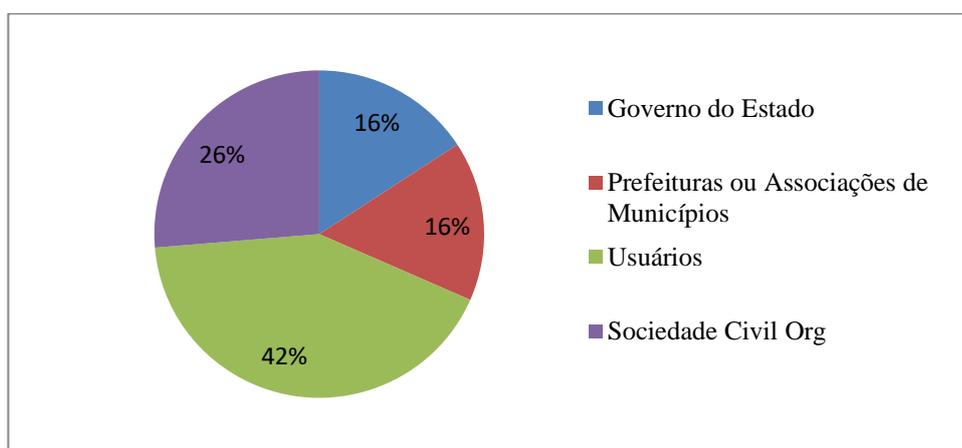


Gráfico 4– Participação percentual de “setores” de São Paulo. Fonte: CEIVAP, 2017.

Como se observa, cada Estado possui uma representação diferenciada de usuários, poder público (que também possui diferenças nas escalas estaduais e municipais) e sociedade civil organizada que, ressaltando, inclui as Universidades, o que complexifica o entendimento que comumente se constrói de organização da sociedade civil.

De acordo com Fontes (2006), para entender sociedade civil se faz necessária, inevitavelmente, uma contextualização histórica, pois devido ao dinamismo social e político-econômico inerente às relações que se dão no espaço e no tempo, o conceito de sociedade civil -ou mesmo de Estado- é fluido e, tratando-se da sociedade civil ocidental, completamente perpassado pelas contraditórias relações de poder do sistema capitalista. Nesse sentido, a autora ressalta que sociedade civil e Estado, por vezes, são conceitos utilizados de forma dicotômica e/ou opositiva, o que de certa forma, pode deter uma intencionalidade capaz

de manter privilégios, atributos e poderes estacionados em escalas e arenas bastante distantes das possibilidades disponíveis para atores “comuns” da sociedade.

De maneira geral, a sociedade civil tem sido lida como “uma esfera não-estatal, antiestatal, pós-estatal e até supraestatal” (GÓMEZ, 2003, p.11), mas o que dizer de atribuições essencialmente estatais, tais como ações de -e para- o bem estar social, segurança pública e direitos humanos recorrentemente repassadas à Organizações Não Governamentais (ONGs) que, inclusive, recebem verbas do governo através de acesso a editais e chamadas públicas? Como alocar as Universidades Públicas que são mantidas pelos governos federais e estaduais, seguindo regras e leis do direito público administrativo? E, por último, como entender a presença de tantas organizações privadas em espaços de reivindicações sociais?

Fontes ressalta que durante a década de 1980:

As entidades empresariais atuavam corporativa e politicamente como sociedade civil – no sentido gramsciano, como aparelhos privados de hegemonia– e participavam intimamente do Estado, inclusive no período ditatorial, mas apresentavam-se como sociedade no sentido liberal, contrapondo-se ao Estado. Deslizavam facilmente de um a outro sentido, evidenciando como a luta atravessava a sociedade civil, através da expansão de aparelhos privados de hegemonia de cunhos variados, cuja proximidade com as classes fundamentais nem sempre era muito nítida –assim como ambivalentes eram as formas de conceituá-la. (FONTES, 2006, p.348)

Tais argumentos alimentam a discussão que aqui se pretende sobre o Grupo de Trabalho Permanente de Acompanhamento da Operação Hidráulica na Bacia do rio Paraíba do Sul (GTAOH), seus atributos e sua composição. O grupo de trabalho, que foi criado pela Deliberação CEIVAP n°53/2005, tem como alguns de seus objetivos:

Art 2°:

I: Antecipar e analisar situações de conflito envolvendo a operação hidráulica dos reservatórios e usos múltiplos da água e propor soluções alternativas;

II: Analisar e propor soluções alternativas para os critérios de operação hidráulica dos reservatórios do Rio Paraíba do Sul e da transposição de água para o Rio Guandu, visando atendimento dos requisitos quantitativos de água nas bacias;

III: Atuar no sentido de propor formas de garantir o atendimento dos requisitos quantitativos de água nas bacias.

Olhando para a composição atual do grupo temos:

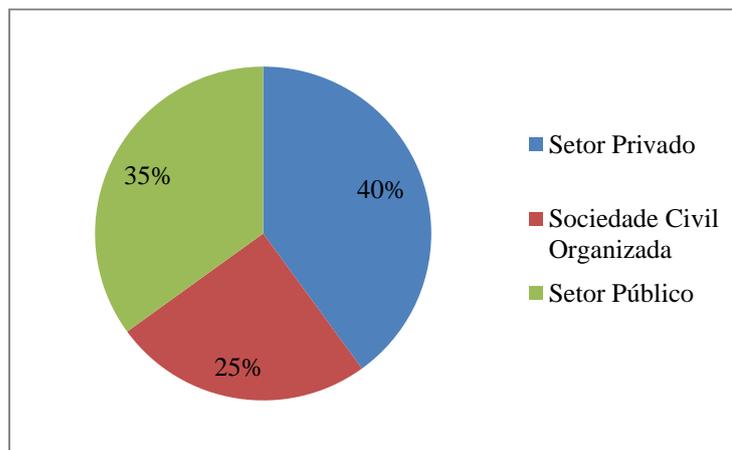


Gráfico 5 - Composição GTAOH-2017/2021. Fonte: CEIVAP, 2017.

Nota-se que a divisão tripartite segue a lógica da porcentagem setorial empregada na plenária. No entanto, se parte-se para uma leitura das instituições representantes de cada um dos setores, é possível visualizar um cenário diferenciado que pode ser problematizado de acordo com Fontes (2006).

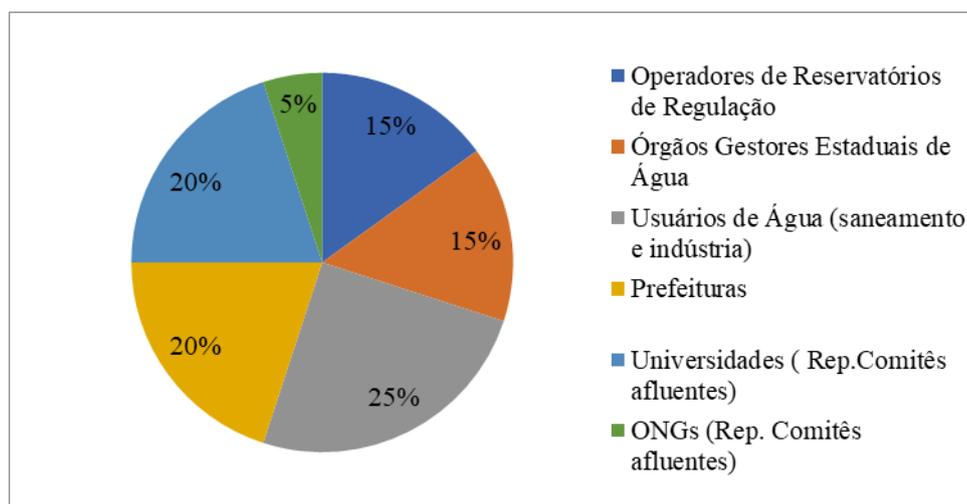


Gráfico 6 - Composição institucional do GTAOH 2017/2021. Fonte: CEIVAP, 2017.

Com apenas um membro representante de Organização não governamental, é possível dizer que o Grupo de Trabalho responsável pela tomada de decisão operacionalizada de reservatórios e mananciais considera, por exemplo, necessidades e demandas da sociedade civil em suas colocações e propostas de ação?

De acordo com a Deliberação de sua criação, em situações de crise, o grupo fica dispensado de levar suas propostas para aprovação da plenária, tendo apenas que encaminhar as decisões diretamente para a ANA e ANEEL com o propósito de conhecimento e possível

manifestação contrária das partes. Seguindo esse raciocínio, qual escala se faz presente nessas negociações e tomadas de decisão? É possível identificar uma participação efetiva da sociedade civil em resoluções que impactam diretamente suas vidas cotidianas, tais como operações de racionamento impostas?

Com essa indagação, parte-se para a visualização espacial concreta de alguns aspectos precedentemente discutidos, com o objetivo de compreensão, principalmente, da participação social, em sua relação mútua e contraditória com o território, na construção e vivência dos discursos de escassez ampliados pela chamada crise hídrica de abastecimento do Sudeste brasileiro.

5. CONHECENDO O TERRITÓRIO, USOS E ARENAS DE CONFLITOS.

5.1. REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DA ILHA GRANDE (RHBIG)

A RHBIG engloba as terras continentais e insulares cujas drenagens tem como ponto final a Baía da Ilha Grande. Sua área não coincide com a da Baía como um todo abrangendo, no estado do Rio de Janeiro, apenas os municípios de Angra dos Reis e Paraty, com uma superfície aproximada de 2.356 km², sendo 1.800 km² de faixa continental (FRANCISCO & OLIVEIRA, 2009).

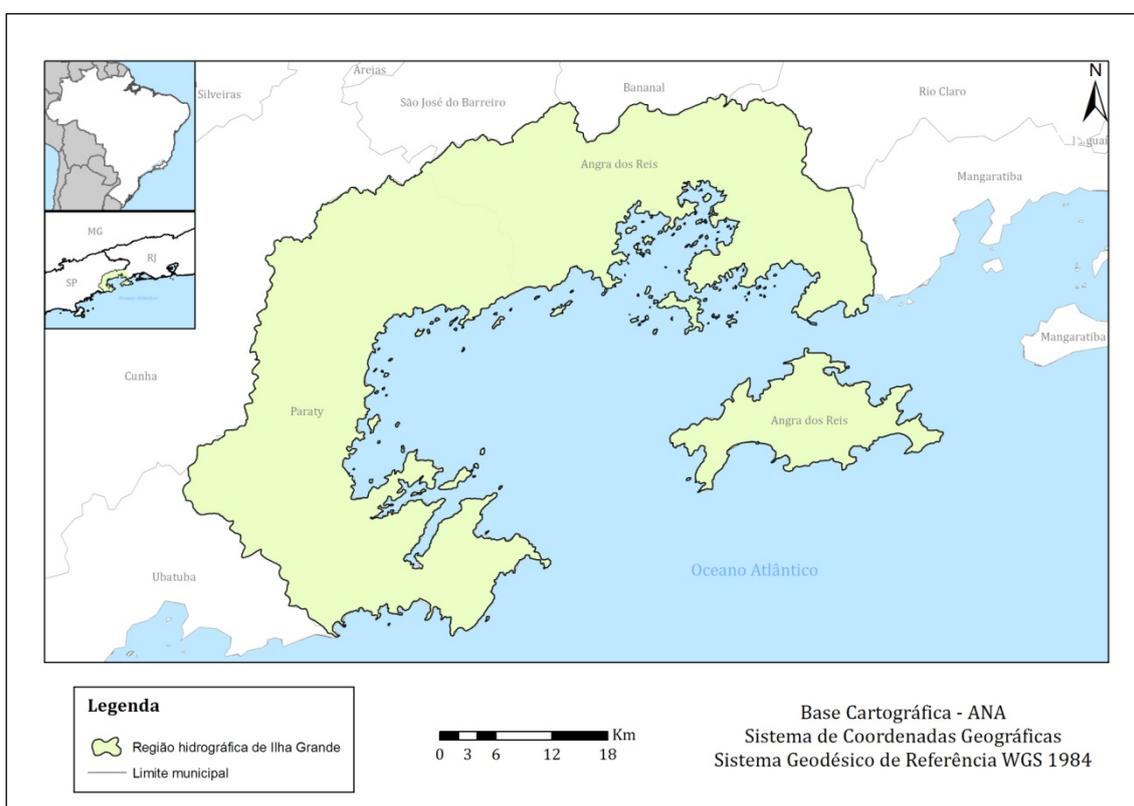


Figura 10 - Mapa de Localização da RHBIG. Elaborado pela autora.

De modo geral, a Região Hidrográfica I, como é determinada pelo INEA para fins de gestão, é composta por dezenas de bacias hidrográficas de distintos tamanhos, com uma grande predominância de bacias de pequeno porte devido à proximidade do divisor de águas com o litoral. Seus maiores rios contribuintes nascem ao norte da região, no Planalto da Bocaina, estando contidos nas “bacias de Mambucaba (740km²) e Bracuí (185km²), nos municípios de Cunha, São José Barreto e Bananal, já no território paulista” (FRANCISCO & OLIVEIRA, 2009, p. 4707).

Devido ao relevo predominantemente acidentado e com grande amplitude altimétrica, as bacias que compõem a RHBIG geralmente possuem uma característica de elevada declividade com presença de quedas d'água e cachoeiras no alto e médio curso e rio meandранtes no baixo curso (Figuras 11 e 12).



Figura 11 - Alto e baixo curso do Rio Mambucaba. Fonte: Eletronuclear, 2017.



Figura 12 - Alto e baixo curso do Rio Mambucaba. Fonte: Eletronuclear, 2017.

Em alguns pontos de maior proximidade da Serra do Mar com a costa há mesmo o desague de cachoeiras diretamente na área costeira (Figura 13). Essa peculiaridade da região demonstra a necessidade de execução de uma gestão integrada dos recursos hídricos em comunhão com a gestão costeira.



Figura 13 - Cachoeira do Saco Bravo, zona costeira de Paraty. Fonte: Acervo pessoal.

Em relação aos tipos de uso da água, pode-se dizer que a maior demanda vem do abastecimento urbano, comercial e/ou residencial, realizado “por inúmeras captações em pequenas bacias hidrográficas, o que acarreta, durante o período de estiagem, a retirada de todo volume de água, deixando seco o leito do rio à jusante da captação” (FRANCISCO & OLIVEIRA, 2009, p. 4708).

Tal situação pode ser vislumbrada com alguma frequência no município de Angra dos Reis⁸, onde a Serra do Mar se encontra bem próxima da linha de costa, no entanto também se faz presente em alguns trechos da zona costeira de Paraty. Nessas áreas os gestores encontram obstáculos consideráveis na tarefa de armazenamento das águas pluviais durante o período chuvoso, algo que evitaria situações de “escassez” nos períodos secos, não somente devido à estreita faixa de terra, mas também às características geológicas dessas regiões.

Um agravante da situação é o aspecto da sazonalidade. O turismo é, atualmente, a atividade econômica predominante na RHBIG, exatamente pelas características de suas bacias hidrográficas, sua biodiversidade e imensa quantidade de praias paradisíacas.

O abastecimento, que costuma atender cotidianamente cerca de 180 mil habitantes, pode alcançar 230 mil pessoas nos feriados mais importantes (informação verbal)⁹. Esse acréscimo recorrente no número de pessoas que habitam e circulam pela região, mesmo que em um recorte temporal pequeno, compromete não somente os serviços de abastecimento

⁸ Para maiores informações: https://angra.rj.gov.br/noticia.asp?vid_noticia=27908&IndexSigla=imp
<https://www.cedae.com.br/Noticias/detalhe/estiagem-reduz-abastecimento-em-angra-dos-reis/id/175>

⁹ Informação concedida pelo técnico de Meio Ambiente da SEMAM de Paraty, Luis Paulo Nascimento, em ocasião de plenária do CBHBIG, em 21/06/2016 (vide anexos).

como a qualidade dos corpos hídricos, devido tanto à sobrecarga do sistema de saneamento, muito incipiente e precário (quando existente), quanto à geração de resíduos e seu descarte nas praias, trilhas e cachoeiras.

Outro componente que tem um impacto considerável nos ambientes hídricos é presença da Usina Nuclear da Eletronuclear, no município de Angra dos Reis. Seja de forma direta, na realização de atividades que geram aquecimento de águas e lançamento de resíduos químicos, e/ou indiretamente, ao funcionar como um impulsionador no crescimento demográfico, a Eletronuclear tem refuncionalizado a paisagem e as relações sociedade/meio. Contudo, como é possível reparar no fragmento abaixo, a empresa não se inclui enquanto um fator de impacto –potencial ou efetivo- na qualidade dos recursos hídricos da Bacia da Ilha Grande.

Os principais fatores de degradação dos recursos hídricos da bacia são cargas elevadas de esgotos domésticos; escoamento superficial de áreas urbanas; efluentes industriais; efluentes oleosos; chorume; lançamento de lixo; processos erosivos generalizados nos solos das bacias hidrográficas; aterros e drenagem de alagadiços e lagoas marginais; ocupação de margens de rios e lagoas; retirada de matas marginais e extração de areia (Eletronuclear, 2014).

No entanto, durante observação participante das plenárias do CBHBIG, por mais de uma vez, foi possível ouvir representantes da sociedade civil organizada, que se demonstraram insatisfeitos com as pressões ambientais exercidas pela empresa nos rios e açudes da região. Como não é foco do presente estudo o aprofundamento dos conflitos pelo uso da água no município de Angra dos Reis, essas informações não foram sistematizadas a ponto de poderem ser disponibilizadas de modo qualificado. Contudo, considera-se relevante a menção de que a Eletronuclear, apesar de desenvolver diversos projetos socioambientais na Costa Verde – muitos deles devido à obrigatoriedade de compensação ambiental-, não é um ator neutro dentro do frágil cenário de disputas territoriais pelo uso da água que incluem, certamente, episódios de impactos negativos gerados pelas atividades humanas, sobretudo as econômicas.

5.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DA ILHA GRANDE

A história da ocupação da Baía da Ilha Grande, de maneira geral, coincide com a história da circulação de ouro, escravos e cana de açúcar entre a Colônia e Portugal e, posteriormente, da produção de café do Vale do Paraíba. Paraty e Angra dos Reis contaram

com importantes portos, chegando o de Angra a ser o segundo maior porto do país no Século XIX.

Sem embargo, com o declínio dessas economias, as duas cidades saíram da rota comercial do país, o que causou um entrave econômico e uma certa marginalização da região em relação às capitais de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Esse cenário, contudo, se refuncionaliza com a construção de estradas que ligam Angra dos Reis ao município do Rio de Janeiro e Paraty ao município de Cunha, nos anos 70 (NEFFA, 2015). Tais rodovias possibilitaram uma reativação da circulação de mercadorias, traduzidas, em suma, pela produção de banana e pelo pescado. A essas economias, posteriormente, somam-se as atividades turísticas, as Usinas Nucleares de Angra I e II e as atividades portuárias (terminal petrolífero).

O crescimento demográfico proporcionado, por sua vez, pelos processos socioeconômicos citados e, mais recentemente, por uma explosão da especulação imobiliária representada, primordialmente, pela construção de condomínios de luxo à beira dos principais corpos hídricos de Angra dos Reis e Paraty, vide condomínio Laranjeiras na década de 70 (Figura 14), promoveu não somente uma transformação das práticas culturais e da apropriação do território quanto uma maior complexidade e tensão entre as territorialidades dos povos tradicionais e originários e os "novos" habitantes.



Figura 14 - Condomínio Laranjeiras, na zona costeira de Paraty. À direita a praia do Sono, e ao fundo da imagem o Saco do Mamanguá. A área do condomínio fica dentro da APA Caiuruçu e nas fronteiras do Parque Nacional da Bocaina e da Reserva da Joatinga. Fonte: Acervo público, Google, 2016.

A RHBIG ainda conserva importantes remanescentes da cultura caiçara, habitantes originários da região que se concentram principalmente, nos dias atuais, em territórios

desconectos do município de Paraty. Este guarda uma memória de inúmeros conflitos territoriais que alcançaram ápice na medida em que os ciclos econômicos se consolidavam e demandavam mão-de-obra, recursos e terras. As comunidades tradicionais, sobretudo as caiçaras e indígenas, foram historicamente reprimidas e desfaceladas e mesmo em tempos mais recentes, com a implantação de legislações ambientais representadas pela criação de Unidades de Conservação, os conflitos fundiários não cessaram, chegando mesmo a configurar novos cenários de exclusão. Os tópicos a seguir promoverão a exposição desse cenário histórico na cidade que hoje figura como Patrimônio Histórico Nacional.

5.3 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE PARATY

Como exposto anteriormente, a configuração espacial de Paraty no tempo histórico pode ser lida através dos momentos de apogeu e declínio de grandes ciclos econômicos do Brasil.

No século XVI Paraty, então feitoria da colônia, era utilizada para aprisionar os índios escravizados utilizados como mão-de-obra nas lavouras de cana-de-açúcar, economia que acabou impulsionando e movimentando o porto local. No entanto, com a diminuição do preço da cultura e a consequente desmobilização das atividades em alguns engenhos, a importância do porto declina juntamente com a economia local (FONTES, 2013).

Paraty, no entanto, volta à cena quando, na primeira metade do século XVII, o porto passa a ser utilizado para escoar a produção de ouro das Minas Gerais, inserindo a vila no "caminho do ouro" e, conseqüentemente, em todos os problemas que isso envolvia, como saques, ataques e conflitos entre os índios ainda libertos e os bandeirantes.

Tais conflitos, sobretudo os recorrentes ataques piratas à praia de Trindade, fizeram com que a trilha do ouro sofresse modificações levando a cidade a um grande isolamento econômico. Durante esse período de isolamento, as formas produtivas agrícolas de subsistência voltam a ganhar espaço nas franjas territoriais que dividem os territórios dos engenhos, da circulação do café vindo do Vale do Paraíba e da aguardente que, mesmo que timidamente, começa a ganhar espaço e "prestígio" na economia nacional.

Fontes (2013), corroborando Adams (2000), pontua que essa agricultura de subsistência acaba por salvaguardar a economia de exportação dos grandes engenhos, garantindo a sobrevivência das populações locais, provendo-as, de produtos complementares.

Essa alternância entre um modelo de subsistência e de exportação, todavia, não se deu de forma pacífica. Com o crescimento do consumo da aguardente, por exemplo, os engenhos retomam um certo protagonismo na economia local e regional e começam a ampliar seus espaços de produção, adentrando, por vezes, os territórios indígenas e ou quilombolas, nascidos com o fim do período oficial da escravidão.

Outro aspecto importante a ser considerado nessa complexa dinâmica territorial é a construção do Porto de Santos, no século XIX, que contribuiu sobremaneira para que a cidade de Paraty perca sua relevância portuária de modo irreversível. De certo modo, a perda dessa função espacial abre espaço para a ascensão de outras atividades econômicas, como a pesca, impulsionada pelos avanços das tecnologias de navegação, das técnicas de pesca e de conservação do pescado.

No século XX, a atividade da pesca em Paraty ganha maior visibilidade, pois a inserção dos barcos com redes (traineiras), as próprias rede de arrasto - que captura maior quantidade de pescado -, o desenvolvimento da tecnologia pesqueira, com a consequente inserção de barcos a motor e linhas de nylon, aumentou a escala de produção do pescado, permitindo um relativo abastecimento das indústrias da região. Portanto, a produção pesqueira, em função da demanda externa dos centros metropolitanos regionais do Rio de Janeiro e São Paulo, começou a não mais ser vista apenas como um meio de subsistência para a população local, mas, em função da forte demanda existente, como mercadoria, passando de artesanal para comercial e industrial (FONTES, 2013, p. 112).

O século XX é marcado pela consolidação da economia pesqueira no município e pela introdução do turismo rural e do ecoturismo. Ações governamentais trataram de confirmar e sustentar essa tendência e diversas Unidades de Conservação são criadas, ruas tombadas e estradas construídas, sendo a estrada Rio-Santos um marco desse período. A estrada possibilitou não somente o fortalecimento do setor turístico na região como a migração de populações de cidades vizinhas menores e a circulação de pessoas vindas das regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, com consequente aumento dos moradores de segunda residência.

Todo esse processo socioeconômico e de transformações territoriais que, ora acompanhou os ciclos econômicos e suas fases de sucesso e declínio, ora se baseou num discurso preservacionista que buscava possibilitar a configuração de uma economia do turismo, imprimiu marcas e impactos socioambientais inegáveis nas comunidades originárias, seus territórios e territorialidades. Degradação dos habitats e sistemas naturais, construção e reconfiguração de espaços de exclusão, apropriação cultural e desmantelamento de territórios tradicionais são apenas alguns dos problemas apontados por autores que se dedicaram a fazer

análises da configuração territorial de Paraty. (FONTES, 2013; GOMES et al. 2004; DIEGUES, 2004; ADAMS, 2000).

(...) Não há como dissociar o forte incremento turístico na região com os conflitos fundiários implantados por esse, pois, de forma muito efêmera, os tradicionais ocupantes daquela região viram seus terrenos serem alvos de disputas de poder, que muitas vezes acabara por expulsá-los de seus territórios, quando não descaracterizava seu modo de vida, tornando-os empregados (diaristas, caseiros, jardineiros, pilotos de lanchas, etc.) das novas residências instaladas. Portanto, todas essas transformações acabaram por dinamizar o modo de vida dessas populações, transformando-os culturalmente à medida que essa relação com os “de fora” se tornara mais intensa (FONTES, 2013, p. 114)

Sem embargo, é preciso lembrar que todo processo de desterritorialização vem acompanhado de uma reterritorialização que se configura enquanto resistência. Abaixo será apresentada a resistência territorial dos caiçaras diante da especulação imobiliária e das restrições de uso do solo trazidas pela instalação das Unidades de Conservação.

5.4 TERRITÓRIOS CAIÇARAS DO MUNICÍPIO DE PARATY E OS CONFLITOS FUNDIÁRIOS

Por comunidades caiçaras entendem-se os grupos populacionais que surgem da miscigenação (extremamente violenta) entre europeus, indígenas e africanos que se encontram, principalmente, no litoral brasileiro, sobretudo da faixa que vai do Norte de Santa Catarina até o estado Rio de Janeiro (Figura 8).

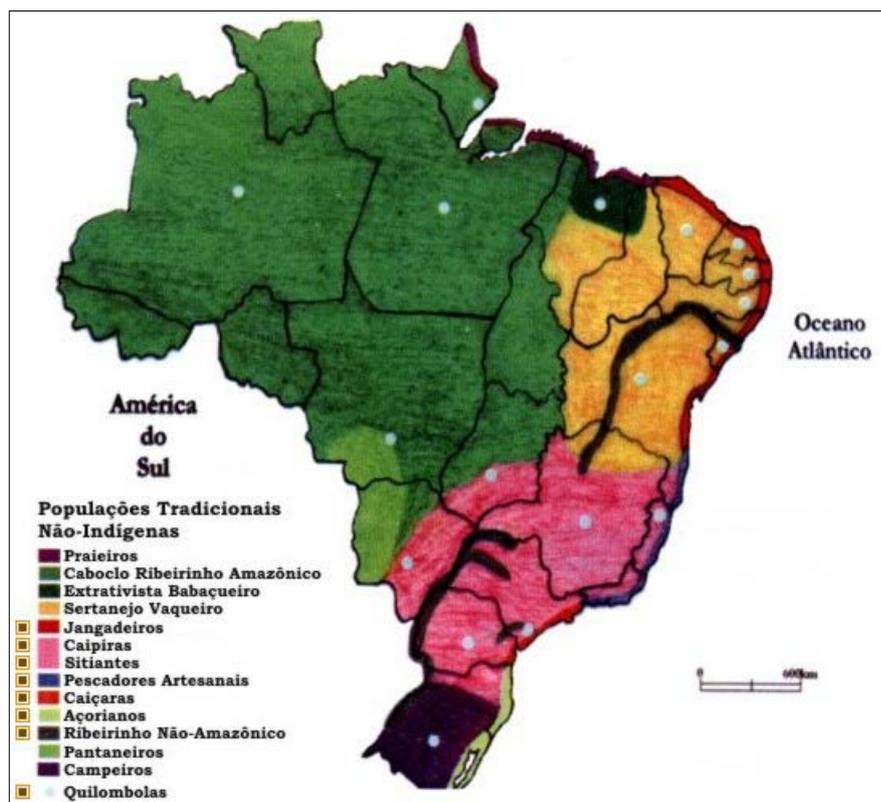


Figura 15 - Mapa das populações tradicionais não-indígenas. RBMA, 2016.

No município de Paraty, a formação das comunidades caiçaras segue, assim como nas outras regiões brasileiras com a incidência dessas comunidades, a lógica dos ciclos econômicos. Primeiramente, os caiçaras se mantiveram em localidades desconectadas na mata, no entanto, com a libertação dos escravos que eram utilizados nos engenhos de açúcar, essas comunidades passam a ocupar também as praias da região que hoje é caracterizada como Zona Costeira de Paraty.

O que a gente chama de caiçara é um tipo físico que é um mestiço basicamente de português com índio, então é um sujeito de olhos amendoados, cabelo liso, um moreno, mas não é o moreno do índio, mas também com uma pitada do africano, porque a mão de obra escrava estava aí espalhada e mesmo os escravos fugidos iam se misturar com estes povos que estavam vivendo nestas praias mais afastadas (...) tem algumas regiões aqui de Paraty, com um tipo físico muito claro, de olhos claros, cabelos claros que são provavelmente descendentes desses holandeses, franceses que andaram pirateando por essa costa e cá ficaram, então aí deixaram sua marca nas pessoas que estão vivendo nestas praias até hoje. (informação verbal¹⁰)

As relações produtivas dessas populações se baseiam, principalmente, na pesca, agricultura itinerante, extrativismo vegetal e artesanato, sendo tais atividades fortalecidas nos períodos de declínio dos ciclos econômicos.

¹⁰Trecho do depoimento da historiadora Marina de Melo de Souza para o documentário *O Caiçara de Paraty*.

(...) a decadência desses ciclos econômicos incentivava maiores dedicações às atividades de produção e consumo familiar, como a agricultura, a pesca e o extrativismo vegetal. A prosperidade dos ciclos econômicos, de igual forma, também incentivava a produção agrícola na medida em que a maioria da população focava nas atividades de produção e extração para exportação, provocando, em certas situações, escassez de alimentos, que as famílias de pequenos produtores supriam. (FONTES, 2013, p 115)

O termo *caiçara*, de origem tupi-guarani *caá-içara*, faz referência aos materiais utilizados nas construções das moradias e ao tipo de cercamento feito nas aldeias e para isolar os peixes.

O próprio nome, em tupi significa paliçada, que protege as tabas. Este tipo de cercamento de varas de taquara e/ou da Jussara ainda hoje é utilizado na região, em áreas mais povoadas e também nas isoladas. No Nordeste, as caiçaras são armadilhas de pesca marinha usadas pelos pescadores tradicionais. (SOARES, 2006, p.35)

Ainda hoje, na zona costeira de Paraty, os remanescentes territoriais reconhecidos como comunidades tradicionais caiçaras só podem construir novas habitações se seguirem essa cultura do "pau-a-pique", de acordo com determinação do órgão ambiental competente, o INEA. Outros métodos e materiais foram incorporados, no entanto a base continua sendo a mesma.

A localização dos caiçaras em territórios isolados na região costeira não somente promoveu um modo específico de relacionamento com o meio circundante como estabeleceu fortes relações de parentesco e vizinhança. Historicamente, ocorriam trocas de produtos alimentícios agrícolas entre os moradores mais próximos, todavia produtos como melado, aguardente, café, entre outros, só podiam ser adquiridos em trocas realizadas no centro da cidade ou em municípios vizinhos, como Ubatuba, Cunha e até mesmo Santos. Não são poucos os relatos de caiçaras que relatam sobre esse intercâmbio com a cidade de Santos, sobretudo devido à sua zona portuária.

A gente saía daqui em três, quatro e ia pescando pelo litoral até chegar em Santos. Lá a gente vendia o peixe por um preço melhor ou trocava por sabão, café, sal, carne e até perfume que a mulher gostava. Tinha vez que a gente ficava até trabalhando no porto e no mês seguinte voltava pra casa com dinheirinho a mais, pescando na volta também (informação verbal ¹¹)

Ribeiro (1987) afirma que, historicamente, os caiçaras ocupam, de modo geral, interstícios das grandes cidades litorâneas. Segundo a autora estas áreas ocupadas “são áreas de deserção (áreas abandonadas, renunciadas) não atingidas ou abandonadas pelas frentes

¹¹Trecho de entrevista realizada com o Seu Sabiá, presidente da Associação de Moradores de Ponta Grossa, Paraty. Entrevista realizada pela autora.

pioneiras dos ciclos agrícolas” (RIBEIRO, 1987apud CARVALHO, 2010, p. 20). Nesse sentido, se faz necessário destacar o aspecto da mobilidade dessas populações, pois esse fator possui relação direta com as espacialidades construída por estas. No caso do município de Paraty “O acesso ao centro urbano de era feito através de trilhas na mata e de canoas a remo, o que poderia levar muitas horas ou até mesmo dias dependendo da localização de cada comunidade” (RIBEIRO, 1987apud CARVALHO, 2010, p. 20).

Dessa forma, é possível afirmar que os fluxos populacionais caiçaras e, conseqüentemente, de mercadoria possuíam uma temporalidade específica, pois o deslocamento não era algo simples de ser realizado. Como já pontuado anteriormente, essas populações, ao serem obrigadas pelos donos dos engenhos de açúcar e novos senhores das terras (conseguidas através de processos de grilagem, muitas das vezes) a se deslocar pra espaços geograficamente afastados, construíram novas redes de relacionamento territorial, contudo, devido às necessidades de adquirir determinados produtos que somente existiam nas vilas, eram comuns longas viagens até estas.

De alguma maneira essa necessidade impulsionou o avanço de técnicas de construção de canoas e barcos, algo extremamente marcante na cultura caiçara. A canoa caiçara (Figura 16 e 17) é um tipo de canoa tradicionalmente construída pelos mestres canoeiros com troncos de árvores esculpidos num trabalho que exige paciência e dedicação.



Figura 16 - Canoa caiçara utilizada para a pesca de mariscos e lulas. Fotografia feita no Saco do Mamanguá.
Fonte: Acervo Pessoal



Figura 17 - Seu Geraldo, mestre canoieiro e roceiro. Fotografia feita no Saco do Mamangá. Fonte: Acervo Pessoal

No ano de 2013 se iniciou uma campanha nacional para que a técnica fosse reconhecida como patrimônio imaterial cultural brasileiro, tendo o município de Paraty, na articulação dos caiçaras com profissionais do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) considerável papel. No entanto, esse processo continua em andamento.

A questão do tipo das embarcações utilizadas pelos caiçaras adquire relevância com o avanço das tecnologias pesqueiras. Nos dias atuais, as distâncias geográficas se fazem menores não somente pelo crescimento populacional e o avanço deste sobre áreas marginais, mas também pela possibilidade de circulação de informações, mercadorias e pessoas em intervalos de tempo menores devido ao avanço das tecnologias de comunicação e transporte.

No município de Paraty diversas comunidades reconhecidas enquanto caiçaras contam atualmente com barcos motorizados que, além de serem utilizados para as atividades relacionadas à pesca, se inserem numa rede de transporte costeiro dos moradores da região, dos turistas e veranistas (Figuras 18 e 19).

Essa transição das atividades econômicas dos caiçaras não é recente, como alguns podem imaginar, pois encontra relação, exatamente, com os períodos econômicos e as modificações nos processos produtivos em que o município se insere.

Até o início do século XX, os caiçaras apresentavam uma forma de vida baseada em atividades agrícolas (roça), pesca artesanal, extrativismo vegetal, artesanato, caça e criação de pequenos animais, produção de farinha de mandioca e aguardente. Estas atividades eram praticadas para a subsistência e o excedente da produção era geralmente comercializado nos núcleos urbanos mais próximos (...)

De acordo com Adams (2000), após a introdução do cerco e do barco a motor, em meados do século XX, essas comunidades passaram a dedicar uma parte cada vez maior de seu tempo às atividades da pesca, em detrimento da lavoura. (CARVALHO, 2010, p.23)

A pesca se torna, por um período de tempo, a atividade econômica predominante dos caiçaras. Eles não precisavam mais plantar para se alimentar, podiam comprar no centro de Paraty, no qual chegavam rapidamente com os novos barcos motorizados.



Figura 18- Barcos a motor e traineiras se misturam às canoas caiçaras no Saco do Mamanguá.
Fonte: Acervo Pessoal



Figura 19 - Barco a motor de caiçara da Ponta Grossa utilizado para transporte de moradores, turistas e pesquisadores. Fonte: Acervo pessoal.

Com o passar do tempo e o aumento da fiscalização e de uma legislação mais restritiva enquanto à pesca, juntamente com a chegada de uma indústria da pesca com embarcações maiores e com maior capacidade de apreensão de peixes, muitos caiçaras deixaram de exercer essa profissão, passando a se dedicar à lucrativa tarefa de transportar turistas, principalmente os estrangeiros, para as longínquas praias paradisíacas de cultura e biodiversidade nativas preservadas.

É muito melhor acordar às 8 horas da manhã, ir pro porto da cidade e esperar os turistas chegarem pra irem pra onde quiserem. A gente leva eles pra tudo quanto é canto, mas dá 5 horas (da tarde) e a gente já “ta” em casa de banho tomado. Quem

ainda sai pra pescar acorda de madrugada e vira e mexe tem a rede apreendida por esse pessoal do meio ambiente. Quem paga a nova? Outro dia mesmo o amigo ali teve o barco afundado porque tava dentro da área dos Marinho¹², já o outro teve o pescado apreendido porque não tava com os documentos em dia. Pescar só dá dor de cabeça, doutora, mas voltava a fazer isso se fosse pra trabalhar pra bacana, isso eu não faço não" (informação verbal¹³)

A fala do Seu Sabiá é interessante no que diz respeito a algumas questões que se consideram importantes no entendimento do arranjo socioespacial do município de Paraty. A cidade se reinseriu na economia nacional com a valorização de um turismo voltado para o "consumo" do modo de vida e do ambiente caiçara. Entretanto, há de se considerar um efeito secundário desse turismo, representado pela migração de pessoas de outras regiões que, ao visitarem a cidade, acabam não querendo mais deixá-la devido às belezas naturais e todos os atrativos que uma cidade pequena relativamente próxima de dois grandes núcleos urbanos (São Paulo e Rio de Janeiro) possui. Seja como moradores efetivos ou como moradores de segunda residência, esse contingente populacional externo refuncionaliza os conflitos fundiários e, conseqüentemente, os territórios de exclusão. Talvez a maior marca desse tipo de conflito territorial venha da instalação do complexo residencial do Condomínio de Laranjeiras, na divisa da praia do Sono

É importante, nesse sentido, questionar o papel da legislação ambiental e da criação de áreas de preservação no município. Ao mesmo passo que estas foram criadas após demanda por preservação de espaços com vegetação e modo de vida nativa, há com a delimitação de Parques Nacionais, como o da Serra da Bocaina, a expulsão de caiçaras de suas terras de origem, sobretudo das ilhas, que ao longo do tempo foram sendo utilizadas por estes para a implantação de pequenos comércios voltados ao turismo. Esse processo contribuiu para o aumento da migração compulsória dos caiçaras para bairros periféricos do centro de Paraty ou para municípios vizinhos, como Angra, sobretudo após a instalação da Usina Nuclear de Angra I e II, e não impediu que empresários vindos das regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, ou mesmo de outros estados brasileiros e países estrangeiros, ocupassem as ilhas e praias das áreas protegidas (Figura 20)

¹² A família Marinho, dona da Rede Globo de Telecomunicações, é proprietária de uma das praias da Ponta Grossa, e diversos caiçaras da região relatam que não podem mais pescar na praia ou mesmo terem acesso ao outro lado da Ponta pelo "caminho de servidão" que passa pela propriedade.

¹³ Trecho de entrevista realizada com o Seu Sabiá, presidente da Associação de Moradores de Ponta Grossa, Paraty. Entrevista realizada pela autora.



Figura 20 - Placa de anúncio de imobiliária em Paraty. Fonte: Carvalho, 2010

Quando não são obrigados a se retirar das áreas protegidas, agora ocupadas por novos moradores, os caiçaras se vêem num processo de “revisão” de sua cultura e origem, pois diversas práticas passam a ser condenadas, a exemplo da técnica coivara, ou sistema de pousio, como é mais conhecida. Tal prática se baseia:

Na derrubada e queima da mata, ao que se segue o plantio na área durante três anos. Com a redução da produtividade, decorrente do empobrecimento do solo, a área é abandonada por três a 10 anos. Processa-se então no local uma sucessão ecológica, que leva ao aparecimento de uma capoeira (...) que pode ser derrubada e queimada para um novo plantio. Portanto o pousio é parte integrante da técnica. (OLIVEIRA et. al. 1994, p. 46)

Importante pontuar que não se pretende fazer aqui uma defesa técnica da utilização da coivara e, nesse sentido, de queimadas e derrubada de mata nativa. Sabe-se, contudo, que, diante de outras práticas cotidianas de exploração capitalista o método da coivara pode ser considerado um dos menos ofensivos, principalmente considerando a escala de impacto, visto que as comunidades que ainda conservam essa cultura são pouco numerosas. Atrela-se a isso o fato de que ao abandonar a cultura da agricultura familiar as populações alteram sobremaneira seus hábitos alimentares, algo que se relaciona de maneira concreta com o aumento de doenças vasculares, diabetes, dentre outros. É possível encontrar nos sítios da Internet inúmeros trabalhos científicos que relatam a relação entre mudança de cultura alimentar e avanço de doenças.¹⁴

Dessa maneira, estabelece-se uma série de opressões progressivas ao modo de vida das comunidades tradicionais. Tais agressões não encontram na legislação, todavia, meios formais

¹⁴ Para maiores informações acesse https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=aumento+de+doen%C3%A7as+nas+comunidades+tradicionais&btnG=

de impedimento. É preciso, nesse sentido, ressaltar a necessidade de existência de um arcabouço legal bem estruturado que dê conta de uma ampla gama de populações culturalmente diversas que se encaixam sob a nomenclatura de “comunidades tradicionais” e/ou nativas. As demandas de quilombolas são completamente diferentes das caiçaras, por exemplo, ou de comunidades ribeirinhas ou amazônicas, e isso, portanto, merece uma compreensão jurídica adequada territorialmente.

Entretanto, encontra-se no cenário jurídico brasileiro uma certa *incapacidade* em abranger a diversidade, o que se traduz na confecção de leis territoriais esquizofrênicas, confusas que permitem, por vezes, interpretações difusas que se tornam, nas mãos de atores hegemônicos, armas contra as comunidades tradicionais originárias dessa terra *brasilis*.

Por conseguinte, como já destacado em capítulo anterior, o presente trabalho entende que tal incapacidade não é destacada das contradições do capitalismo e, por isso mesmo, precisa ser entendida no interior de uma relação de retroalimentação com os meios de apreensão capitalista da terra, algo ainda em abundância em Paraty.

Sendo assim, os caiçaras, que "não possuem direitos territoriais tão fortemente assegurados pela legislação, seja ela nacional ou estadual" (FONTES, 2013, p.118), são um dos povos mais atacados no território de Paraty, precisando a todo tempo reafirmarem seu direito de permanecer em suas terras ancestrais.

Todo tempo a gente tem que ficar provando que nossos pais moraram aqui, nossos avôs e os pais deles também. Agora que o pessoal aí da APA (APA Cairuçu) tá vindo conversar com a gente pra ver se torna aqui essa área (praia do Guerra) uma área onde só caiçara pode viver né? Mas daí como vai fazer com esse povo de fora que já tá aqui faz mais de 20 anos? Vamos ter que ver como é que fica, porque na época eles mentiram pros nossos pais e tomaram mais terra do que compraram no dinheiro (informação verbal¹⁵)

Seu Sabiá faz referência ao processo de revisão do Plano de Manejo da APA Cairuçu, algo que será melhor demonstrado abaixo. Percebe-se a complexidade territorial e de processos tais que demandam diálogos entre distintas jurisprudências e setores interdisciplinares, algo que, apesar de ter sido observado na escala local, nas inúmeras intervenções coletivas realizadas por Prefeitura, Unidades de Conservação (de diferentes escalas governamentais) e demais órgãos públicos e privados, não se concretiza na formulação de um arcabouço legal que responde a essa lógica e/ou vice versa, principalmente no que toca a uma questão fundamental para as comunidades tradicionais caiçaras de Paraty: o reconhecimento de seus territórios.

¹⁵Trecho de entrevista realizada com o Seu Sabiá, presidente da Associação de Moradores de Ponta Grossa, Paraty. Entrevista realizada pela autora.

Historicamente, como anteriormente apresentado, o Estado “falha” em demarcar os territórios caiçaras, não desempenhando, assim, sua função de seguridade sociocultural. Nessa perspectiva, pode-se entender o Estado, em todas as suas fragmentadas arenas e mecanismos de ação territorial, enquanto agente ativo dos conflitos fundiários do município de Paraty. Destaca-se e reitera-se tal concepção, pois é através desse reconhecimento que decorrerá a discussão ulteriormente apresentada.

A ausência e/ou ineficiência de políticas de demarcação dos territórios caiçaras e do reconhecimento de posse destes resulta e advém, mutuamente, em/de conflitos relacionados às criações de áreas de proteção, e situações que envolvem, claramente, ludibriação e alienação promovida por atores externos que se aproveitam da falta de conhecimento dos caiçaras sobre os seus direitos, o que se traduz em contratos forjados de comodato e concessão de terra. Soma-se a esse cenário as disputas que ocorrem historicamente entre as próprias populações locais, o que não pode ser desconsiderado, pois funciona, em alguns casos, como aspecto facilitador do avanço dos conflitos mencionados. Contudo, é preciso ter extremo cuidado com esse discurso visto que ele é comumente apropriado por atores políticos e econômicos como justificativa para expropriações e espoliações.

Como visto, os caiçaras permanecem, desde os primórdios da ocupação na região de Paraty, em constante vigilância e luta pelos direitos mais essenciais. Nessa direção, o direito de se estabelecerem – com tudo que essa palavra pode significar- nos territórios em que seus ancestrais resistiram e, por vezes, tombaram, é simbólico, antes de tudo, mas apenas pode se concretizar na materialidade de uma vida digna de ser vivida, uma vida sem medos.

E entre os barcos que despontam no azul cristalino, há sempre o receio de que chegue o pessoal que vêm de outras terras, outros mares: os supostos donos da terra. O último susto que a família (de Seu Altamiro, um dos últimos moradores da Praia Grande) levou foi em 2005, quando às vésperas do recesso da Justiça, recebeu uma ordem de reintegração de posse. Contra Seu Altamiro e família, a acusação se baseia em contratos de comodato, papéis assinados a partir da década de 70, quando posseiros como ele se transformaram em inquilinos da terra, ou seja, estariam ali naquela terra por empréstimo. Os comodatos serviram como peça jurídica para questionar a posse dos moradores não só da Praia Grande, mas de toda a Reserva Ecológica da Joatinga, área de preservação que compreende desde a Praia do Sono – vizinha do famoso condomínio Laranjeiras – até o fiorde tropical do Saco do Mamanguá, que faz divisa com Paraty-Mirim. (MAIA, 2008apud CARVALHO, 2010, p.46).

A comunidade da Praia Grande da Cajaíba é um caso emblemático desse tipo de situação, porém está longe de ser o único. Em todos os territórios caiçaras de Paraty há, de forma ainda recorrente, inúmeros casos de grilagem de porções de terra por empresários e residentes de segunda moradia que se valem das brechas da legislação ambiental para agir.

Na fala dos caiçaras remanescentes do local, "todos viviam em paz, até a chegada de um industrial na região". Esse grileiro teria trazido documentos para os moradores "ficharem" (assinarem com a impressão digital, visto todos serem analfabetos) que, tempos depois, descobriram se tratar de contratos de comodato. Ludibriados, se articularam em um movimento de resistência que já dura mais de trinta anos. No ano de 2000, assessorados por uma ONG, enviaram um abaixo-assinado à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, relatando a sua história, falando de seus problemas, e solicitando a defesa de seus direitos. O Ministério Público Federal passou a agir, enfrentando inúmeros obstáculos, devido à inexistência de expressa previsão, na legislação federal, de defesa de direitos de comunidades caiçaras. (DUARTE, 2012, p. 2)

Nos próximos tópicos se empreenderá um esforço de discutir as implicações desse processo de reconfiguração territorial através da explanação dos conflitos de uso do solo que, nos tempos mais recentes, estão sendo ampliados pela implementação de zonas de expansão territorial e turística, e outras modalidades de organização espacial advindas das superfícies de regulação das Unidades de Conservação no município.

5.5 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PARATY – REFUNCIONALIZAÇÃO ESPACIAL E CONFLITOS

Para a gestão ambiental do território a criação ou existência de Unidades de Conservação, seja qual for a sua modalidade, sempre representou um dilema que envolve, de um lado, um discurso protecionista da natureza intocada e, de outro, ideais de desenvolvimento com usufruto das riquezas naturais e dos solos.

Tal conflito ganha complexidade quando superfícies de regulação criadas pelas UCs se sobrepõem, havendo certa confusão na assimilação das restrições de uso do solo impostas por cada uma.

Sem embargo, é evidente a importância da criação desses espaços na contenção do crescimento desordenado das manchas urbanas e/ou rurais, e na manutenção da biodiversidade, porém é preciso considerar que há inúmeras funções que uma UC pode adquirir além daquelas estabelecidas pela legislação. Impedir o livre acesso da população local ou mesmo coibir práticas culturais e/ou tradicionais, além de atividades econômicas sustentáveis, pode não ser o melhor caminho a ser tomado pelos gestores públicos, principalmente quando se coloca em pauta os conflitos gerados pelos impedimentos de uso dessas áreas.

O município de Paraty tem dois terços de seu território coberto por Unidades de Conservação das esferas federal, estadual e municipal. São elas: Parque Nacional da Serra da Bocaina, Área de Proteção Ambiental do Caiuruçu, Reserva Ecológica Estadual da Joatinga,

Parque Estadual de Paraty-Mirim, Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty e Estação Ecológica de Tamoios.

Percebe-se que tais áreas representam escalas espaciais de proteção diferentes, com superfícies de regulação também distintas (Quadro 4).

Unidades de Conservação	
Proteção Integral	
Nome	Descrição
Reserva Ecológica	Área destinada à preservação da diversidade biológica, na qual são realizadas medidas de recuperação dos ecossistemas alterados para recuperar o equilíbrio natural.
Parque Nacional	O parque é a categoria que possibilita uma maior interação entre o visitante e a natureza, pois permite o desenvolvimento de atividades recreativas, educativas e de interpretação ambiental, além de permitir a realização de pesquisas científicas.
Estação Ecológica	A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. É de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas. Nessas unidades, é proibida a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico, e a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas.
Uso Sustentável	
Área de Proteção Ambiental	Área dotada de atributos naturais e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. É constituída por terras públicas e privadas.

Quadro 4 - Superfícies de regulação e nível de proteção das Unidades de Conservação de Paraty Fonte: SNUC, 2000.

Tem-se, portanto, no território de Paraty, quatro UCs de proteção integral e duas de uso sustentável. A soma das superfícies destas alcança o total de 917km² (CARVALHO, 2010), ou seja, praticamente todo o uso do solo do município é regulado por legislação ambiental com graus específicos de restrições aos usos, de acordo com a categoria de proteção a que determinado pedaço de terra está submetido.

Sob a ótica econômica, essa grande parcela de território municipal circunscrita em Unidades de Conservação tende a dificultar a execução de atividades convencionais, como instalação de indústrias ou mesmo a consolidação de um mercado comercial.

É também recorrente o conflito entre as Unidades de Conservação e o setor imobiliário. Grandes proprietários de terra se sentem prejudicados pelas leis restritivas e apontam que estas acabam mesmo promovendo a multiplicação de construções em situação irregular, já que os espaços disponíveis para a expansão residencial são cada vez mais escassos.

O conflito entre a conservação e o uso da terra fica evidente nas falas dos representantes do setor imobiliário. Torna-se óbvio que eles se sentem prejudicados pelas leis restritivas, as quais possibilitam a expansão imobiliária apenas nas áreas de serra - quando estas não se encontram inseridas dentro de alguma categoria de unidade de conservação. Diferentemente, nas comunidades de assentamento Taquari, Barra Grande e São Roque, privilegiadas em beleza natural e facilidade de acesso. A procura por turistas tem aumentado, o que leva os grandes proprietários de terras, ao terem suas propriedades tombadas, à indignação com a situação de que “outros” - assentados e caiçaras - podem fazer uso dessa porção de terra e eles, donos de grandes áreas, não podem fazer o mesmo (GOMES et al.2004, p.23).

Atualmente, a arrecadação da prefeitura de Paraty corresponde, primordialmente, ao recolhimento do IPTU, adquirindo relevância, nesse sentido, as *zonas de expansão residencial e turística*, presentes nos zoneamentos ecológico-econômicos da APA do Caiuruçu. Em evento realizado pelo SEBRAE no ano de 2001, conhecido como Fórum de Desenvolvimento Integrado de Paraty, alguns representantes da Prefeitura se mostraram bastante indignados com a submissão do poder municipal a outras esferas.

As Leis ambientais, que deveriam nos proteger, acabam se constituindo em uma grande camisa de força (...) todo o município é tombado pelo patrimônio histórico (...) não tem contrapartida para o nosso município (...) o Prefeito foi eleito com este discurso: colocar Parati ao nível Federal (...) precisamos crescer (...) o que não podemos é nos curvar às leis sem a devida contrapartida (...) onde há uma série de interesses entre órgãos que acabam por atrapalhar o nosso desenvolvimento (...) o Patrimônio histórico e o Ministério Público nos obrigam a limpar o rio com dragas (...) o município tem poucos recursos próprios... hoje mesmo, o prefeito não está presente nesta reunião porque está prestando depoimento para a Polícia Florestal (...) este é um município especial, tão cheio de legislações (...)mas precisa ter a contrapartida que possibilite o desenvolvimento (...) hoje qualquer eco-chato ou “patrimoneiro” acaba querendo mandar mais na cidade que o próprio prefeito. (informação verbal¹⁶).

Vê-se, claramente, a demonstração de um pensamento bastante hierárquico e, de alguma maneira, convencional. Durante os dois anos de pesquisa foi possível ouvir falas parecidas de atores outros. Contudo, como não era objeto da presente pesquisa aprofundar os conflitos territoriais promovidos pela sobreposição de jurisprudências (algo extremamente atrelado à forma como o processo de descentralização político-administrativo se deu), tais falas não foram sistematizadas. De toda maneira, o contato com a visão daqueles que ocupam

¹⁶Fragmento de fala de funcionário da prefeitura de Paraty retirado de GOMES, 2002, p.129.

as arenas do Poder Público Municipal auxilia sobremaneira no entendimento do território facilitando, assim, algumas leituras acerca de determinados espaços.

A forma como foram criadas as Unidades de Conservação no município de Paraty que, exemplarmente, evidencia uma certa esquizofrenia do Estado em lidar com a escala local, deixou não apenas as comunidades receosas, mas alguns atores políticos inconformados. Nesse sentido, participação é palavra-chave e precisa ser pensada em toda sua complexidade, já que demonstra que não é apenas entre sociedade e Estado que existem vazios e afastamentos. A cada “desnível” da máquina pública se acumulam históricos processos conflituosos promovidos por hierarquização, fragmentação e, sobretudo, usos indevidos de cotas individuais de poder.

Em um município pequeno como o de Paraty esses elementos se traduzem em personificação de políticas públicas e, como visto no fragmento apresentado acima, na crença de que o prefeito “manda” na cidade. Essa crença, repetida historicamente por muitas gerações, dá formas específicas a territórios e, conseqüentemente, modos de vida, e legitima a violência (em todas as suas facetas) contra populações que não possuem o mesmo sistema de valores. Assim sendo, resumidamente e simplificadamente, é possível alegar que os afetados pela sobreposição de jurisprudências não se encontram, como acreditam alguns, no Poder Público local, mas sim em lugares tão afastados desse epicentro que não é possível visualizá-los nessa escala.

Tal reflexão serve ao presente estudo porque valida a hipótese de que entre conflito e disputa existe uma diferença conceitual e epistemológica notável, devido exatamente às diferentes condições de acesso.

Enquanto as populações caiçaras, de tal maneira exposto anteriormente, reivindicam os direitos mais básicos e essenciais, atores políticos se incomodam com a limitação de poder. Entretanto, é importante destacar que tal incômodo não pode ser generalizado como se representasse uma unidade. O discurso não é uno e nem ao menos apresenta uma única direção. Seria preciso um cuidadoso trabalho para traduzir as inúmeras agendas e arenas argumentativas (FUCKS, 1997) presentes no Poder Público Municipal, o que não é objeto desse estudo. Destarte, ter conhecimento de alguns desacordos e, conseqüentemente, de tentativas de conciliação necessárias à existência do serviço público, serve à compreensão de algumas territorialidades do município, tais quais as criadas pelas ZERTs.

As zonas de expansão residencial e turística (ZERT), de acordo com o ICMBio (2000), são aquelas que englobam áreas onde já existe esse tipo de ocupação com tendências e possibilidades de expansão.

Em Paraty elas se localizam, principalmente, ao longo da rodovia Rio-Santos e das estradas que dão acesso a algumas praias, vilas e bairros rurais, bem como ocorrem nas zonas costeiras circunscritas na APA Cairuçu que não foram sobrepostas pela Reserva Estadual da Joatinga, sendo importante destacar as ilhas do Araújo e Algodão (do sul). Nessas zonas é permitido construir edificações para fins residenciais e turísticos, havendo a necessidade de autorização da APA apenas para construções acima de 150m².

Se para o Poder Público municipal as ZERTs funcionam como garantia de arrecadação de impostos, para os caiçaras e ambientalistas estas zonas são vistas com certa desconfiança, se é que possível assim denominar. Primeiramente, há de se considerar a incapacidade da APA (devido ao reduzido número de técnicos) em fiscalizar essas áreas para conferir se os critérios preestabelecidos estão sendo seguidos. Dito isso, parte-se para o fato de que as espacialidades definidas para a expansão turística e residencial coincidem com ocupações de comunidades caiçaras que estão, há mais de um século, na região.

Nesse sentido, é válido ressaltar que a definição das ZERTs pelo Plano de Manejo da APA Cairuçu ocorreu, de acordo com lideranças locais, sem participação popular, de modo hierárquico, o que complexificou ainda mais os conflitos territoriais preexistentes.

O Plano de Manejo, que deveria ser o instrumento legítimo de ordenamento do território, como preconiza o Snuc, também cria um zoneamento fundamentado em bases pouco sólidas, com baixa participação popular desde a sua concepção, refletindo-se num regramento parcialmente imposto, que fragiliza sua legitimidade e aceitação. (FONTES & GUERRA, 2016, p. 190)

Uma cobertura quase que completa do território do município (Figura 21) por UCs não diminui os conflitos, como se percebe. Tampouco é correto asseverar que tais conflitos são traduzidos apenas pela "impossibilidade" do desenvolvimento econômico da cidade, pela indignação dos atores imobiliários e de setores comerciais, ou pelo fato dos agentes públicos locais se sentirem sem condições efetivas para atuar sobre o território municipal. Os discursos dos caiçaras, populações que, teoricamente, se beneficiariam com a implantação das Unidades de Conservação, demonstram que a simples delimitação de uma área de proteção integral diz muito sobre o caráter da conservação territorial que se pretende. Não obstante, a implantação de áreas de proteção ambiental de uso sustentável não consegue conter a chegada de novos atores que dão nova complexidade ao território.

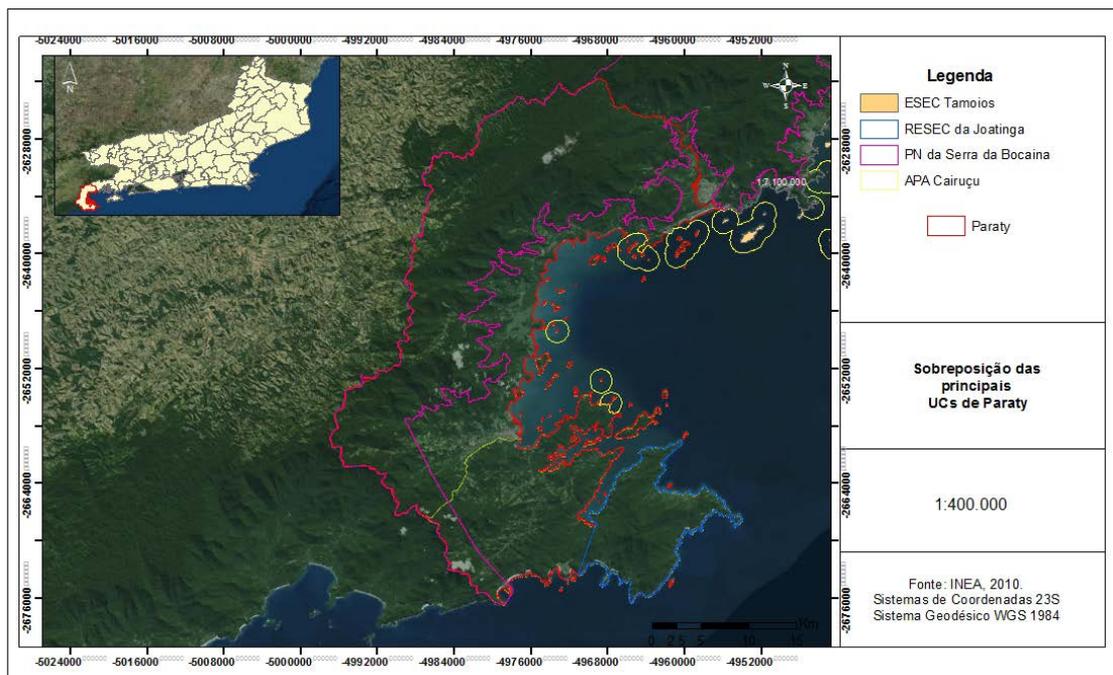


Figura 21 - Mapa das Unidades de Conservação de Paraty. Elaborado pela autora.

Atualmente, é admissível afirmar que existem conflitos de cunho ambiental em situação bastante crítica no município de Paraty. Nesse contexto, as UCs, ou seja, seus gestores e/ou técnicos, quando não são agentes ativos, operam enquanto mediadores.

Para esclarecer essa contradição extremamente recorrente Diegues et al. pontua:

Conflito implica existência de duas partes com interesses diferentes e distintos, muitas vezes opostos. As partes envolvidas consideram sempre a outra como agente do problema, assim, ambas as partes são agente e sujeito ao mesmo tempo, dependendo do referencial. Por exemplo, a Unidade de Conservação é agente de conflito para as populações ocupantes de seu interior, que neste caso são sujeitos, na medida em que não podem mais exercer suas atividades. Por outro lado, para as Unidades de Conservação e suas administrações ou sobre o ponto de vista da conservação, as populações são agentes de conflitos, tornando-se assim as UCs sujeitos. Assim pode-se analisar os conflitos existentes nas UCs sob diversos aspectos, dependendo do referencial do "sujeito conflitante". As populações locais não deixam de ser vítimas de um conflito que se produziu num processo autoritário de criação e implantação das Unidades de Conservação restritivas. E a conservação se coloca, nesse sentido, como oposta ao desenvolvimento das atividades econômicas destas populações tornando-se assim agente de conflito. (DIEGUES et al., 1995)

Essa complexidade se traduz na dificuldade dos gestores, em qualquer escala de atuação, em lidar ou mediar os conflitos, exatamente por estarem eles, de um modo ou de outro, inseridos nesse sistema de ações. Não há maneira de "olhar de fora", os agentes precisam se compreender enquanto atores territoriais que participam da constituição das disputas e enquanto formuladores de discursos e narrativas que refletem "o processo histórico

das lutas sociais e da transformação econômica na construção dos espaços geográficos" (FONTES & GUERRA, 2016, p. 180).

Os conflitos são inerentes ao espaço geográfico e produto da heterogeneidade territorial e da diferenciação dos modos de apropriação que se fazem do solo. Eles são a expressão imaterial e material da construção histórica de um lugar, são as marcas, muitas vezes eternas, das lutas concretas entre as classes sociais e o poder governamental.

As Unidades de Conservação têm, nos Conselhos Consultivos ou Deliberativos, a possibilidade de discussão, mitigação e/ou resolução dos conflitos dos seus territórios. É nesses espaços que múltiplos atores territoriais podem se comunicar e levar demandas e denúncias de irregularidades e disputas. Atualmente, no município de Paraty, somente a APA Cairuçu e o Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) estão com seus Conselhos funcionando normalmente, sendo o Conselho Gestor da APA aquele que tem conseguido agregar mais interessados contando, assim, com uma maior “participação”¹⁷ social.

É aceitável lançar a hipótese de que essa diferença de “participação” social nos dois espaços citados se deva à forma de implantação do PNSB. Desde sua constituição enquanto Unidade de Conservação de Proteção Integral, no ano de 1971, o Parque encontra muita resistência das populações que residiam nas áreas a serem desapropriadas ou no seu entorno. Caso emblemático desse contexto é o vilarejo de Trindade, situado na zona de amortecimento do Parque e dentro dos limites da APA Cairuçu.

Sem embargo, os conflitos fundiários da vila de Trindade se faziam presentes antes mesmo da implantação do Parque sendo, inclusive, a criação deste, uma forma de atender a demandas locais para o impedimento do crescimento da especulação imobiliária que se acentuava na região.

A história da vila de Trindade se associa à luta dos moradores para permanecerem no local. Essa luta começou em 1970, quando a multinacional Brascan tentou construir na vila um condomínio de luxo, passando a comprar terras dos nativos. Como muitos se recusaram a deixar suas casas, a empresa enviou para a área jagunços armados, reclamando o direito de posse da terra, destruindo as poucas construções existentes e desabrigando moradores (PEREIRA, 2001). Em Laranjeiras, próximo à Trindade, a mesma multinacional construiu o luxuoso Condomínio de Laranjeiras, um dos mais exclusivos do país (...) A população de Trindade conseguiu garantir o direito à terra na justiça, através da ajuda de alguns turistas que frequentavam a vila. Estes instruíram e apoiaram os moradores nesse movimento, fortalecendo a divulgação da invasão da área nas mídias nacional e internacional, contando também com o apoio de um grande jurista. Foi devido a essa

¹⁷A palavra participação segue entre aspas no texto porque, como já debatido previamente no presente material, de acordo com a linha de raciocínio que se segue, não é possível dizer que apenas por estarem presentes nas reuniões e plenárias, os atores desfavorecidos na distribuição das cotas de discurso e ação participam das decisões tomadas nesses espaços. Existe uma série de iniciativas em prol de uma real equidade que precisaria ser realizada antes de se afirmar que há capacidade efetiva de participação social em fóruns tidos como fóruns de governança.

articulação entre visitantes e população local que a vila não foi substituída pelo empreendimento. Em 1981, foi estabelecido um acordo entre a multinacional e os habitantes locais, segundo o qual, grande parte das terras ainda permaneceria sob o poder da primeira. Porém, além do direito a terra, os nativos conquistaram a garantia da liberdade de acesso às praias. (OLIVEIRA, 2005 apud CONTI & ANTUNES, 2012)

Observa-se que a criação do PNSB data de 1971, no entanto somente no ano de 1981 foi firmado um acordo entre os moradores locais, muitos deles caiçaras, e a multinacional. Esse processo ocorreu de forma quase que paralela à gestão do Parque que, segundo relatos dos moradores de Trindade, não se pronunciou, num processo de afastamento que durou praticamente 30 anos (CONTI & ANTUNES, 2012, p. 218). Tal distanciamento causou grande desconfiança por parte dos locais que entenderam haver uma intencionalidade da Unidade de Conservação em se ausentar.

Olha, o Parque, o decreto é de 71, 72, e Trindade mesmo só ficou sabendo de Parque por conversas. A gente já ouvia falar de Parque Nacional da Serra da Bocaina, mas a gente nunca sabia onde era o Parque. Então o Parque é recente (...) o Parque ficou ausente 30 anos. Aí eles chegam e falam que o Parque é aqui e acabou. (informação verbal¹⁸)

Devido ao exposto, a reestruturação espacial de Trindade provocada pela territorialização do PNSB aconteceu de forma extremamente conturbada, tendo mesmo consequências ainda nos dias atuais.

Especula-se que sua criação esteve atrelada a um momento de forte pressão quanto à especulação imobiliária e aos grandes projetos de ocupação turística e hoteleira no município. Seus limites, de antemão, já demonstravam a força dos grandes empreendimentos locais, com a exclusão da área onde hoje se situa o Condomínio Laranjeiras da área do futuro parque. Segundo Breton (2005), os limites do parque foram modificados em certos lugares e momentos para acomodar os empresários privados, agrários ou turísticos, sendo acompanhado de desapropriação de numerosos posseiros pelo uso da força, ocasionando diversos conflitos (FONTES & GUERRA, 2016, p 11).

Nesse sentido, diversas atividades relacionadas à sobrevivência e à dinâmica econômica das populações locais foram proibidas pelos administradores do PNSB, como a pesca, implantação e administração de áreas de camping e de quiosques na praia do Meio, entre outras, o que acabou afetando alguns serviços públicos, como a instalação de rede de tratamento de esgoto, embargada pela gestão do Parque, no ano de 2016.

Tais impedimentos podem ser relacionados facilmente a um processo de êxodo dos “trindadeiros” para outras áreas de Paraty e de Ubatuba. Contudo, como encontra-se em algumas fontes (FONTES, 2013; GOMES, 2002), essa reestruturação espacial promovida por regulações específicas de uma Unidade de Conservação de Uso Integral não impediu a

¹⁸Entrevista de pousadeiro retirada de CONTI & ANTUNES, 2012, p. 218.

chegada de empresários estrangeiros que têm, a cada dia, ampliado as instalações necessárias para a consolidação de um mercado do turismo na vila. Quando permanecem em Trindade os caiçaras passam a trabalhar como pedreiros ou empregados nas pousadas e restaurantes dos novos moradores (Figuras 22 e 23).



Figura 22 – Cartaz disposto na Praia do Meio pelos moradores locais. Fonte: Acervo pessoal.



Figura 23 - Construção irregular na entrada da Vila. Fonte: Acervo pessoal.

Assim sendo, é válido asseverar que o cenário apresentado influencia, diretamente, na reduzida participação da população local nas reuniões do Conselho Consultivo do PNSB. Da mesma forma, é possível compreender o aumento dos processos de judicialização dos conflitos na região.

Somente no ano de 2016 ocorreram duas consultas públicas e uma audiência com a finalidade de resolução dos conflitos de interesses entre a gestão do PNSB, moradores e a Prefeitura de Paraty, que tenta instalar rede de tratamento de esgoto para solucionar os casos

de diarreia crônica que estão atingindo, sobretudo, crianças e idosos da região (duas mortes já foram notificadas, de acordo com a Prefeitura).

É visível que os conflitos socioambientais da vila de Trindade são produto de uma multiterritorialidade – expressa pelas concepções de territorialização e desterritorialização – e que, portanto, a resolução de tais conflitos é um processo que deve considerar uma gama de elementos do espaço, sendo preciso adotar uma abordagem holística que considere os aspectos de origem social, ecológica, cultural e político-econômica (OLIVEIRA & TAVARES, 2010). É exatamente a interação entre os mais diversos atores - individuais ou coletivos-, cada qual provido de intencionalidades e cota poder específicas, que produz diferentes tipos de conflitos que merecem olhares atenciosos.

A implantação de Unidades de Conservação tem, nesse cenário, relevante papel. Anteriormente à sua concepção territorial, faz-se necessário a realização de estudos que avaliem as condições espaciais singulares e as reais demandas locais, para que o tipo de proteção objetivada não promova o acirramento de desigualdades socioeconômicas ou dos conflitos preexistentes.

Pressuposto, os interesses e usos difusos dos grupos sociais precisam ser considerados, pois são as diferentes apropriações socioculturais do território e da "natureza" que ditam a maneira como as Unidades de Conservação são vistas, entendidas e vivenciadas pela população residente local.

O simples olhar sobre um rio, entendido enquanto recurso indispensável à sobrevivência, e a maneira que se utiliza suas águas, é um espaço imaterial que não pode ser dissociado da materialização territorial das superfícies de regulação das Unidades de Conservação. A imposição de uma narrativa normativa homogênea apenas contribui para o acirramento de conflitos territoriais, contribuindo, nesse sentido, para a criação e/ou reformulação de cenários de exclusão.

Diante desse cenário, é possível afirmar que, para o estabelecimento efetivo de uma nova lógica de desenvolvimento na gestão de unidades de conservação é preciso avançar tanto na estrutura institucional da política – que ainda pressupõe, em certos casos, a impossibilidade de integração entre sociedade e natureza –, quanto na sua implementação, através da mobilização e capacitação dos gestores públicos para a governança democrática em prol de um desenvolvimento local sustentável (CONTI & ANTUNES, 2012, p.222).

Ao que compete ao recorte espacial de análise escolhido pelo presente trabalho, se faz necessário um olhar mais atento voltado ao território da APA Caiuru, sobretudo da porção onde se localiza a Ponta Grossa, palco do conflito de água objeto deste estudo.

5.5.1 ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL CAIRUÇU- SUSTENTABILIDADE PARA QUEM?

A área de Proteção Ambiental do Cairuçu, criada pelo Decreto 28.242/83, possui uma dimensão espacial que abrange territórios continentais e insulares, sendo, portanto, uma área bem diversificada não somente no que toca às características físicas, mas às condições socioculturais. Estão sob sua jurisdição as aldeias Guarani Araponga e Paraty-Mirim, o Quilombo do Campinho, e sobrepostas a APA Municipal da Baía de Paraty, a Reserva Estadual da Joatinga e algumas ilhas que compõem o recorte espacial da Estação Ecológica de Tamoios, além de pequenas porções do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

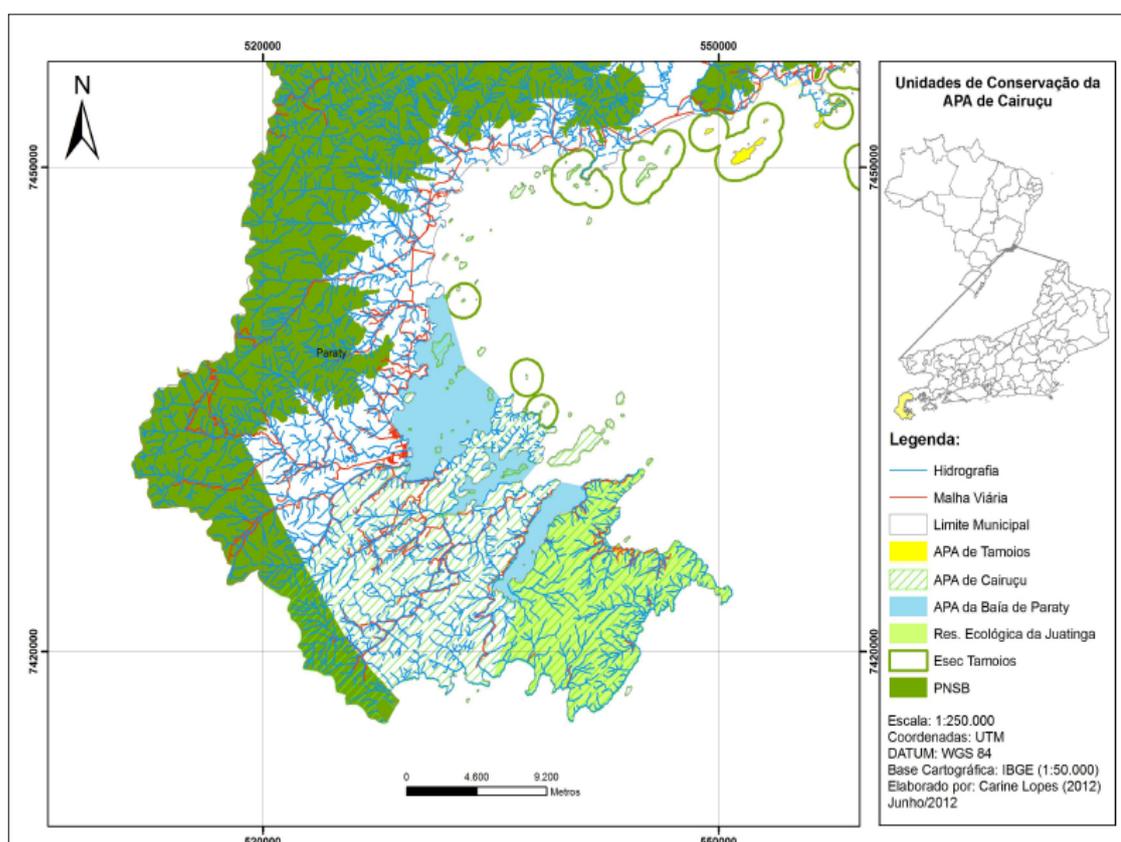


Figura 24 - Mapa da APA Cairuçu e demais UCs sobrepostas. Fonte: Fontes, 2013, p. 14

De acordo com o ICMBio (2017), a APA Cairuçu tem o objetivo de assegurar a proteção da natureza, espécies de fauna e flora raras e ameaçadas de extinção, sistemas hídricos e as comunidades tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas integradas nesse ecossistema, através de trabalho conjunto entre os órgãos do governo e as comunidades locais. Tal cooperação se daria na representação de cada grupo ou agente social e/ou político no CONAPA Cairuçu, Conselho Consultivo criado pela Portaria nº180/2001 do IBAMA.

Quando da sua criação o Conselho atuava em caráter deliberativo, no entanto desde o ano de 2005 sua funcionalidade se restringe ao caráter consultivo. Atualmente, o CONAPA Cairuçu é estruturado pela Portaria ICMBio nº82, de agosto de 2010. A estrutura, participação, funcionamento desse Conselho serão melhor demonstrados à frente.

5.5.2 ZONA DE EXPANSÃO RESIDENCIAL E TURÍSTICA- A EXPRESSÃO DOS CONFLITOS

De acordo com Gomes (2002, p. 20), "geralmente os conflitos relacionados aos recursos naturais estão nas terras que os contêm e, portanto, entre os grupos humanos que reivindicam essas terras como seu território de moradia e vivência, tendo dimensões políticas, sociais e jurídicas". Os conflitos surgem na interface das reivindicações que, vistas sob o ângulo pessoal de cada agente, são legítimas e merecem representatividade.

Como forma de mediar e entender as demandas de cada ator, o Estado, ente político dotado de poder para arbitrar as diferenças entre os indivíduos que ocupam um determinado território, faz uso de ferramentas e instrumentos legais que possibilitam o atendimento do maior número possível de interesses. No que diz respeito às restrições de uso do solo trazidas pela implantação das Unidades de Conservação de uso sustentável, os Planos de Manejo e as *zonas* criadas por estes determinam os espaços onde cada tipo de grupo social pode desenvolver suas ações, arbitrando também sobre a qualidade destas.

A construção do Plano de Manejo da APA Cairuçu foi um processo com duração de cinco anos, iniciado no ano de 2000 numa parceria entre IBAMA, o antigo IEF e Ministério do Meio Ambiente, sendo realizado pela ONG SOS Mata Atlântica. Todo o plano foi custeado pelo Condomínio Laranjeiras, o que promoveu um cenário de desconfiança entre os caiçaras e um conseqüente afastamento destes da formulação dos zoneamentos.

Foram definidas 11 zonas, sendo elas:

I. Zona de Preservação da Vida Silvestre;

II. Zona de Conservação da Costeira;

III. Zona de Conservação dos Recursos Pesqueiros do Saco do Mamanguá;

IV. Zona de Conservação da Zona Rural;

V. Zona Agropecuária;

VI. Zona de Expansão das Vilas Caiçaras;

VII. Zona de Expansão Residencial e Turística;

VIII. Zona de Marinas;

IX. Zona de Uso Conflitante;

X. Zona de Uso Comunitário, Cultural, Educacional, Esportivo e de Lazer;

XI. Zona de Sítio Histórico;

Cada zona tem determinações específicas quanto ao uso e as possibilidades de expansão destes em níveis diferenciados, servindo a interesses também difusos. Muito se discute sobre a formulação espacial dessas zonas e há diversos questionamentos em torno da real aplicabilidade destas. Na leitura do Plano de Manejo é mesmo possível observar que, em diversos momentos, se preferiu adotar determinações legais de outras escalas de poder, como a estadual ou a municipal, na assimilação do Código de Obras do município.

Esse é o caso do Condomínio de Laranjeiras. De acordo com o Plano de Manejo da APA:

O Condomínio Laranjeiras possui detalhado regulamento quanto ao uso e ocupação do seu território, com lote mínimo de 1000m² e o estabelecimento de áreas de uso comum aos condôminos, em acordo com o Código de Obras do município. Possui inclusive uma Comissão de Arquitetura que analisa os projetos e acompanha sua execução conforme aprovação dos órgãos responsáveis (IBAMA, PMP e IPHAN), zelando pelo cumprimento das normas estabelecidas. Fica valendo por tanto a regulamentação já existente, ficando desde já congeladas com o uso atual as áreas de uso comum e a área do campo de golfe (BRASIL, 2005, p.58).

Em Paraty-Mirim os técnicos incorporaram as "sugestões" dos veranistas e em Trindade a reivindicação de um terminal de ônibus por parte dos empresários do turismo também foi atendida (BRASIL, 2005, p. 55 e 57). No entanto, não é possível encontrar nas determinações de outras localidades reconhecidas como ZERT, como o Quilombo do Campinho ou Ponta Grossa, qualquer menção à incorporação de demandas ou contribuições da população local. Nessas áreas, durante processo de observação participante, foi possível encontrar um desconhecimento considerável por parte dos quilombolas e caiçaras das determinações trazidas pelos zoneamentos da APA Caiçu, demonstrando a necessidade de mudança de paradigmas históricos.

Em teoria, as ZERTs abrangem diferentes formas de ocupação residencial, seja ela de segunda moradia, caiçara ou mesmo quilombola, e os usos voltados ao turismo. É interessante notar que, apesar de ter em seu território duas aldeias indígenas, não há menção alguma à expansão dessas áreas. É também preciso considerar que posicionar tipos de ocupação tão distintos em uma mesma classificação beira ao contraditório, o que pode não somente acirrar conflitos preexistentes como criar novas tensões.

No que concerne à temática caiçara o Plano de Manejo da APA Caiçu delimitou as chamadas Zonas de Expansão de Vida Caiçara (ZEVC), correspondendo às localidades que se

inserir no interior da Reserva Estadual da Joatinga, constituídas pelos núcleos residenciais das comunidades caiçaras tradicionais das: praias do Sono, Ponta Negra, Cairuçu das Pedras, Saco das Enchovas, Ponta da Joatinga, praias do Pouso, Calhaus, Grande; e, no Saco do Mamanguá: Baixio, Cruzeiro, Ponta da Romana e três outras pequenas praias nesta região. Mais recentemente foi inserida a região da Ilha do Algodão, após recorrentes denúncias das populações locais e de órgãos ambientais contra a forte especulação imobiliária. No entanto, outras comunidades de origem caiçara, como a Ponta Grossa, onde residem cerca de 130 famílias, se encontram, até a presente data, inseridas em ZERTs.

Sabe-se que:

De modo geral, embora essas populações compartilhem de características semelhantes no que diz respeito ao manejo e uso sustentável dos recursos naturais, aos conhecimentos e as práticas coletivas, as populações tradicionais caiçaras ainda não possuem direitos territoriais tão fortemente assegurados pela legislação, seja ela nacional ou estadual. Dessa forma, as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, previstas na Lei do SNUC, assumem grande importância nesse contexto, pois viabilizam a manutenção desse grupo nas categorias menos restritivas (FONTES, 2013, p 68).

As Zonas de Expansão Residencial e Turística correspondem a localidades que, historicamente, vivenciam intensos conflitos fundiários envolvendo a população tradicional, como Trindade, Ilha do Algodão, Condomínio Laranjeiras, Quilombo do Campinho, Ponta Grossa. Fica a sensação de que a APA Cairuçu perdeu uma oportunidade de dialogar com os remanescentes das populações nativas e de utilizar o Plano de Manejo, instrumento legal de ordenamento territorial, à favor dos legítimos donos das terras do município de Paraty.

A configuração socioespacial atual de Paraty, com seus territórios de exclusão, condomínios fechados de luxo, marinas e o setor do turismo crescendo em larga escala, é produto de históricos episódios de grilagem de terras por empresários e pessoas "de fora", como chamam os caiçaras, e de lutas sociais traduzidas, por vezes, por processos de reterritorialização.

A legislação ambiental que incide sobre o município, sobretudo na representação territorial das APAs, acaba, por vezes, funcionando como um agravante desses cenários, o que deixa evidente a existência de discursos outros e de cotas de poder que entrecruzam esses espaços e todos os demais que estão sob a lógica mercadológica que insere a terra como um dos produtos mais valorizados da atualidade.

É sob esse prisma que buscaremos compreender um dos cenários de conflito da APA Cairuçu, representado, em suma, por uma disputa pelo uso dos corpos hídricos da praia do Guerra, na Ponta Grossa. A hipótese que se lança é que os conflitos pelo uso da água nada

mais são do que a expressão de uma disputa fundiária histórica que se refuncionaliza quando alguns recursos se tornam "escassos". Nesse sentido, se faz também necessária uma leitura dos discursos dos atores envolvidos e das apropriações socioculturais territoriais realizadas.

5.6 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS RELACIONADOS À ÁGUA NO MUNICÍPIO DE PARATY.

O município de Paraty nunca enfrentou grandes problemas relacionados à escassez de água por conta do regime climático a que está submetido, fortemente influenciado, de um lado, pela compartimentação regional do relevo e, de outro, pelos sistemas frontais provenientes do Atlântico Sul/Antártida que chegam até essa faixa litorânea.

(...) regionalmente ocorre uma forte sazonalidade do regime das precipitações devido ao impacto das “frentes frias” ser mais intenso durante os meses quentes de verão (novembro a março), quando se concentra a estação chuvosa provocada pelo contraste térmico, ocorrendo, por outro lado, uma estação seca durante os meses de inverno (maio a agosto). Outro fenômeno comum durante os meses de verão é a marcante atuação das chuvas convectivas, que precipitam durante a tarde e/ou a noite a partir da forte evaporação gerada pelo aquecimento diurno (ICMBio, 2005. p. 13).

De acordo com levantamento realizado no Hidroweb, plataforma digital da ANA que reúne séries históricas das estações de monitoramento pluviométricas, Paraty possui índices pluviométricos mensais que, de 2006 a 2016, alcançaram a marca mínima de 8,9 mm no mês de julho de 2008, e máxima de 964,5 mm em janeiro de 2013.¹⁹

Observa-se no gráfico abaixo que, em uma série histórica de 10 anos (2006 a 2016), houve três anos em que os índices pluviométricos foram inferiores a 2.000 mm/ano.

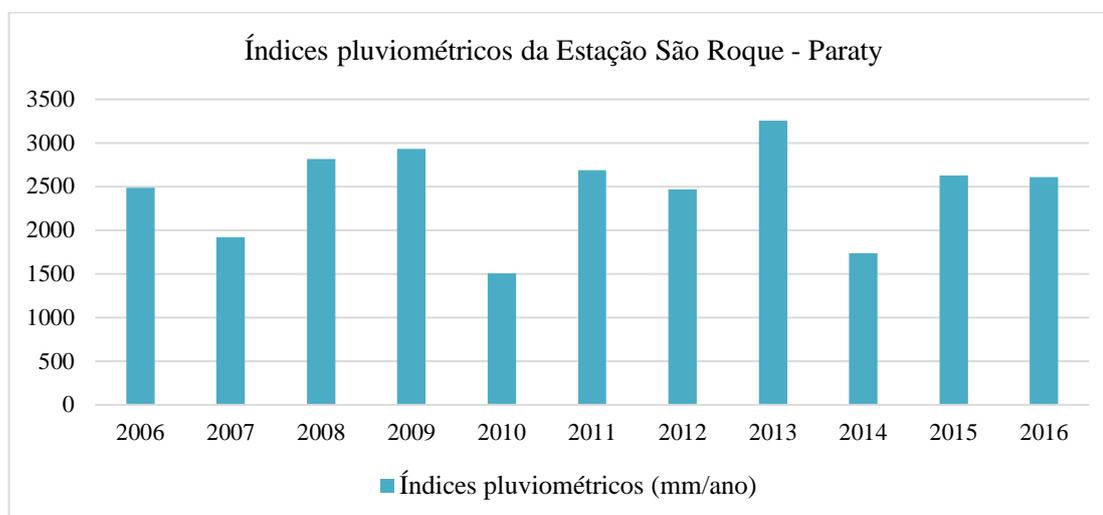


Gráfico 7 - Índices pluviométricos da Estação São Roque. Fonte: ANA, 2017.

¹⁹ Para maiores informações consulte: http://www.snirh.gov.br/hidroweb/publico/medicoes_historicas_abas.jsf

Dentre eles encontra-se o ano de 2014, contudo percebe-se que o ano de 2013 desponta como aquele com maior ocorrência de precipitação e, logo em seguida, em 2015, as taxas voltam para a média do município. Dessa maneira não é viável apontar essa “pequena” redução de chuvas como algo que possa ter causado grandes distúrbios ou impactos no cotidiano da população de Paraty.

Nesse sentido, de forma genérica e homogênea, é crível afirmar que a cidade não enfrenta problemas consideráveis de estiagem. Entretanto, se amplia-se o *zoom* em determinados locais, percebe-se que as condicionantes geomorfológicas promovem uma diferenciação espacial nas taxas pluviométricas anuais e/ou mensais, havendo territórios abrigados pela Serra da Bocaina que chegam a ficar cerca de dois meses ou mais (a depender das variações anuais) sem incidência de chuvas.

Esse período, que pode parecer curto em comparação a outras regiões nas quais o inverno e o verão são mais marcados – no que se refere à ocorrência de chuvas- ganha maior complexidade quando se embute o fator armazenamento. Com uma estreita faixa de “terra”, situação que se agrava quando se considera a região costeira, onde as populações caiçaras residem nas praias, ou muito próximos dos sopés das montanhas, se torna complexo a utilização de métodos convencionais de armazenamento das águas pluviais.

Sendo assim, a estrutura morfoescultural geomorfológica, em combinação das características geológicas das rochas que compõem o relevo local da zona costeira -com presença de depósitos sedimentares- amplia os desafios para a gestão municipal no que toca ao abastecimento hídrico dessas áreas.

Concomitante e/ou paralelamente às questões apresentadas encontra-se um cenário político “fragilizado”, o crescimento populacional ocasionado pela chegada dos moradores de segunda residência e a sazonalidade do turismo, características que não são exclusivas da zona costeira, mas que promovem uma singular territorialidade e vivência em relação às condicionantes ambientais.

Atualmente, diversos locais do município de Paraty apresentam algum tipo de conflito relacionado à água. Nos bairros que estão sob controle da PPP Águas de Paraty a maior tensão é representada, atualmente, pela implantação da cobrança pelo uso da água nos 34 bairros do distrito-sede através da instalação de hidrômetros.

Até o mês de dezembro de 2016 o custo com água encanada para os moradores e estabelecimentos comerciais dessa região era praticamente simbólico, feito através da cobrança de uma taxa padronizada. Com a ampliação da rede de drenagem e de

abastecimento, e com a implantação dos marcadores de consumo, a cobrança pelo uso da água passou a se basear na quantidade utilizada por cada ator.

Segundo a Secretaria de Meio Ambiente, os paratienses estavam acostumados a esvaziar as piscinas semanalmente, a lavar as calçadas diariamente, ou seja, a usar água de modo "despreocupado" (nas palavras de ator designado para entrevista) nos seus hábitos rotineiros. Com a instalação do hidrômetro eles puderam ver a imensa quantidade de água gasta.

A cobrança através dos hidrômetros estava prevista como contrapartida aos investimentos realizados pela PPP. Segundo a empresa Águas do Brasil, somente assim as melhoras na rede podem ser realizadas e mantidas. Ainda segundo esta, o município de Paraty tinha um sistema de abastecimento completamente irregular e sobrecarregado, sendo recorrentes os episódios de falta de água devido a entupimento do encanamento ou à pressão da água nos eventos de precipitação intensa, ocasionando ruptura de partes do sistema, o que pôde ser revisto e solucionado. "Todo o processo foi transparente e a população informada com antecedência da cobrança há cerca de dois anos atrás, quando a PPP foi firmada. É uma questão de mudança de hábitos" (informação verbal).²⁰

Para os moradores e comerciantes, no entanto, a cobrança gerou insatisfação e revolta. Em janeiro a câmara dos vereadores recebeu cerca de 300 pessoas que questionaram de modo bastante contundente os valores realizados nas contas de água do mês. No dia três de fevereiro aconteceria um evento para esclarecimento das dúvidas e posicionamento dos órgãos envolvidos, todavia este foi adiado pela Prefeitura que não se via, na ocasião, devidamente preparada para se colocar diante da população.

Nos locais que se encontram fora dos limites da PPP Águas de Paraty a realização dos serviços de abastecimento e saneamento é feita por uma empresa terceirizada pela Secretaria de Obras do município.

São as áreas da zona rural e costeira, onde a cobrança pelo uso da água não compensaria os investimentos devido à distância geográfica e à menor população residente - cerca de 9.000 pessoas, segundo o IBGE (2016).

Nessas áreas há geralmente a instalação de caixas d'água compartilhadas e de fossas sépticas, e a manutenção do sistema conta, substancialmente, com a participação da população residente. As residências de veraneio possuem soluções individuais, ficando a fiscalização da

²⁰Informação concedida em conversa informal com o funcionário da Secretaria de Meio Ambiente de Paraty, Luis Paulo Nascimento.

captação realizada nestas sob responsabilidade da Prefeitura e dos órgãos competentes estaduais.

Como colocado anteriormente, essas regiões têm a peculiaridade do relevo como um empecilho para a instalação de sistemas de abastecimento com maior capacidade de reservamento da água da chuva, o que acaba criando situações mais críticas em algumas regiões específicas, como a praia do Sono, Saco do Mamanguá e Ponta Grossa, nos períodos de estiagem ou mesmo nos feriados prolongados quando Paraty recebe grande número de turistas e veranistas. O problema, contudo, não deriva somente da falta de água, mas da contaminação dos corpos hídricos pelo esgoto sanitário e por resíduos sólidos.

Apesar da zona rural e costeira ser coberta pelos serviços de água municipais, realizados através de empresa terceirizada, se observa em diversos pontos a instalação de captações de água caseiras e individuais ou mesmo coletivas construídas pelas comunidades. Da mesma maneira ocorre com as fossas sépticas e sua manutenção detém-se, geralmente, aos eventos onde ocorre vazamento de efluentes devido à sobrecarga do sistema.

O Fórum de Comunidades Tradicionais da Região do Sul Fluminense e Norte de São Paulo, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em ocasião da construção de um diagnóstico ambiental voltado à qualidade das águas nas comunidades do Sono e do Pouso da Cajaíba, encontrou situações que se repetem nas demais comunidades tradicionais: captações de água irregulares; poluição dos corpos hídricos por esgotamento sanitário e resíduos sólidos; caixas de gordura inadequadas, entre outras. Tais fatos foram chamados de *vulnerabilidades* pelo estudo (Figuras 25 e 26) que também mapeou as *potencialidades* (Figuras 27 e 28) traduzidas por iniciativas de manejo adequado da água e esgoto sanitário, realizados através de instituições públicas, parcerias com empresas ou por iniciativas individuais dos próprios moradores.



Figura 25– Instalação chamada "macarronada", instalação individual que gera desperdício. Fonte: FIOCRUZ, 2016.



Figura 26 - Caixa de gordura inadequada na praia do Sono. Fonte: FIOCRUZ, 2016



Figura 27 - Banheiro "seco". Fonte: FIOCRUZ, 2016



Figura 28 – Reservamento adequado de água no Pouso da Cajaíba. Fonte: FIOCRUZ, 2016

A FIOCRUZ representa hoje o órgão com maior presença e efetividade territorial no município de Paraty. Devido aos conflitos históricos ligados, sobretudo, às disputas fundiárias entre os caiçaras e as pessoas "de fora", e a *pouca* participação das entidades públicas na resolução e/ou mediação destes, seja através das UCs, da Prefeitura ou do Estado do Rio de Janeiro, na representação do INEA, as populações locais construíram um sentimento de ceticismo em relação às instituições governamentais e, mais recentemente, às não-governamentais que chegaram à cidade atrás dos projetos socioambientais. A Fundação Oswaldo Cruz, no entanto, desenvolve diversas ações nas comunidades do município – principalmente as tradicionais- atuando como uma articuladora potencial entre as populações, com estímulo para a fundação e manutenção de Fóruns e espaços de convivência e promoção de eventos com as mais diversificadas temáticas e espacialidades.

Todavia, é importante acrescentar que, apesar do trabalho comprometido e efetivo da instituição, não cabe a esta, em suas competências e jurisdições, dirimir conflitos ou disputas,

mas somente “informá-los” aos órgãos competentes. Pode-se assim pensar nos agentes da Fundação como facilitadores de um diálogo, e esta como ferramenta de compreensão do território e suas contradições, mas não como um instrumento de resolução dos conflitos territoriais do município de Paraty.

Para entender os mecanismos socioespaciais que envolvem os conflitos de água em Paraty é preciso pensar a configuração histórica territorial local e regional. Como apontado anteriormente, as maiores tensões em torno da temática dizem respeito à cobrança pelo uso da água no Distrito-sede e às captações individuais e poluição dos corpos hídricos. Esse cenário ganha destaque se pensamos que, juntamente dos modos de apropriação da água, se encontram os usos da terra e esta é palco, há décadas, das mais acirradas disputas representadas por roubo, grilagem e corrupção.

Diferentemente do município vizinho de Angra dos Reis, Paraty ainda não enfrentou grandes problemas derivados de períodos prolongados de escassez, mesmo no ano de 2014, no qual o Sudeste brasileiro, de forma geral, vivenciou um cenário de menor incidência de chuvas volumosas. Sem embargo, devido ao aumento da especulação imobiliária e da instalação das residências de segunda moradia em lugares cada vez mais afastados do município, até então povoados somente pelos caiçaras, essa realidade tem se transformado com a privatização de paisagens e espaços antes de uso coletivo.

Muros impedindo o acesso a corpos hídricos, pequenas barragens que mudam a dinâmica e o curso das águas, instalação de caixas d'água em uma única residência com capacidade para atender a comunidade inteira são apenas algumas questões que reconfiguram o território e alimentam as divergências, insatisfações e indagações.

A comunidade de Ponta Grossa é, atualmente, um caso emblemático de disputa pelo uso da água entre caiçaras e moradores de segunda residência. A praia do Guerra, maior aglomerado da região, enfrenta há cerca de dois anos o avanço da privatização de água representada pela captação irregular de um canal que sempre serviu a comunidade como um todo.

Como colocado acima em diversos momentos, a busca de uma análise da água enquanto território torna necessária a exposição e consideração de uma gama de elementos e atores sociais, no que diz respeito aos conflitos de interesses e disputas territoriais funcionais e/ou simbólicas e, conseqüentemente, às oportunidades de ação e discurso que cada grupo ou indivíduo tem.

5.6.1 PRAIA DO GUERRA – OS CONFLITOS PELO USO DA ÁGUA ENQUANTO EXPRESSÃO DA DISPUTA FUNDIÁRIA

A história de ocupação da praia do Guerra, na região da Ponta Grossa, coincide com a ocupação da zona costeira de Paraty e data, segundo informações coletadas em entrevistas com os moradores mais antigos, de aproximadamente 1890. Consta, segundo relatos de moradores que, quando seus avós chegaram na área, ainda era possível encontrar indígenas vivendo ali isoladamente, de modo nômade, e essa convivência, que se dava em certos períodos do ano, possibilitou interessantes trocas culturais entre eles.

Os intercâmbios e a comunicação feita entre a praia do Guerra e outras localidades da Ponta Grossa, ou mesmo com as demais áreas de Paraty, eram realizadas por vias marítimas ou por trilhas que hoje não mais se conectam devido ao impedimento trazido pela privatização de áreas ocupadas por veranistas.

A gente já não consegue mais pescar do lado de lá ou mesmo passear com os meninos porque os “Marinho” fecharam tudo. Eles botaram um muro no caminho de servidão e na praia um monte de gaiola de marisco, como se pescassem alguma coisa lá. Do lado de cá o outro ali também saiu construindo até lá em cima do morro e fica reclamando que a gente passa por dentro da casa dele. Agora botou até aquela cerca ali, mas a gente pula porque o caminho não é deles não. (informação verbal²¹)

Segundo o Seu Sabiá, presidente da Associação de Moradores da Ponta Grossa, os moradores de segunda residência que hoje se encontram na praia do Guerra chegaram há cerca de 25 anos e conseguiram seus terrenos ludibriando os caiçaras mais antigos que não sabiam ler. Ele mesmo conta que voltou para a região depois de um período residindo na cidade de Santos, após saber que o pai tinha "vendido" um pedaço de seu terreno para um empresário de São Paulo.

Tal história se repete na família do Senhor Antero, morador da praia do Guerra há 62 anos. Este conta que o terreno hoje ocupado por um dos veranistas era de seu pai, que pensava estar vendendo apenas um pedaço de suas terras, quando na verdade o repasse se referia à propriedade como um todo.

Essa disputa entre a família do Senhor Antero e o empresário em questão chegou a se judicializar. Todavia, de acordo com o próprio, os advogados informaram que não há muito a ser feito, visto que a digital de seu pai se encontra no contrato de concessão da época.

Desde que se instalou na Praia do Guerra o empresário tem atuado, direta e indiretamente, em inúmeras disputas e promovido, conseqüentemente, distúrbios com – e

²¹Trecho de entrevista com morador da praia do Baré que preferiu não se identificar. Entrevista realizada pela autora.

entre – os moradores locais. Atualmente, o maior deles se refere à captação irregular de um dos poucos canais de água que abastecem o lugar.

A praia do Guerra é abastecida por dois pequenos canais de água. Como se vê nas fotos abaixo há um fluxo bem limitado de água, com presença considerável de fragmentos rochosos de tamanho considerável. O principal, o Rio Ponta Negra, utilizado por cerca de 20 famílias, não chega a ter 1 metro de profundidade ou largura.



Figura 29 - Rio Ponta Grossa, na praia do Guerra. Fotografia tirada no mês de fevereiro de 2016, época de chuvas. Fonte: Acervo pessoal.



Figura 30 - Rio Ponta Grossa, na praia do Guerra. Fotografia tirada no mês de agosto de 2016, temporada de estiagem. Fonte: Acervo pessoal.

É possível observar também que o tipo de captação empregado na comunidade equivale, basicamente, às chamadas "macarronadas", tubulação de mangueiras ou canos implantada por cada morador, de acordo com suas demandas residenciais. Esse sistema termina em caixas d'água ou pequenas barragens construídas manualmente com fragmentos de rochas ou alvenaria que, quando não são individuais, servem a duas ou três famílias, no máximo.



Figura 31 - Caixa d'água de 5mil litros pertencente ao Seu Sabiá. Fonte: Acervo pessoal.

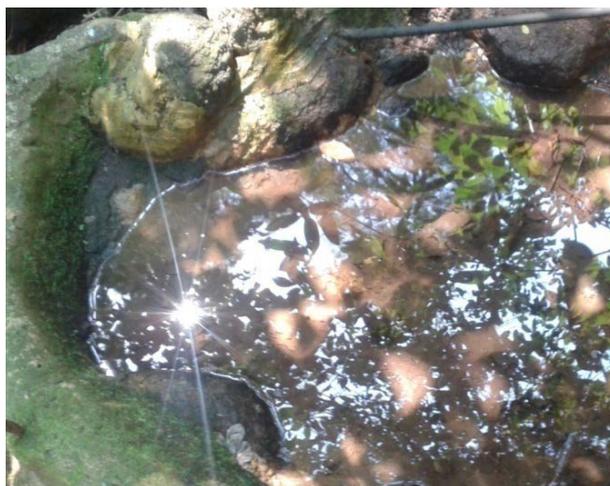


Figura 32 - Pequena barragem construída pela família do Sr. Antero. Fonte: Acervo pessoal.

As fotos revelam um volume consideravelmente reduzido de água do principal corpo hídrico da praia do Guerra. É importante localizá-las no tempo para que seja possível entender a conjuntura espaço-temporal e os períodos mais críticos para o abastecimento da população.

As fotografias foram tiradas em trabalhos de campos realizados nos meses de agosto de 2016 e fevereiro de 2017, ou seja, no “auge” dos períodos seco e chuvoso. No entanto,

embora haja uma notável diferença entre os períodos e o regime climático destes, não há transformações consideráveis no volume do rio apresentado.

Seria equivocado apontar uma ou algumas razões específicas para tal fato, entretanto algumas hipóteses são plausíveis. A comunidade que já era acostumada a lidar com os “tempos” de estiagem, comuns nos invernos, passou a ter atenção redobrada com o consumo diário de água após um período um pouco mais prolongado de seca que se iniciou no Sudeste brasileiro em 2014, com consequências ainda no ano de 2015. Segundo relatos de alguns moradores, durante esse intervalo de tempo muitos deles passaram a comprar garrações de água, se preocupando também com instalação de sistemas de armazenamento e captação mais “eficazes”. Diariamente, durante a noite, os moradores fechavam os registros que só eram novamente reativadas durante o dia seguinte.



Figura 33 - Quantidade de água que entra nas caixas d'água da comunidade. Fonte: Acervo pessoal.



Figura 34 - Quantidade de água que entra nas caixas d'água da comunidade. Fonte: Acervo pessoal.

Esse sistema conseguiu evitar um colapso hídrico na comunidade durante a estação seca, porém não impediu que um morador de segunda residência instalasse em sua propriedade quatorze caixas de água com capacidade de reservamento de 10 mil litros, fato que será melhor discutido à frente.

Quando o período das chuvas chegou, os moradores puderam exercer as tarefas mais básicas com certa tranquilidade, como lavar louças e roupas o que, de certo modo, provocou relativo aumento do consumo das águas do rio Ponta Grossa. No entanto, esse aumento nos usos não seria capaz de influenciar de maneira substancial o volume do rio. Por conseguinte, é mais aceitável supor que o lençol freático tenha sido abastecido e, devido a isso, o volume superficial não tenha se alterado consideravelmente do inverno ao verão.

Junta-se a isso o próprio fato de que a quantidade de chuva que chega à Ponta Grossa não equivale às altas taxas de precipitação de outros pontos do município de Paraty, devido à influência da Serra do Mar.

O consumo da água e as apropriações indevidas dos corpos hídricos na praia da Guerra sempre geraram conflitos e tensões, fosse pelo descarte irregular de esgoto sanitário e resíduos sólidos nos rios, fosse pela captação individual de determinado ator que acabava por influenciar no uso de outros. No entanto, conforme observou-se nas falas dos entrevistados, a escala desses conflitos era consideravelmente menor sendo estes, comumente, dirimidos com a intervenção da Associação de Moradores.

Atualmente, a desconfortável situação hídrica, relacionada com as históricas disputas fundiárias, tem promovido uma refuncionalização dos conflitos que, a cada dia, ganham uma dimensão mais ampla e complexa, chegando a envolver atores externos. Nesse sentido, é importante a consideração de que água e terra não se separam de forma alguma, tendo a palavra privado uma importância central no contexto apresentado.

Assim sendo, é válido o questionamento: em uma situação de crise hídrica como a demonstrada, quem sofre com a falta de água diária, os caiçaras ou aqueles que apenas se encontram na área em ocasiões esporádicas? E, nesse sentido, qual o direito que essas pessoas têm de privar os moradores fixos do uso da água para as necessidades cotidianas?

Retomando brevemente algumas discussões que foram empreendidas nos capítulos anteriores, é possível pensar essa situação de algumas maneiras. Aqui defende-se a ideia de que a disputa mais recente por água compreende à intensificação de um confronto fundiário. Contraditoriamente, tal alargamento promove uma resignificação territorial que pode se espalhar para uma nova rodada de “vendas” das terras da Ponta Grossa, devido a, exatamente, a ausência de recursos hídricos. Um outro caminho possível seria a emigração dos veranistas, contudo, como a história aponta de maneira exemplar, estes movimentos dificilmente implicam em reintegração de posse dos locais que, comumente, são implicados legalmente nas causas que levaram ao “abandono” das terras pelos atores externos.

De uma maneira ou de outra, a (in)disponibilidade hídrica afeta diretamente aqueles atores que não têm condições de mobilidade, tal como os veranistas. Essa condição não se limita às dificuldades para lavar roupas ou mesmo tomar banhos, mas se materializa de forma concreta no impedimento de ampliação de serviços básicos que necessitam sobremaneira de um acesso contínuo a uma água com qualidade e em quantidade. Funciona na comunidade uma escola primária que pode ter suas atividades comprometidas devido à fragilidade do sistema de abastecimento

Concomitantemente a essas perspectivas, os moradores da Praia do Guerra ainda precisam lidar com o embargo da obra do Posto de Saúde que atenderia cerca de dez comunidades da região. O motivo apontado pelo INEA é o fato do prédio se localizar a menos de dez metros de distância de um canal de água completamente antropizado que não chega a ter 1 metro de largura. Assim, a água assume um caráter excludente em amplo espectro, o que remete à ampliação dos contrastes do capital em uma localidade que, historicamente, convive com o ir e vir dos ciclos econômicos, mas que, antagonicamente, nunca esteve no “foco” das intervenções políticas.

Percebe-se, assim, que o conflito pelo uso da água mapeado no presente estudo deriva de tantos outros e, paradoxalmente, alimenta mais alguns. É notório, nesse sentido, que as desiguais oportunidades de ação e discurso são elementos centrais na consolidação de cenários de dissenso que, nesse caso, apresentam críticos sinais de um *modus operandis* perverso que mantém os recursos territoriais sob o controle dos mesmos atores sociais. O que pode mostrar as águas que cruzam esses territórios?

A comunidade caiçara da praia do Guerra reivindica atualmente a continuação da obra do Posto de Saúde, a regularização do acesso à energia elétrica para todos os moradores (uma senhora de 80 anos é a única na comunidade que não teve a ligação de luz autorizada, o que gera grande questionamento e revolta nos moradores) e a distribuição igualitária e comunitária dos recursos hídricos da área.

Apenas um único morador de segunda residência possui 14 caixas de água (Figuras 35 e 36), o que seria suficiente para abastecer a comunidade e ainda promover um cenário mais estável, com armazenamento correto da água captada. A Prefeitura de Paraty já solicitou que este ator compartilhasse a "sua água" com outros moradores, o que foi negado por este.



Figura 35 - Caixas d'água instaladas sem autorização por um morador de segunda residência. Fonte: Acervo pessoal.



Figura 36 - Caixas d'água instaladas sem autorização por um morador de segunda residência. A fotografia evidencia como a vegetação nativa está sendo substituída por palmeiras. Fonte: Acervo pessoal.

Nos dias que correm apenas duas famílias de caiçaras e um morador de segunda residência captam água no rio além deste ator. Este é, inclusive, acusado de estar se preparando para instalar uma pousada na área sem o consentimento dos caiçaras, além de derrubar árvores nativas e plantar palmeiras, descartar caixas de água quebradas de modo completamente inadequado no leito do rio, e de secar quase que completamente este devido à captação irregular (Figura 37). É válido ressaltar que já há na praia um *hostel* que funciona sem o conhecimento da prefeitura ou da APA Cairuçu.



Figura 37 – Caixa d'água descartada de modo irregular no leito do rio. Fotografias feitas em agosto de 2016 em trabalho de campo. Fonte: Acervo pessoal



Figura 38 – “Macarronadas” captando a pouca água que ainda restava no rio. Fotografias feitas em agosto de 2016 em trabalho de campo. Fonte: Acervo pessoal

Como percebido, o cenário atual da praia do Guerra envolve inúmeros conflitos territoriais que acabam perpassando, de uma maneira ou de outra, pela questão do uso e acesso à água. Os moradores buscam há algum tempo a resolução dos problemas levantados nas mais diversas instâncias do Poder Público local, que se sobrepõem na forma de Unidade de Conservação, Prefeitura e Comitê de Bacia Hidrográfica, embora esse último nunca tenha sido ativado pelos caiçaras, que desconhecem seu funcionamento.

Abaixo serão levantadas algumas questões acerca dos discursos desses órgãos e do posicionamento adotado por estes diante do cenário de crise da Ponta Grossa, mais especificamente da praia do Guerra.

Entende-se por crise hídrica a situação vivida pelos caiçaras da área não somente pelo fato da (in)disponibilidade de recursos hídricos que, por sinal, sempre foi gerenciada pela comunidade com bastante efetividade, mas também pelo acirramento dos conflitos causados pela apropriação privada de um recurso que até então era de uso comum e compartilhado por todos.

5.7 ARENAS DE MEDIAÇÃO DO CONFLITO- DISCURSOS E AÇÕES

5.7.1 APA CAIRUÇU

A APA Cairuçu é o órgão que tem demonstrado maior *disponibilidade* para tratar da crise hídrica que se instalou na Ponta Grossa e dos conflitos correlatos, mantendo as portas abertas para os caiçaras e suas reivindicações legítimas.

O Plano de Manejo passa, atualmente, por um processo de revisão o que representa, conseqüentemente, uma releitura do seu zoneamento, das demarcações territoriais e dos usos permitidos. Essa revisão conta com etapas: 1) de sementeira, já realizada, onde os técnicos da Unidade de Conservação envolvidos vão até as comunidades inseridas nos limites da APA, realizando um trabalho de conscientização do processo de revisão, mobilizando as populações, inclusive, para participarem do CONAPA (Conselho da APA Cairuçu) e das reuniões bimestrais; 2) de planejamento, com reuniões nas comunidades que permitirão entender se o zoneamento em questão atende bem as demandas dos moradores locais, em consonância com a preservação da biodiversidade.

A reunião de sementeira foi realizada na Ponta Grossa no mês de dezembro de 2016 e a etapa de planejamento está prevista para após o carnaval a pedido dos caiçaras, que aproveitam essa época do ano para trabalhar com o transporte de turistas.

Todavia, já há uma proposta de revisão da ZERT da Ponta Grossa em andamento, algo que consta no relatório de monitoria do plano de manejo da APA. De acordo com esse relatório se faz necessário:

Avaliar a pertinência de criar uma ZEVC na ZERT da Ponta Grossa devido a ocupação nitidamente caiçara identificada em levantamento recente na localidade. Realizar estudo para subsidiar a criação de ZEVC na Ponta Grossa, ilhas do Araújo e do Algodão (do sul) (ICMBio, 2016, p. 5).

Se tais áreas forem transformadas em Zona de Expansão de Vila Caiçara (ZEVC) os moradores de segunda residência precisarão se adequar, o que influenciará diretamente nas atividades relacionadas à práticas econômicas do ramo turístico, por exemplo.

Em conversa com o Seu Sabiá no mês de janeiro de 2017, este relatou sobre a intenção da comunidade em criar ferramentas legais para que os caiçaras que residem na Ponta Grossa só possam vender seus terrenos para outros caiçaras. Nesse sentido, há uma pauta para que todas as decisões sobre os usos e apropriação do espaço sejam realizadas em conjunto, como em um "condomínio", nas palavras dele.

Ao presente estudo cabe acompanhar esse processo que se encontra em andamento, procurando analisar os discursos propagados e a concretização do atendimento às

reivindicações da população originária da Ponta Grossa, visto que é de interesse deste a compreensão dos discursos de escassez, principalmente, que, por vezes, passam despercebidos nas falas conservacionistas.

Contudo, é importante ressaltar a subjetividade envolvida. Entra aqui, notoriamente, o lançar mão de argumentos construídos previamente que dão uma sustentação “intencionada”. Toda visão é, assim, subjetiva, possuindo um objetivo específico. Reiterando, acredita-se que os discursos históricos de escassez construídos para justificar ações de privatização de “comunas” e recursos territoriais de uso coletivo podem, comumente, ser reproduzidos por atores não-hegemônicos como forma, inclusive, de preservação de coletividades. Essa contradição é inerente aos mecanismos de sobrevivência de *modus operandis* que mantém estruturas de desigualdade rígidas, pois leva conceitos específicos, intencionais, para contextos que podem sim “subverter” de alguma maneira sua “intenção”, mas muito raramente sua materialização territorial.

Resumidamente, a hipótese que se lança é a de que utilizar discursos de escassez de recursos naturais como argumento para manutenção de hábitos coletivos é algo que beira à esquizofrenia, visto que um foi criado para “combater” o outro. Não obstante, como se tentará demonstrar nos tópicos desse bloco, é extremamente cotidiano o uso dos discursos de escassez pelas instituições “ambientais”, tais como Secretarias de Meio Ambiente e Unidades de Conservação.

Mais uma vez, não se pode asseverar que tal uso detenha –sempre– uma intencionalidade de privar atores do uso de recursos ou frações do território, entretanto, em muitos casos, é o que ocorre nas vias de fato.

Dessa forma, o esforço empreendido nessa etapa do estudo tenta identificar tais discursos e, assim, compreender o espraiamento territorial “duplo” de uma escassez vivenciada e uma replicada como ideário de “conservação”, os conflitos envolvidos e as tentativas de subversão da lógica da “falta”.

Nesse sentido é válido colocar, mesmo que preliminarmente, que a APA Cairuçu, seja na figura legítima do CONAPA, seja na representação individual do atual Coordenador de Águas Flávio Paim, ou da chefe da APA Lilian Hage, tem agido de forma coerente às suas atribuições, procurando mediar de maneira concisa os conflitos territoriais que ocorrem dentro de suas fronteiras, estando a Ponta Grossa inserida nesse contexto de ação.

Os limites dessa “boa vontade”, no entanto, e dos discursos de preservação do modo de vida caiçara presentes na revisão do Plano de Manejo da APA não podem ser desconsiderados, levando em conta que existem outros atores envolvidos com as mais

diversas cotas de poder e escalas de atuação. É de conhecimento público que alguns empresários de relevante posição na economia nacional possuem propriedades na região e que isso gera, por si só, conflitos de interesses e relações políticas que, por vezes, se sobrepõem às institucionalidades locais e, principalmente, aos interesses ditos minoritários de preservação dos remanescentes caiçaras e de um modo de vida sustentável dessas populações.

Em relação aos discursos de escassez que se procurou identificar e analisar nas falas de cada agente envolvido na mediação do conflito pelo uso da água na Ponta Grossa, a APA se pronunciou preocupada em desenvolver ações práticas para a recuperação de nascentes na praia do Guerra, com plantio de mudas nativas, e com a criação de sistemas alternativos de captação de águas pluviais. Ou seja, é possível observar uma vertente de ação técnica, prática, que considera, inclusive, a possibilidade de adaptação de hábitos culturais locais para a execução de infraestruturas físicas. Nas conversas realizadas com o Analista Ambiental Flávio Paim não houve menção à relação do crescimento demográfico na área com a "falta" de água, mas sim uma preocupação com a manutenção dos caiçaras em suas terras de origem.

Todavia, em diversos momentos da observação participante, uma delas empreendida numa reunião do Conselho Gestor da APA no mês de outubro de 2016, ocorrida no bairro do Patrimônio, zona rural de Paraty, muitas falas dos comunitários demonstraram sentimentos de indignação com um crescimento populacional "desordenado" promovido pela imigração de pessoas de São Paulo e Rio de Janeiro, sobretudo. De forma sintética, pôde-se perceber que há certo consenso local na percepção de que as pessoas que vem de fora, por não possuírem laços de identidade com o município, se portam de forma "despreocupada" com a conservação dos recursos do território para as gerações futuras.

Da mesma forma, foi também possível perceber que esse questionamento se dirige para alguns moradores locais, o que dá uma conotação específica à reunião, demonstrando que o espaço funciona sobremaneira como um acolhimento dos descontentamentos diários das populações, o que deixa visível uma escala –espacial e temporal- bastante "limitada". No que diz respeito especificamente à água é possível afirmar que há um senso comum em relação à escassez, diretamente relacionada aos usos cotidianos e às apropriações individuais.

Falta de tratamentos adequados do esgoto, captações indevidas são apenas alguns exemplos de reclamações recorrentes nesse espaço, o que se justifica devido ao contexto (como apresentado em capítulo anterior), mas não alcança todas as lacunas e/ou elementos existentes. Uma visão histórica do "porquê" das pessoas agirem de tal forma, ou uma compreensão da ausência de políticas e estruturas públicas se demonstrou muito limitada a pessoas específicas que, contraditoriamente, em sua maioria, vieram de outras regiões do país.

Obviamente, além de exceções individuais, existem posicionamentos coletivos com tom político que discordam da noção “simplista” de escassez apresentada pelo senso comum, levantando a hipótese de que muitas localidades vivenciam conflitos pelo uso da água devido a crescimento populacional oriundo de expulsão dessa população de áreas transformadas em unidades de conservação de proteção integral; aumento de construção de moradias de segunda residência; e ineficiência dos serviços públicos, ressaltando a necessidade de ampliação de ações coletivas. Um caso emblemático e mundialmente conhecido é a implantação de um sistema de saneamento ambiental integral realizado na Praia do Sono, numa parceria entre os caiçaras e a FIOCRUZ²².

5.7.2 COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DA ILHA GRANDE

Compreender o papel do CBHBIG na mediação dos conflitos pelo uso da água na baía da Ilha Grande requer uma breve análise da atual conjuntura do órgão colegiado.

Nascido em 2012, este ainda não conta com seu Plano de Bacia Hidrográfica, o que o deixa de mãos atadas para tomar decisões. Além disso, o órgão passou um período de seis meses sem agência delegatária, ou seja, sem seu braço executivo. Atualmente tem como Agência de Água a AGEVAP, empresa responsável pelo serviço executivo de grande parte dos Comitês de Bacia do estado do Rio de Janeiro, sendo ela a única instituição a concorrer ao edital.

Porém, mesmo essa tendo assumido a função de Secretaria executiva, por falta de verba causada pelo contingenciamento dos recursos do Fundo Estadual dos Recursos Hídricos (FUNDRHI), as atividades ainda não foram iniciadas. Tal confisco afetou profundamente o CBHBIG, que está paralisado sem ter como arcar com as despesas mais básicas.

Não obstante, as demandas não esperam e os problemas são diários: contaminação de rio no centro de Paraty por lançamento de esgoto *in natura* de uma Unidade de Saúde; falta de água nas comunidades caiçaras mais isoladas; captação ilegal de canais de água em todo o território de Angra dos Reis; mortes infantis por diarreia no bairro de Trindade/Paraty; privatização de Unidade de Conservação na Ilha Grande, entre tantas outras questões que merecem atenção incondicional e comprometimento dos órgãos gestores envolvidos.

As demandas são tamanhas que o Comitê nem ao menos consegue tomar conhecimento de todas elas, ficando à mercê da procura das comunidades pelas plenárias, o

²²Para maiores informações:

http://www.fiotech.fiocruz.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2515:otss-inicia-saneamento-ecologico-na-praia-do-sono-paraty-rj&catid=226&Itemid=116&lang=pt

que raramente acontece devido a pouca capacidade de mobilização do espaço. Com a crise hídrica que assolou o Sudeste em 2014, que gerou diversos desdobramentos em Angra dos Reis que chegou, no ano de 2015, a anunciar situação de emergência devido a problemas recorrentes no abastecimento da população, o Comitê se viu ainda mais despreparado para se posicionar e investiu, então, na capacitação técnica de seus membros com a realização de diversos cursos e palestras em parceria com o INEA e ANA.

Contudo, como abordado anteriormente, não é possível relacionar os conflitos pelo uso da água no território do Comitê à crise hídrica de 2014. De fato, esse evento refuncionaliza certos eixos de disputas, entretanto a raiz das questões são mais antigas, sendo necessário ter em mente o contexto histórico mencionado que evidencia, sobremaneira, a necessidade de criação de espaços que consigam ir além da mediação, mas que possam, efetivamente, mudar estruturas de desigualdade. Como colocar em “pé de igualdade” pescadores e Eletronuclear se os acessos simbólicos e materiais aos elementos discursivos e de ação são completamente distintos?

Nessa perspectiva, é preciso compreender que o Comitê de Bacia da Ilha Grande não é um espaço isolado dos territórios que se entrecruzam e se sobrepõem. Ele carrega em sua veia as disputas representadas legitimamente pelos diversos integrantes de sua Plenária.

No convívio permitido pelos trabalhos de campo da atual pesquisa durante aproximadamente dois anos, alguns entraves puderam ser mapeados, o que certamente contribui para que o Comitê permaneça no espaço da teoria e consideravelmente afastado de alguma prática territorial. De antemão, essa "impressão" precisa ser pensada juntamente com o contexto histórico e social dos municípios que compõem a baía da Ilha Grande e do macrocenário político-econômico que atravessa essa escala regional. Associa-se a isso o pensamento de que esse tipo de gestão participativa é recente e deriva de um modelo pouco apropriado pelos gestores locais ou mesmo pela sociedade civil.

Pensando em um território que é historicamente marcado por conflitos territoriais traduzidos, em suma, por apropriações fundiárias conturbadas e pela sobreposição de modos de vida caiçara, Unidades de Conservação e da especulação imobiliária promovida e alavancada por uma economia turística desenvolvida sem grande participação das populações locais, com "pouca" ou nenhuma participação do Poder Público na mediação das disputas, é compreensível que um Fórum de gestão participativa não tenha muita efetividade ou abrangência territorial.

Os caiçaras da Ponta Grossa, na sua grande maioria, nunca ouviram falar da existência de um Comitê de Bacia na região, e os poucos que disseram conhecer não souberam explicar

do que se trata ou quais as competências do órgão. Assim, é seguro afirmar que o CBHBIG não tem capacidade estrutural ou mesmo política, algo muito importante em cidades de pequeno porte, para atingir o território como um todo e, devido à grave crise financeira pela qual este passa, seria mesmo ilusório pensar que há alguma oportunidade plausível disso acontecer.

Atualmente, a Diretoria Colegiada do Comitê está mais preocupada em manter a existência do espaço que, por falta de participação e mobilização dos atores envolvidos e de dinheiro para as atividades mais básicas, periga acabar.

Devido a esses problemas de conjuntura interna, não foi possível mapear qualquer tipo de interferência, seja na construção de discursos ou na realização de ações, do CBHBIG na mediação da crise hídrica da Ponta Grossa.

Verifica-se que o funcionamento do Fórum está completamente atrelado ao Plano de Bacia Hidrográfica que, uma vez ainda não realizado, implica no desconhecimento das propriedades do território da Baía da Ilha Grande e dos conflitos socioambientais relacionados aos recursos hídricos.

5.7.3 PODER PÚBLICO MUNICIPAL

É importante, antes de iniciar as discussões, situar o leitor do que será aqui tratado como Poder Público Municipal. A pesquisa se deteve a buscar compreender as relações da Secretaria de Meio Ambiente com o conflito da Ponta Grossa, por ser exatamente essa secretaria a responsável pela fiscalização das irregularidades ambientais desse território. Não obstante a isso, temos o próprio fato desse setor da Prefeitura Municipal, juntamente com a Secretaria de Saúde, ser um dos mais ativos no município, talvez pela peculiaridade deste em deter grandes áreas sob legislação de proteção ambiental.

A Secretaria de Meio Ambiente "acompanha" os conflitos territoriais da Ponta Grossa há bastante tempo e participa, inclusive, de diversos processos que ocorrem na área, como a construção do Posto de Saúde da comunidade e a chegada de luz elétrica, no ano de 2015. Por diversas vezes os técnicos da SEMAM foram solicitados a comparecer na praia do Guerra para notificar responsáveis por irregularidades ambientais e, conseqüentemente, mediar conflitos gerados por tais, o que demonstra, de certa maneira que esta tem total conhecimento da atual situação e é, inclusive, o ator com maior potencial de entendimento da construção socioespacial da crise hídrica e das disputas fundiárias que se instauraram historicamente na região.

Porém, apesar de notável potencial, não é possível afirmar que haja uma capacidade real e autonomia necessária para que os técnicos da SEMAM, ou mesmo o próprio Secretário de Meio Ambiente, resolvam as históricas disputas na Ponta Grossa ou em qualquer outra região de Paraty. Há, inclusive, um receio dos funcionários do órgão em fiscalizar e notificar determinados locais devido a ameaças e "incidentes" envolvendo técnicos da prefeitura e fiscais da APA Cairuçu, por exemplo.

Se, por um lado, há certo medo em exercer as funções de fiscalização que envolvem determinados agentes econômicos e sociais, por outro há também uma construção sociocultural de que os conflitos só se resolvem quando alguns atores políticos assim determinam, o que deixa, muitas vezes, os funcionários da SEMAM descrentes do sistema, congelando ações e contribuindo para a manutenção do privilégio de determinados grupos sociais em detrimento de outros.

Concomitantemente, tem-se o próprio fato de que há uma apropriação de um discurso que culpabiliza as populações caiçaras, indígenas e quilombolas pelo contexto vivido e condena os territórios circunscritos pelas Unidades de Conservação pelos conflitos de uso gerados, numa clara tentativa de responsabilização de atores outros.

A sobreposição de competências é, nesse caso, muito nítida enquanto problema para os agentes que se vêem impossibilitados de agir devido, de um lado, à jurisdição espacial das Unidades de Conservação, sobretudo as de Proteção Integral e, de outro, a uma cultura política hierárquica que centraliza as decisões em poucas figuras.

A Secretaria de Meio Ambiente, apesar de presente em praticamente todos os processos socioespaciais que precisam de mediação do Poder Público, não consegue ultrapassar as limitações do sistema político ou mesmo possui condições estruturais para atender de modo adequado as demandas do município. Hoje trabalham efetivamente na SEMAM nove funcionários que se revezam nas tarefas diárias de cuidar dos inúmeros processos de licenciamento ambiental, fiscalização, projetos, educação ambiental, podas de árvores, entre tantas outras funções que exigem tempo, estruturas físicas móveis e fixas e capital humano. O atendimento ao público é realizado duas vezes na semana e são comuns mutirões aos fins de semana para acompanhar os gestores das Unidades de Conservação em ações de fiscalização nas praias da região.

Outro fator de complexidade é a instabilidade no cargo dos Secretários de Meio Ambiente. Em menos de dois anos a função já esteve na mão de três pessoas, sendo o atual secretário Fabrício Espírito Santos Soares, amigo pessoal do vice-prefeito de Paraty, Luciano Vidal.

Em conversa realizada no dia dois de fevereiro com Fabrício Soares, ao ser questionado sobre a situação da Ponta Grossa, este informou não saber como anda o conflito e se mostrou, inclusive, surpreso com a notícia da presença de um *hostel* na praia do Guerra.

Ainda segundo este, a vegetação do local está se regenerando naturalmente- fato comprovado por imagens do *Google Earth* que este mostrou- o que é bom para a reativação de nascentes e da melhora no abastecimento da comunidade que vem crescendo e comprometendo cada vez mais a disponibilidade hídrica.

O discurso de escassez se faz presente em diversas falas e ações do Poder Público local e, conseqüentemente, da Secretaria de Meio Ambiente. Não somente na culpabilização da ação antrópica direta sobre os mananciais do município, quanto no uso "desregrado" da água que, segundo membros da SEMAM, é a grande causa do desperdício desta e das altas taxas de consumo dos recursos hídricos. Para esse problema apenas uma solução: cobrança do uso da água através dos hidrômetros.

Essa solução, no entanto, parece não agradar os usuários que se organizaram em uma Comissão para apurar possíveis irregularidades no contrato da Parceria Público-Privada. Em rápida visita a um portal da *Internet* que divulga informações do município, foi possível encontrar algumas diretrizes e constatações do grupo que se denomina "Comissão das Águas".

As contas cobradas pela concessionária Águas de Paraty sofrerão um aumento todos os anos em um período de 30 anos (...) a Concessionária Águas de Paraty está cobrando em alguns casos por estimativa de consumo, o que já foi proibido e considerado ilegal pelo Superior Tribunal de Justiça. No contrato deveria ser implementado um Órgão chamado (SAAE), e ele seria o responsável por fiscalizar, cobrar e analisar as condições de captação da água, levando em consideração as condições socioambientais desta cidade para adaptar os valores das tarifas cobradas.(NIETMANN, 2017)²³

As últimas notícias levantadas em relação ao movimento demonstraram que há uma forte pressão para realização de uma audiência pública que esclareça alguns pontos citados. A comissão também tem desenvolvido um abaixo-assinado e algumas ações de mobilização da população, algo que não é bem recebido pela prefeitura. Em entrevista realizada no mês de janeiro com um técnico que preferiu ter seu nome ocultado, este colocou que:

A população só sabe cobrar e reclamar, mas na hora de participar das reuniões do Comitê de Bacia ou de entender a situação como um todo, eles não querem. Usam água sem nenhuma pena e depois dizem que a conta está alta. O problema é que por toda a vida eles não pagaram pelo que gastavam. Agora estão vendo o quanto são irresponsáveis.(informação verbal²⁴)

²³Leia na íntegra em: <https://vaiparaty.com.br/comissao-das-aguas-e-formada-pela-populacao-para-questionar-irregularidades-no-contrato-da-aguas-de-paraty/>

²⁴Trecho de entrevista com técnico da Prefeitura de Paraty. Entrevista realizada pela autora.

Nota-se aqui duas frentes de interesses com leituras distintas – e dissensuadas – sobre uma situação de vivência comum. De um lado os atores públicos buscam implementar uma prática de mercado legitimada pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Em relação à adequação dos serviços prestados a legislação é clara:

- Art. 6º - Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

§ 2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

- I - motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e,
- II - por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

Dessa forma caberia a indagação acerca do cumprimento desse artigo no que diz respeito aos elementos modicidade das tarifas, segurança, dentre outros. Como o contrato é relativamente recente, e acaba de chegar à sua etapa de execução da cobrança, não é possível averiguar com maior exatidão os espraiamentos territoriais envolvidos. Contudo, achou-se importante a consideração de um conflito que, embora não se realize na espacialidade da Praia do Guerra, demonstra o conturbado contexto vivenciado pelo município como um todo, servindo também de material de leitura dos discursos de escassez dissipados pelo Poder Público e, mais atualmente, pela empresa Concessionária Águas de Paraty.

Como visto há uma visão de que água é um bem econômico, devendo ser enquadrada nos critérios mercadológicos. Todavia, nas regiões mais afastadas os investimentos não são economicamente viáveis, devido a condições geográficas, reduzido número de população, distância entre as habitações etc. Assim, nesses lugares, o aspecto econômico da água não chega através do encanamento desta e do tratamento por estações de esgoto convencionais. Contudo, como aqui se defende, chega através de um discurso de escassez que tende a

homogeneizar os modos de apropriação, de um lado, quando não promove a completa expulsão das populações de áreas “condenadas” por tal discurso.

Contraditoriamente, há diversos movimentos de reocupação dessas áreas por atores externos que implantam sistemas particulares de abastecimento e tratamento de água, adquiridos através de empresas especializadas. Assim, áreas que não eram até então “lucrativas”, se inserem numa lógica comercial vantajosa.

Isso demonstra que não há uma única “direção” de materialização dos discursos de escassez, mas sim um movimento espiral que se encaixa, de alguma maneira, com uma escala de tomada de decisão completamente alheia ao território do município. Apesar disso, quem atua ativamente na implantação dessas decisões são os atores locais, sendo, nesse sentido, o Poder Público Municipal uma peça-chave.

5.7.4 ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PONTA GROSSA

A Associação de Moradores da Ponta Grossa existe oficialmente há cerca de cinco anos e tem na figura do seu presidente, o Seu Sabiá, a sua expressão física e material.

De modo geral, a comunidade da Ponta Grossa não se encontra mobilizada, porém a praia do Guerra, devido aos conflitos pelo uso da água que se acirraram nos últimos anos e à instalação conturbada da rede de energia elétrica, tem figurado, mesmo que pontualmente, enquanto coletividade.

Esse processo, no entanto, não é homogêneo ou ocorre sem conflitos internos. Não obstante aos grandes problemas fundiários que os caiçaras vivenciam com os moradores de segunda residência, há uma histórica disputa pela demarcação dos terrenos individuais entre os próprios moradores locais que, ao longo das gerações, se refuncionaliza com a chegada de elementos externos.

Brigas pelo uso de mangueiras, de canos, insatisfação de alguns pela disposição inadequada de resíduos nos rios ou mesmo pela construção de casas e quiosques são apenas alguns dos conflitos mapeados ao longo do trabalho. Consta mesmo que os técnicos da Secretaria de Meio Ambiente somente tomaram ciência da grave situação dos caiçaras da praia do Guerra, e do conflito envolvendo um veranista que privatizou um curso d'água, porque foram ao local apurar uma outra denúncia realizada contra um dos caiçaras.

Apesar da Associação dos Moradores agir diretamente sobre essas disputas, pode-se dizer que ela é também um agente ativo nos conflitos, por envolver os mesmos atores sociais que se encontram nas disputas territoriais. No entanto, desde que a situação hídrica da comunidade se agravou por conta da privatização de um dos canais, esta precisou superar ou,

pelo menos deixar para segundo plano, os problemas internos e as divergências entre as famílias.

Há um consenso de que é preciso tomar atitudes e procurar meios legais para que os recursos da Ponta Grossa possam voltar ao uso comum da comunidade que, segundo estes, são os legítimos donos daquela terra e, conseqüentemente, de tudo que nela está. É perceptível que, apesar da adoção de práticas individuais na captação e gestão da água, a noção geral que norteia esses usos advém de um discurso do *uso comum*, do compartilhamento das responsabilidades e dos proveitos.

Em conversa com um dos moradores mais antigos da praia do Guerra, o Senhor Antero, este demonstrou grande preocupação com um morador que se localiza em um ponto alto da comunidade e, por isso, tem dificuldades de receber água, sobretudo, no inverno.

A caixa dele só enche depois que todas as outras estão cheias, então a gente fecha os nossos registros de noitinha que é pra ele não ficar sem água na lá na casa dele. Esse terreno todinho aqui era do meu pai, mas hoje muita gente vive nele. (informação verbal ²⁵)

É interessante também reparar que os discursos de escassez dos caiçaras refletem a ocupação realizada pelos moradores de segunda residência e obras incompletas de melhoria da rede. É válido ressaltar que a Prefeitura, através da Secretaria de Obras, paga uma empresa privada pela execução dos serviços de abastecimento e saneamento da água na comunidade. Todavia, durante todo o processo da pesquisa, não foi possível identificar qualquer movimento ou intervenção dessa empresa na praia do Guerra que, como anteriormente demonstrado, apresenta uma “rede” de abastecimento basicamente experimentada através de implantação individual das “macarronadas” e pequenos reservatórios construídos de alvenaria e/ou material rochoso.

A vivência da comunidade em relação à água é, dessa forma, algo bastante sensível, o que se realiza através de observação e rotinas cotidianas.

A quantidade de água aqui sempre foi essa aí que você “ta” vendo. Os meninos lá da Prefeitura disseram que precisa plantar árvore pra voltar a brotar água lá em cima, mas desde o tempo do meu pai a água é pouca. Mesmo assim nunca faltou, não. A gente precisa economizar, ficar de olho, mas só começou a faltar mesmo quando estes dois moradores de fora aí chegaram. Aquele lá tem uma reserva de 25mil litros e o outro você já viu, “ta” guardando tanta água que deve “ta” tudo podre dentro daquele monte de caixa. Aí a gente não entende porque a Prefeitura chega aqui e diz que o problema é plantar árvore. Eles trouxeram uma caixa de 10 (10 mil litros) e até

²⁵ Fala do Senhor Antero extraída de conversa realizada na praia do Guerra em agosto de 2016. Entrevista realizada pela autora.

hoje “ta” lá virada de cabeça pra baixo sem ninguém fazer funcionar. (informação verbal²⁶)

A caixa de água que o Senhor Antero se refere na fala acima está há cerca de dois anos disposta em uma área da praia do Guerra (Figura 39). Quando questionada sobre o motivo da demora pela instalação, a SEMAM retornou pontuando que falta um local apropriado para o aterramento da caixa, algo necessário para evitar rachaduras e desperdício.



Figura 39 - caixa d'água virada inutilizada na praia do Guerra. Fonte: Acervo pessoal.

²⁶ Fala do Senhor Antero extraída de conversa realizada na praia do Guerra em agosto de 2016. Entrevista realizada pela autora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises e discussões apresentadas no decorrer do presente estudo se preocuparam, inicialmente, em problematizar os discursos configurados enquanto *discursos de escassez*, o papel do Estado na dissipação destes e, conseqüentemente, de sua função enquanto agente ativo no processo de privatização dos serviços de água e do uso desta, através da Constituição de 1988 e da Política Nacional dos Recursos Hídricos, de 1997.

Foram realizadas também, com base na exposição do que procurou-se entender como os *múltiplos espaços da água*, análises que buscaram compreender as diversas vertentes e instrumentalidades racionais que acabam determinando também os *múltiplos usos*. Da legitimação da água enquanto recurso natural dotado de valor econômico à consideração desta enquanto espaço híbrido que reflete as contradições do sistema socioeconômico capitalista há, sem dúvida, inúmeras construções socioculturais que se entrecruzam e sobrepõem, formando um complexo território que revela que os estudos sobre a água podem formar um campo epistemológico interessante que possibilita a visualização espacial dos fluxos desiguais das cotas de poder que os atores sociais, políticos e econômicos possuem, e das oportunidades oferecidas a cada um de se lançar nas disputas territoriais.

Com base nas reflexões teóricas, análise de dados primários e secundários e de uma "convivência" ao longo de dois anos com a temática da crise hídrica no Sudeste brasileiro, com os conflitos de competências dos entes federativos e das instituições responsáveis pela gestão dos recursos hídricos em diversas escalas, e com o embate entre discurso e realidade, foi possível construir um cenário que deu embasamento para uma leitura mais aprofundada sobre os conflitos pelo uso da água no município de Paraty, com ênfase na comunidade caiçara da praia do Guerra.

Durante o mergulho ao cotidiano dos moradores locais, nos discursos destes e dos atores institucionais envolvidos, nas práticas territoriais e, conseqüentemente, na conjuntura social histórica que deu formato espacial ao que se pode observar hoje como materialização simbólica e territorial, foi preciso um esforço para seguir a linha de raciocínio preestabelecida, pois a cada imersão a complexidade e as contradições do sistema iam se mostrando evidentes.

Foi preciso se afastar do sentimento de incredulidade para buscar entender que a "falta" de ações políticas, em todas as escalas de poder, em prol da proteção das comunidades tradicionais no município de Paraty, detém uma intencionalidade demonstrativa de que o exercício do poder pelo ente político estatal serve a uma (i)mobilidade pretendida, sendo esta a base da sustentabilidade do modelo econômico capitalista vigente.

Aqueles agentes bem-intencionados que foram encontrados no caminho da pesquisa são todos os dias, compulsoriamente, engolidos por um sistema político baseado no favorecimento de atores hegemônicos que comandam a cidade desde o tempo dos ciclos econômicos do Brasil colonial.

A estrutura social de Paraty demonstra que não há espaço para discursos contra hegemônicos que, quando tentam se estabelecer e alcançar oportunidades de abranger outros territórios, são desmantelados violentamente na consolidação incisiva dos territórios de exclusão simbólicos e materiais.

A disputa pela água que segue a lógica da crise hídrica e dos discursos de escassez que favorecem a privatização dos serviços da água e do uso desta, é apenas mais uma categoria de conflito que se insere nas contradições de um território historicamente marcado por grilagem de terras, expropriação de recursos de uso comum e homogeneização sociocultural.

Os grupos sociais excluídos desse sistema e que resistem a um processo histórico de extermínio de seu modo de vida, de seus *habitats*, e de seu direito pela terra, somente tem conseguido disputar minimamente os espaços de enfrentamento quando organizados entre si ou aliados a instituições que promovem projetos em prol da manutenção da cultura nativa.

A participação dessas comunidades, porém, nos Conselhos das Unidades de Conservação segue uma lógica que vai de confronto aos ideais propagados de governança e de gestão participativa por deixar claro que a simples presença dos atores sociais "minoritários" não modifica o acesso desigual que cada um destes vivência aos recursos do território que habitam. A disponibilidade de fala pode ser a mesma para todos os membros dos Conselhos, porém a real disponibilidade de ação é completamente distinta e corre na direção daqueles que podem "pagar" por ela.

Como superar as discrepâncias sociais e a frágil democracia evidenciada pelos discursos hegemônicos que não contemplam todos de maneira igualitária? Como fazer com que o acesso aos recursos do território, inclusive, à água, bem inalienável de direito de todos, possa realmente acontecer de modo satisfatório?

Para a Prefeitura de Paraty a cobrança pelo uso da água através da implantação nas residências e comércios dos hidrômetros é a única maneira de "conscientizar" os indivíduos de que a água *disponível* deve atender a todos, já para os moradores locais a cobrança impede usos e práticas que são realizadas há gerações.

O meio do caminho entre os discursos, no entanto, não é possível visto que mesmo com a dita participação popular nos Conselhos e no Comitê de Bacia Hidrográfica da Ilha

Grande, a tomada de decisões vigora sob o viés da hierarquização do poder e das desigualdades de oportunidades.

O conflito pelo uso da água na praia do Guerra é, nesse sentido, uma base material de análise dos argumentos apresentados e de que os *discursos de escassez* não podem ser naturalizados da maneira que o são. Diferentemente da grande maioria do território paratiense, a praia possui uma disponibilidade hídrica limitada pelos aspectos naturais do local o que, até o momento da privatização de canais de água por moradores de segunda residência, não causava grandes problemas. Os conflitos que existiam possuíam uma escala consideravelmente menor e acabavam, no fim, contribuindo para a adoção de práticas coletivas. Foi possível notar, embora não com tantos detalhes, o mesmo processo em outras comunidades caiçaras que estão em Zonas de Expansão Residencial e Turística, como a Ilha do Algodão, por exemplo.

Populações inteiras que centenariamente fizeram a gestão de seus territórios, inclusive do território-água, e que desenvolveram técnicas comunitárias para isso, tem se visto obrigadas a desapropriar espaços simbólicos e funcionais para a introdução de um sistema que, além de privatizar corpos hídricos, insere a lógica do *consumidor*.

Em uma região de populações majoritariamente costeiras e rurais, onde as disputas territoriais se traduziam, geralmente, por conflitos fundiários causados pela desapropriação de terras para a implantação de Unidades de Conservação ou de condomínios de luxo e empreendimentos turísticos, com conseqüente deslocamento das populações originárias (a maioria de origem indígena e caiçara) para bairros do Distrito-sede, as disputas pelo uso da água podem ser interpretadas enquanto um agravante ou mesmo vetor de modificação do padrão espacial já conturbado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERS, R; JORGE, K.D. **Descentralização da gestão da água: por que os Comitês de Bacia estão sendo criados?**Revista Ambiente & Sociedade. v.8, nº 2 jul/dez, 2005.

ACSERALD, H. **Discursos da Sustentabilidade Urbana**. In:Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. nº 1/maio, 1999.

_____. **Environmentalism and environmental conflicts in Brazil**.Conference Social Movements in the South, 2002, Cambridge: Kennedy School of Government, Harvard University, 2002.

_____. **Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro**.III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, RS, 2004.

ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo. Anna Blume Editora: FAPESP, 2000.

AGÊNCIA PÚBLICA. Agência Pública, 2014. **Demanda firme: os contratos**. Disponível em: <<https://apublica.org/2015/05/demanda-firme-os-contratos/>>. Acesso em 18/12/2018.

ALONSO, A. COSTA, V. **Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil**.Paper preparado para o Encontro do Grupo de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Clacso, Rio de Janeiro 22 e 23 de 2000.

ALVES, W.J.F.J; HERRMANN, H. **Dupla dominialidade das águas no Brasil: entraves legais para o adequado gerenciamento dos aquíferos**. XIX Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas. Campinas, São Paulo, 2016.

AMORIM, P. H.O.P. **Água, cultura e crise: uma análise do discurso contemporâneo sobre recursos hídricos**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRGS. Porto Alegre, 2011.

ANTUNES, L. **Uma análise da contribuição do ICMS Ecológico no controle dos conflitos socioambientais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. Monografia – Departamento de Geografia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2014.

ANTUNES, L. **O discurso de escassez e de crise hídrica: território de acirramento de disputas ou de ampliação do diálogo entre os agentes envolvidos? Uma leitura do problema da seca no Nordeste e da crise hídrica do Sudeste**. 3º Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade, Blumenau/SC, 2016.

ANTUNES, L.; PEIXOTO, D.F. **A produção socioespacial da crise hídrica: institucionalidades, arenas sociais e conflitos na Baía da Ilha Grande, RJ**. Anais do Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento. Campos de Goytacazes/RJ, 2016.

ARRETCHE, M. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

AZEVÊDO, A. C. de. **Autonomia X Dependência: políticas de água no Semiárido e desenvolvimento regional**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Faculdade de Economia da Regional Universidade de Coimbra, 2017.

BRASIL. Lei 9.433. **Institui a Política nacional de recursos hídricos**. Brasília: Secretaria de Recursos Hídricos, Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997.

_____. Decreto N° 1842, de 22 de março de 1996. **Institui Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP, e dá outras providências**.

_____. Decreto N° 6.951, de 27 de agosto de 2009. **Autoriza o aumento do capital social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e dá outras providências**.

_____. **Institui a Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada e divulgada em 5 de outubro de 1988. Rio de Janeiro, 1988.

_____. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/IBAMA/DIREC. Plano de Manejo da APA de Cairuçu: Brasília: FEC/UNICAMP, 2005.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

BOUGUERRA, M. L. **As Batalhas da Água- por um bem comum da humanidade**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, P. **Compreender**. In: BOURDIEU, P. A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1999.

_____. **O efeito de lugar**. In: BOURDIEU, P. A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1999.

BORDALO, C. A. L. **A gestão dos recursos hídricos a luz da ecologia política: um debate sobre o controle público versus o controle privado da água no Brasil**. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, n.17, 2008.

BRITTO, A. L.; SANTOS JÚNIOR, O. **O saneamento ambiental na perspectiva do direito à cidade**. In: SANTOS, M. R. M. e FERREIRA, R. (org). Caderno de subsídios para a elaboração dos planos municipais de saneamento ambiental. FASE. Rio de Janeiro, 2010.

CAMDESSUS, M; BADRÉ, B.;CHERÉT; TÉNIÈRE-BUCHOT, P. F. **Água: oito milhões de mortos por ano: um escândalo mundial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAMPOS, J.D. **Desafios do gerenciamento dos recursos hídricos nas transferências naturais e artificiais envolvendo mudança de domínio público**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação de Engenharia como pré-requisito para a obtenção do título de Doutor. UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

CARDOSO, M. L. M. **A democracia das águas na sua prática: o caso dos comitês de Bacia Hidrográfica de Minas Gerais**.Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa Pós-graduação de Sociologia. Rio de Janeiro, Museu Nacional – UFRJ, 2003.

_____,**Desafios e potencialidades dos Comitês de Bacias Hidrográficas**.Ciência & Cultura. v.55 n°4. São Paulo, Out/Dec, 2003.

CARNEIRO, E. J. **Conflitos ambientais no Estado do Rio de Janeiro: associativismo e significados sociopolíticos**.In: Revista Rio de Janeiro, n. 16-17, maio-dez, 2005.

CARVALHO, M. do C. A. A. & TEIXEIRA, A. C. C. (Orgs.), **Conselhos Gestores de Políticas Públicas**. São Paulo: Polis, 2000.

CARVALHO, R. C. **Gestão dos recursos hídricos: conflito e negociação na questão das águas transpostas da Bacia do Paraíba do Sul**. Tese (Doutorado em Engenharia) – Programa de Pós-graduação de Engenharia da UFRJ. Rio de Janeiro, 2005.

CARVALHO, J.M. P de. **O patrimônio imaterial da comunidade caiçara do Pouso da Cajuíba e a escola: em busca de uma educação diferenciada**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, UFRRJ. Rio de Janeiro, 2010.

CASTELLANO, M. **Relações entre poder público e sociedade na gestão dos recursos hídricos: o caso do Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá**.Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CASTRO, I. E. de. **Da seca como tragédia à seca como recurso: velhos e novos discursos, velhos e novos territórios**, 1994.Disponível em:<http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1994/vol_17_01_13.pdf>. Acesso em: 12/11/2016.

CONTI, B.R; ANTUNES, D de C. **Conflitos na gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina: entraves ao desenvolvimento local na vila de Trindade (Paraty, RJ)**.Revista Interações. v.13, n°2, p.213-223. Campo Grande, Jul/Dez, 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil (2016)**. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/3727-conflitos-no-campo-brasil-2016>> . Acesso em 10/01/2017.

CORAZZA, R. I.; ARAÚJO, T. **A reinvenção de Malthus no renascimento do ambientalismo**. Revista Economia Ensaios, v. 24, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/viewFile/2130/4806>>. Acesso em 13/11/2016.

CORRÊA, R. L. **Espaço e simbolismo**. In: CASTRO, I. EI; GOMES, P. C. C; CORREA, R. L. A (Org.). Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, v.1, p.133 – 153.

COSTA, M. A; IORIS, A. A. R. **Até a Última Gota: Complexidade Hidro Social e Ecologia Política da Água na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro, Brasil. In: Anais Conferência Waterlat. São Paulo, 2010.

COSTA, M. A. M. **Os fluxos da água na metrópole- usos múltiplos e gestão participativa na Baía de Guanabara (RJ)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

DALLABRIDA, V. R. **Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança**. In: Conferência de Desenvolvimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2011.

DIEGUES, A. C. S. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. São Paulo em perspectiva, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, 1992.

_____. **Repensando e Recriando as Formas de Apropriação Comum dos Espaços e Recursos Naturais**. In: DIEGUES, A.C. S.& MOREIRA, A. C. C. (org.) Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP. p. 97-124, 2001.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. **Aspectos socioculturais e políticos do uso da água**. In: Plano Nacional de Recursos Hídricos, Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2005.

DIEGUES, A. C. S.; VIANNA, L. P.; ADAMS, C. **Conflitos entre populações humanas e unidades de conservação em Mata Atlântica**. Relatório de Pesquisa – Versão Final. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

DI PIETRO, M. S. Z. **Direito administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

DORFMAN, R. **O papel do Estado na gestão dos recursos hídricos**. Revista de Administração Pública, v. 27, n. 2, p. 19-27, 1993.

DUARTE, M. B. G. **A atuação do Ministério Público na defesa dos caiçaras de Paraty/RJ.** 2012. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/betania.pdf>> Acesso em: 14/12/2016

DW. DW, 2009. Brasil é o maior exportador de "água virtual" para a Alemanha. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/brasil-%C3%A9-o-maior-exportador-de-%C3%A1gua-virtual-para-a-alemanha/a-4539260>>. Acesso em 13/01/2017.

EGLER, C. A. G, GUSMÃO, P. P. **Tendências de uso e ocupação do território e a gestão metropolitana face às mudanças climáticas.** In: Megacidades, vulnerabilidades e mudanças climáticas: Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de JANEIRO, 2011.

EGLER, C.A.G; GUSMÃO, P. P. **Gestão costeira e adaptação às mudanças climáticas: o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Brasil.** In: Revista da Gestão Costeira Integrada, v. 14, n. 1, p; 65 – 80, 2014.

EGLER, C.A.G.; GUSMÃO, P. P.; SANTOS, B.B.M. **Governança e desenvolvimento territorial: uma visão a partir da zona costeira do sudeste brasileiro.** Anais: encontros nacionais da ANPUR, v. 15, p. 1-18, 2013.

ENVIRONMENTAL JUSTICE ATLAS (EJATLAS). Disponível em: <<https://www.ejatlas.org/>>. Acesso em 05/01/2017.

FEU, R. C.; PIRES DO RIO, G. A. PEIXOTO, M. N. de O. **Água para Todos: isso é possível?** In: II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Indaiatuba, 2004.

FOLHA DE SÃO PAULO. Folha de São Paulo, 2014. **Indústrias consomem cerca de 40% da água de SP, mas fazem pouco em reuso.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1549655-industrias-consoem-cerca-de-40-da-agua-de-sp-mas-fazem-pouco-em-reuso.shtml>>. Acesso em: 09/12/2016.

FONTES, C. F. L.; GUERRA, A. J. T. **Conflitos socioambientais na APA de Cairuçu (Paraty-RJ) à luz da sobreposição com unidades de conservação de diferentes categorias.** GEOUSP: Espaço E Tempo (Online), v. 20, n. 1, p. 178-193, 2016.

FONTES, C. F. L. **Análise dos conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental do Cairuçu (Paraty-RJ).** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ, 2013.

FONTES, V. **Sociedade civil, classes sociais e convenção mercantil-filantrópica.** In: OSAL, Observatório Social da América Latina, ano VI, N. 19, CLACSO, Buenos Aires, argentina, 2006.

FOUCAULT, M. **Verdade e Poder**. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

_____, **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 16ª edição, 2008.

FRANCISCO, C. N.; CARVALHO, C. N. de. **Disponibilidade hídrica - Da visão global às pequenas bacias hidrográficas: O caso de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro**. In: *Revista Geociência*, Ano 3, p.1-13, 2004.

FRANCISCO, C. N.; OLIVEIRA, C. A. V. **Sustentabilidade hídrica da Região Hidrográfica da Baía da Ilha Grande, RJ**. In: *Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*, p. 4707-4714, Natal, 2009.

FUCKS, M. **Arenas de ação e debate públicos: os conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro (1985-1992)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia Política do IUPERJ. Rio de Janeiro, 1997.

GIDDENS, A. **Novas regras do método sociológico: uma crítica positiva dos sociólogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOMES, G. F. **Conflitos socioambientais e o direito à água: aspectos jurídicos e sociais da Política Nacional de Recursos Hídricos**. Tese apresentada ao curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito final para obtenção do grau de Doutor em Serviço Social. Rio de Janeiro, 2011.

GOMES, P. C. C. **Espaços Públicos: Um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço**. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. *Olhares Geográficos: Modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda, p. 19-41, 2012.

GOMES, L.J; CARMO, M. S do; SANTOS, R.F. **Conflitos de interesses em unidades de conservação do município de Parati, estado do Rio de Janeiro**. In: *Revista Informações Econômicas*. v.34, nº 6. São Paulo, jun. 2004.

GÓMEZ, J. M. **Entre potencialidades e limites, temores e esperanças: notas sobre a sociedade civil e a globalização**. In: GARCIA, J. et al. *Sociedade e políticas: novos debates entre ONGs e universidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO. **Base legal para a gestão das águas 1997-2011**. Rio de Janeiro, 2011.

GRANZIERA, M. L. **Relatório 4 - Estudo de Alternativas para o Modelo Jurídico-institucional da Agência da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco**. Avaliação Jurídico-institucional das Alternativas. Agência Nacional de Águas. Brasília, 2007.

GUSMÃO, P.P. **Gestão Ambiental do Território e Capacidade de Resposta dos Governos Locais na Área Metropolitana do Rio de Janeiro.** In: A. M. BICALHO; P. C. C. GOMES ed. *Questões Metodológicas e Novas Temáticas na Pesquisa Geográfica*, Rio de Janeiro: Publit, 2009.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste.** Niterói: EDUFF, 1997.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Porto Alegre, 2004.

_____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6 ed., 2011.

HARDIN, G. **The Tragedy of the Commons.** In: *Science*, v. 162 n°3859, p. 1243-1248, 1968.

HARVEY, D. **The Spatial Fix- Hegel, Von Thunen, and Marx.** In: *Antipode Journal*, 13,3:1-12. 1981.

HOBBS, T. **Leviatã ou matéria, palavra e poder de um governo eclesiástico e civil.** Londres, 1651.

IORIS, A.A. R; COSTA, M. A. M. **Valoração da água e instituições sociais: subsídios para a gestão de águas na Baixada Fluminense.** Anais Semana IPPUR, 2008.

IORIS, A. A. R. **Água, Exclusão, Mercado e Cobrança: Um Debate Necessário.** Anais I Simpósio de Recursos Hídricos do Sul-Sudeste, 2006.

IORIS, A. A. R. **Da Foz às Nascentes: análise histórica e apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil.** In: ALMEIDA, A. W. B., et al (org.) *Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo.* Rio de Janeiro: Lamparina, p. 211-255, 2010.

JACOBI, P. (org.). **Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil: inovação com inclusão social.** São Paulo: Annablume, 2006.

LANNA, A. E; DORFMAN, R. **Sistemas de gerenciamento de recursos hídricos: críticas a algumas propostas.** In: *Revista de Administração Pública*, v. 27, n. 2, p. 63-73, 1993.

LEFEBVRE, H. **O Direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **Governar as metrópoles: questões, desafios e limitações para a constituição de novos territórios políticos.** In: *Cadernos Metrôpoles Educ.* São Paulo, v.11, n.22, jul./dez, 2009.

LIMA, G. C. **O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável.** In: *Revista Política & Trabalho*, n° 13, p. 201-222, João Pessoa, setembro/1997.

LIMA, O. A. L. de. **Geosistemas e recursos hídricos: água subterrânea no Estado da Bahia**. Salvador: Bahia Análise & Dados, v. 13, n° especial, p. 391-402, 2003

LITTLE, P. E. **Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico**. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan./jun, 2006.

LOCKE, J. **An Essay concerning Human Understanding**. 1 ed. 1690.

MALTHUS, T. **An Essay on the Principle of Population**. Londres, 1798.

MORI JUNIOR, R; BERNADELLI JUNIOR, J. M; RUIZ, M. S. **Conflitos socioambientais por água: uma contribuição à caracterização dos embates e estudos das ferramentas de prevenção e resolução**. In: XIV Encontro Nacional de Gestão Empresarial e Meio Ambiente. São Paulo, 2012.

NEFFA, E (org). **Gestão Ambiental Integrada: uma estrada, uma história, uma práxis**. Rio de Janeiro: UERJ; Rede Sirius, 2015.

NUNES, T. C de O. **Sistemas de informações sobre recursos hídricos e a dupla dominialidade das águas? O caso da integração do sistema nacional e dos sistemas estaduais de recursos hídricos na Bacia do Rio Paraíba do Sul**. Tese apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2009.

OFFE, C. **Contradictions of the Welfare State**. London, Hutchinson, 1981.

OLIVEIRA, R. R.; LIMA, D. F.; SAMPAIO, P. D.; SILVA, R. F.; TOFFOLI, D. G. **Roça Caiçara: um sistema " primitivo" autosustentável**. Ciência Hoje, v. 18, p. 44-51, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração de Dublin**. Irlanda, 1992.

PEET, R. **The destruction of regional cultures**. In: JOHNSTON, R & TAYLOR, P. A. Word in crisis: geographical perspectives. London: Blackwell, 1986.

PEPE, T. A. de P; Filho, J. D. de F. **O componente participativo na constituição do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema- Mato Grosso do Sul- Brasil**. In: II Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental. Londrina, Paraná, 2011.

PEREIRA, L.C. da S. **A proteção dos recursos hídricos no Brasil**. Monografia submetida ao curso de Direito da Faculdade de Direito, Ciências Administrativas e Econômicas da Universidade Vale do Rio Doce como requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito. Governador Valadares, 2011.

PETRELLA, R. **O manifesto da água – argumento para um contrato mundial**. Vozes: Petrópolis, 2002.

RIBEIRO, B. G. **O índio na cultura brasileira: Pequena enciclopédia da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: UNIBRADE/UNESCO, 1987.

PIRES DO RIO, G. A. **A espacialidade de Economia: superfícies, fluxos e redes.** In: CASTRO, I E; GOMES PCC; CORREA, RL. (Org.). Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço. 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

_____. **Gestão de Águas: um desafio geoinstitucional.** In: OLIVEIRA, M P; COELHO, MCN; CORRÊA, A de M. (Org.). O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina/ANPEGE, v. 1, p. 220-236, 2008.

PIRES DO RIO, G. A.; PEIXOTO, M. N. de O. **Superfície de Regulação e conflitos de atribuições na gestão de recursos hídricos.** Revista Território, ano VI, n. 10, p. 51-65, jan/jun. 2001.

PIRES DO RIO, G. A.; DRUMMOND, H.R; RIBEIRO, C.R. **Água: urgência de uma agenda territorial.** Revista Ambiente & Sociedade. v.19.nº4. São Paulo, Dez, 2016.

PIRES DO RIO, G. A.; PEIXOTO, M N de O; MOURA, V P. **Gestão de Recursos Hídricos: dificuldades de articulações territoriais.** Anais do II Simpósio de Recursos Hídricos do Centro-Oeste, Campo Grande, 23 a 26 de julho de 2002.

PIRES DO RIO, G. A.; MOURA, Vinicius Pinto; SOUZA, Alba Valéria de Souza. **Gestão de Recursos Hídricos: aspectos metodológicos.** Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2, 2004, 26-29 maio, Indaiatuba – São Paulo. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT03/gisela_vinicius_alba>. Acesso em: 7 abr. 2016.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Água não se Nega a Ninguém (a necessidade de ouvir outras vozes).** In: PARREIRA, C., ALIMONDA, H. Políticas Públicas Ambientais Latino-americanas. Brasília: FLACSO, 2005.

PRIETO, G. F. T. **A sede do capital: o abastecimento de água em favelas da periferia da cidade do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São, Paulo, 2011.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RANDOLPH, R. **Cooperação federativa, arenas sócio-políticas espaciais e arranjos institucionais.** In: RANDOLPH, R; SIQUEIRA, H; OLIVEIRA, A. (Orgs). Planejamento, políticas e experiências de desenvolvimento regional: problemáticas e desafios. Letra Capital, pp.148-173. Rio de Janeiro, 2014.

RANDOLPH, R. **Política e planejamento do desenvolvimento regional e o desafio da governança- reflexões conceituais para uma metodologia neo-gramisciana.** Rio de Janeiro, 2016.

RIBEIRO, H; VICTOR, R. de A; FARIAS, V.H. **A miséria da classe operária inglesa 1830-1840.** Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/victorazevedovictorfariashiltonclop.pdf>> Acesso em 04/01/2017.

RODRIGUES, C; VILLELA, F. N. J. **Disponibilidade e escassez de água na Grande São Paulo. Elementos-chave para se compreender a origem da atual crise de abastecimento.** GEOUSP Espaço e Tempo (online), v. 19, n. 3, p. 399-421, 2015.

RODRIGUEZ, M. P. **Gênero e atores sociais no enfoque territorial do desenvolvimento rural.** In: **Série Desenvolvimento Rural Sustentável.** Desenvolvimento sustentável e perspectiva de gênero. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Vol.2, Brasília, 2005.

SANTOS, B.B.M. **Governança das águas e negociação de conflitos socioambientais: o caso do Comitê de Bacia Hidrográfica do Guandu face à Central de Tratamento de Resíduos Santa Rosa (RJ).** Dissertação – Programa de Pós-graduação em Geografia, UFRJ. Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: HUCITEC, 1996.

SATO, A. K. **Descentralização: um tema complexo.** Rio de Janeiro: IPEA, 1993. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1993/td_0314.pdf>. Acesso em: 15/12/2016.

SOARES, T.M.S. **É da roça. História ambiental dos caixaras da Península da Joatinga/RJ e sua relação com a conservação da natureza.** Monografia – Departamento de História, UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.

SOUKI, N. **Behemoth contra Leviatã: guerra civil na filosofia de Thomas Hobbes.** São Paulo: Ed.Loyola, 2008.

SOUZA JÚNIOR, W. C. de. **Gestão das águas no Brasil: reflexões, diagnósticos e desafios.** São Paulo: Peirópolis, 2004.

SWYNGEDOUW, E. **Social Power and the Urbanization of Water: Flows of Power.** Oxford Geographical and Environmental Studies. Oxford, 2004.

_____. **A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-ciborgue”.** In: ACSELRAD, H (org.) A duração das cidades. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2. ed. RJ: Lamparina, 2009.

TARROW, S. Paradigm warriors: regress and progress in the study of contentious politics. In: Sociological Forum, v. 14, nº1, 1999.

TILLY, C. **From mobilization to revolution.** Massachusetts: Addison-Wesley, 1978.

VENTURI, L. A. B. **Oriente Médio: o compartilhamento e a tecnologia revertendo a perspectiva de escassez hídrica e conflitos.** Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, como requisito parcial para a obtenção de título de Livre Docência. São Paulo, 2012.

VIEGAS, E. C. **Visão jurídica da água.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

WILLIS, E; GARMAN, C. da C.B; HAGGARD, S. **The politics of decentralization in Latin América.** Latin American ResearchReview, v.34, n.1, p.7-56, 1999.

ANEXOS

ANEXO A - CALENDÁRIO DE PARTICIPAÇÃO NOS EVENTOS DO CBHBIG

Calendário de participação nos eventos do Comitê de Bacia da Baía da Ilha Grande (CBHBIG)	
Datas	Tipo de evento
04 a 09/10/2015	Encontro Nacional de Comitês de Bacias
20/10/2015	Reunião Plenária
18/11/2015	Oficina Outorga de direito de uso de recursos hídricos
01/12/2015	Reunião Plenária
12/01/2016	Reunião Plenária extraordinária
21/06/2016	Reunião Plenária
21/08/2016	Reunião Plenária
05 a 08/07/2016	Encontro Fluminense dos Comitês de Bacias

ANEXO B – PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS RELACIONADOS À PESQUISA

Calendário de participação em demais eventos		
Datas	Nome do evento	Local/município
04 a 09/10/2015	XV Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas	Caldas Novas/GO
09/12/2015	Plenária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro	INEA/RJ
13/04/2016	Plenária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro	INEA/RJ
17 a 20/05/2016	Fórum Fluminense de Comitês de Bacias Hidrográficas do Rio de Janeiro	Campos de Goytacazes/RJ
14/06/2016	Reunião do Conselho da APA Cairuçu	Paraty

ANEXO C – DATAS DAS VISITAS DE CAMPO E ENTREVISTAS

Data	Local
12- 16/01 de 2016	Praia do Guerra e Distrito-sede de Paraty
06/04/2016	Entrevista com Luis Paulo Nascimento, funcionário da SEMAM
11/08/2016	Conversa livre com Seu Sabiá, presidente da Associação de Moradores de Ponta Grossa
13/08/2016	Visita à Praia do Guerra e conversa livre com seu Antenor, antigo morador da Praia do Guerra
10/01/2017	Entrevista com Flavio Paim, coordenador de águas da APA Cairucu
02-03/02 de 2017	Entrevista com o Secretário de Meio Ambiente, Fabrício SOBRENOME, e visita à Praia do Guerra
06/07/2016	Entrevista com Livia Soalheiro do INEA.

ANEXO D – ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS DIFERENTES ATORES EM PARATY

Roteiro para as entrevistas	
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> • Captar possíveis discursos de escassez; • Mapear conflitos e entendê-los em suas diversas “frentes”; • Identificar atores secundários não previamente mapeados; • Dar “voz” aos atores locais
Público-alvo preliminar	<ul style="list-style-type: none"> • Caiçaras da Ponta Grossa; • Moradores de segunda residência da Praia do Guerra; • Secretário de Meio Ambiente; • Técnicos da Secretaria de Meio Ambiente; • Técnicos e chefe do setor de “água” da APA Cairuçu; • Membros do Comitê de Bacia da Ilha Grande; • Membros do CONAPA
Assuntos a serem abordados de forma direta	<ul style="list-style-type: none"> • Relação com o meio circundante e o município; • Breve histórico pessoal; • Ocupação profissional; • Presença em situações de conflito pelo uso da água; • Percepção da chegada dos moradores de segunda residência na Ponta Grossa; • Conhecimento da situação de falta de água na Praia do Guerra; • Atuação dos órgãos públicos em relação a falta de água na Praia do Guerra;
Assuntos transversais	<ul style="list-style-type: none"> • Crise hídrica no Sudeste brasileiro; • Relações políticas; • PPP Águas de Paraty; • Conflitos pelo uso da água no município; • Implantação das Unidades de Conservação; • Representatividade do Comitê de Bacia da Ilha Grande;
Aspectos relevantes/norteadores	<ul style="list-style-type: none"> • Identidade preservada dos atores em situação de vulnerabilidade; • Realização de conversas nos ambientes próprios dos entrevistados; • Respeito às negativas.